Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2026 | Nº 26.115 | Preço banca: R$ 3,50

Arrecadação federal bate recorde e soma R$ 222,1 bilhões em fevereiro

A arrecadação federal alcançou R$ 222,1 bilhões em fevereiro, o maior valor já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995. O resultado representa crescimento real de 5,68% na comparação com fevereiro do ano passado, já descontada a inflação.

Os dados foram divulgados na terça-feira (24) pela Receita Federal.

Também é o melhor desempenho arrecadatório para o acumulado do ano. No bimestre, a arrecadação alcançou R$ 547,9 bilhões, representando um acréscimo de 4,41%, corrigido pela inflação.

Segundo o Fisco, o desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento da arrecadação da contribuição previdenciária e por mudanças recentes na legislação tributária, com destaque para as arrecadações do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Página 3

FGTS eleva para R$ 13 mil limite de renda do Minha Casa, Minha Vida

Página 3

Receita abre consulta a lote residual do Imposto de Renda que pagará R$ 300 mi

Página 4

Previsão do Tempo

Quarta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

30º C
18º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,27
Venda: 5,27

Turismo
Compra: 5,29
Venda: 5,47

EURO
Compra: 6,10
Venda: 6,10

São Paulo recebe selo 'ouro' do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Foto: Divulgação/Governo de SP

O estado de São Paulo foi reconhecido com o título "ouro" do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização por atingir a meta definida pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2024, ano referência da última edição do prêmio, 58% dos estudantes da rede estadual e das 645 prefeituras paulistas apresentaram habilidades básicas de leitura e de escrita. O secretário da Educação, Renato Feder, participou na segunda-feira (23) do evento em Brasília. Página 2

Em reestruturação, Correios anunciam escala 12x36 em alguns setores

Página 14

Governo propõe subsídio de R$ 1,20 ao diesel após impasse do ICMS

Página 3

Supermercados já podem vender medicamentos; entenda

Página 14

Esporte

Imprensa europeia critica asfalto do Autódromo de Goiânia

Por Járcio Baldi

A Aprilia fez a dobradinha na MotoGP do Brasil, com Marco Bezzecchi e Jorge Martin. A VR46 fechou o pódio com Fabio Di Giannantonio. Foi a quarta vitória consecutiva do Italiano (as duas últimas provas de 2025 e as duas primeiras de 2026) colocando-o no seleto grupo de pilotos que já o fizeram - Rossi, Marc Marquez, Jorge Lorenzo e Pecco Bagnaia. Bezzecchi agora lidera o Mundial com 56 pontos, onze a mais que seu companheiro de equipe, Jorge Martin que aparece em segundo.

"Considerando o inicio na sexta-feira, eu não esperava sair do Brasil com uma vitória, mas trabalhamos muito duro nos boxes com a equipe para ajustar tudo na minha pilotagem e na moto, e tentar encontrar a combinação perfeita para melhorar. No sábado, eu estava nervoso com a classificação porque tive que passar pelo Q1, mas felizmente no Q2 consegui largar na primeira fila do grid, o que foi crucial. Na prova Sprint eu não era rápido o suficiente para brigar pelo pódio, mas tentei continuar aprendendo o máximo possível para seguir melhorando, para o domingo e fiquei muito feliz com o resultado da corrida" afirmou Bezzecchi.

A corrida em Goiania foi marcada por alguns problemas na pista. No sábado, ao final do treino da Moto3 abriu um buraco na reta dos boxes, atrasando a Sprint e adiando para o sábado a qualificação da Moto2. No domingo a prova teve a quantidade de voltas diminuída de 31 para 23 voltas devido a um problema no asfalto nas Curvas 11 e 12, que estava se soltando. Muitos pilotos terminaram a prova com vários hematomas no corpo, braços e mãos, devido às pedras que voavam das motos à frente.

A direção de prova decidiu pela diminuição no número de voltas apenas cinco minutos antes da largada, fazendo com que grande parte dos pilotos não tivessem tempo em alterar suas estratégias para a corrida, assim como a escolha do tipo de pneu a ser utilizado. Franco Morbidelli foi um dos prejudicados pelo encurtamento da prova, já que o rendimento de sua moto melhora na segunda parte da prova. "Nessas duas corridas, no inicio fica dificil para eu fazer as curvas e inclinar mais a moto, essas oito voltas que foram removidas fizeram falta para nós. Certamente eu conquistaria umas três ou quatro posições. Em Austin teremos um tipo de pneu diferente e espero que possamos melhorar o desempenho já desde o inicio da prova".

Foto: Járcio Baldi

Marco *Bezzecchi no Brasil*

"A opção por um pneu macio para 23 voltas era uma opção bastante viável para poder chegar mais à frente, mas não tivemos tempo hábil para a troca"

Diogo Moreira disse que a energia do público o motivou bastante. Mais uma vez o brasileiro terminou em 13º, marcando pontos em suas duas primeiras corridas na categoria e mostrando uma forte evolução. "Estou muito feliz. Ver o público hoje foi incrível, estavam muito entusiasmados e isso motivou-me bastante. A corrida não foi má, apesar da largada ter sido desastrosa. Eu tinha ritmo para lutar pelo top 10, talvez entre o quinto e o décimo lugar, mas aqui é muito dificil ultrapassar", explicou.

A imprensa européia criticou muito a realização do evento com as condições do asfalto. Alguns foram mais radicais dizendo que não deveriam nem ter acontecido o GP sob tais condições. Outros criticaram a forma como as voltas foram tolhidas, sem dar tempo às equipes para mudarem as estratégias de corrida. Já o chefe da Equipe Trackhouse-Aprilia, Davide Brivio, disse que o GP de Goiânia não esteve à altura da MotoGP.

Já nesse final de semana acontece o GP de Austin, e a VR46 apresentou em Nova Iorque uma pintura especial para a prova texana, com o desenho de Aldo Drudi, famoso por caracterizar os capacetes de Valentino Rossi.

Mitsubishi Motors busca confirmar retrospecto em Cascavel

Após uma abertura de temporada no Circuito dos Cristais mostrando sua força, a Mitsubishi Motors desembarca no Paraná para a disputa da segunda etapa da Stock Car Pro Series 2026. O palco será o Autódromo Zilmar Beux, em Cascavel, reconhecido como o traçado mais veloz do calendário nacional. Com 3.058 metros de extensão e curvas de raio longo que desafiam a aerodinâmica, a pista traz recordações positivas para a marca, que em 2025 conquistou um pódio triplo na prova principal realizada no mesmo local.

O final de semana terá um significado especial para o líder do campeonato, Felipe Fraga. O piloto da Eurofarma RC, que defende as cores da Mitsubishi, alcançará a marca de 200 largadas na categoria ao apagar das luzes vermelhas na corrida principal de domingo. Fraga detém recordes significativos na história da Stock Car, tendo sido o piloto mais jovem a vencer uma prova logo em sua estreia, em 2014 aos 18 anos de idade, e o mais jovem campeão da categoria, título conquistado na temporada de 2016, aos 21 anos.

No mesmo fim de semana, outro piloto com histórico importante dentro da Mitsubishi Motors chegará a 400 largadas: Cacá Bueno, que conquistou nove vitórias e dois títulos pela marca em sua primeira fase na Stock Car entre 2005 e 2008.

Com um retrospecto de 24 vitórias, 15 pole positions e 49 pódios em 198 corridas disputadas até aqui, o piloto chega a Cascavel embalado pela vitória na prova principal da etapa de abertura, em Curvelo (MG). No topo da tabela com 122 pontos, Fraga personifica o momento de solidez da Mitsubishi Motors neste início de campeonato. Pela marca dos três diamantes, o tocantinense de 30 anos soma 25 corridas, duas pole positions e cinco vitórias.

"Começamos o ano com o pé direito com tudo correndo muito bem em Curvelo. Agora para Cascavel a expectativa é muito boa, por ser uma pista que me traz ótimas lembranças. Então, não haveria lugar melhor para comemorar essas 200 largadas na Stock Car", disse o piloto do Eclipse Cross #1, que tem poles, vitórias e pódios na pista do oeste paranaense. "Sou muito feliz de participar desta categoria sensacional que é a Stock Car, e que venham mais 200 corridas", comemorou.

A performance da marca em Minas Gerais também contou com o protagonismo de Rubens Barrichello, que garantiu o segundo lugar na corrida Sprint e ocupa a vice-liderança da competição. Além da vitória de Fraga e da pole position conquistada por Gaetano Di Mauro na abertura, a Mitsubishi conseguiu colocar três modelos Eclipse Cross no top-5 da prova principal, consolidando quatro representantes da marca entre os dez primeiros colocados na classificação geral.

O histórico em Cascavel também joga a favor da estratégia da equipe. Na segunda etapa do ano passado, Allam Khodair conduziu a Mitsubishi à vitória, acompanhado por Felipe Fraga em segundo e Daniel Serra em terceiro, selando um pódio inteiramente composto por pilotos da marca.

As atividades de pista em Cascavel começam nesta sexta-feira (27) com os treinos livres e a classificação; e corrida Sprint no sábado (28), culminando na prova principal de domingo (29), onde a Mitsubishi Motors busca consolidar sua vantagem técnica no início desta temporada.

SP recebe selo 'ouro' do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

O estado de São Paulo foi reconhecido com o título "ouro" do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização por atingir a meta definida pelo Ministério da Educação (MEC). Em 2024, ano referência da última edição do prêmio, 58% dos estudantes da rede estadual e das 645 prefeituras paulistas apresentaram habilidades básicas de leitura e de escrita. O secretário da Educação, Renato Feder, participou na segunda-feira (23) do evento em Brasília.

Além dos resultados de aprendizagem e do atingimento da meta do Indicador Criança Alfabetizada (ICA), a comissão técnica do MEC analisa uma série de iniciativas enviadas ao comitê, incluindo dados sobre formação de professores e gestores e de distribuição de materiais didáticos complementares de alfabetização. No total, São Paulo obteve 118 pontos em uma escala que vai até 150. A meta de alfabetização era de 57%.

Outros dez Estados conquistaram o "selo ouro". Seis receberam "selo prata" e um o "selo bronze".

"O 'selo ouro' é resultado de um trabalho sólido de parceria entre o Estado e os 645 municípios paulistas, sintetizado no programa Alfabetiza Juntos SP. Ao exercer o papel de coordenação da política educacional, a Secretaria da Educação mostra que, de forma colaborativa, é possível reverter problemas históricos e complexos. Tanto é que em apenas um ano, saímos do selo prata, obtido em 2024 (com dados de 23), para o de excelência", afirma Renato Feder.

Três em cada quatro crianças de SP já sabem ler aos 7 anos

Com alcance inédito em 100% das cidades paulistas, o programa Alfabetiza Juntos SP registrou em 2025, ano da última avaliação, recorde de mais de 330 mil crianças de até sete anos de idade que sabem ler e escrever na idade certa, ou três a cada quatro avaliadas. A Seduc-SP tem como meta atingir 90% dos estudantes como leitores iniciantes e fluentes até o final de 2026.

Dados da Avaliação de Fluência Leitora, divulgados em janeiro, mostram que na comparação com a primeira avaliação, em 2023, as redes públicas avançaram em 50% a quantidade de crianças leitoras – eram 220 mil neste nível de aprendizado naquele ano.

Entre os alunos leitores, o Alfabetiza Juntos SP estabelece dois níveis de desempenho. São considerados fluentes os que leram mais de 65 palavras, com 90% de precisão, em um minuto. Já os iniciantes conseguem ler 11 ou mais palavras, entre elas algumas possivelmente desconhecidas por elas, seja de forma mais pausada, no padrão de sílaba por sílaba.

Por meio do Alfabetiza Juntos SP, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo apoia escolas estaduais e municípios paulistas no cumprimento das metas de alfabetização, com ações como:

% Materiais de apoio ao Currículo Paulista: adotado em 572 municípios;

% Plataforma de leitura Elefante Letrado, presente em 436 municípios;

% Formação de professores: em 636 municípios, com 61,9 mil professores e 8.300 gestores municipais, além dos profissionais da rede estadual de ensino; e

% Matific, plataforma para apoiar o aprendizado de matemática, disponível para 275 cidades paulistas.

Prêmio Excelência Educacional reconhece 411 municípios por avanços na alfabetização

Nesta semana, a Secretaria da Educação anunciou a lista das 1.111 escolas municipais de 411 cidades paulistas vencedoras do Prêmio Excelência Educacional 2025. O Prêmio faz parte do programa Alfabetiza Juntos SP e reconhece o desempenho das redes municipais no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) de 2025. O cálculo é feito a partir do Índice de Excelência Educacional (IEE), tabulado com as médias de proficiência em língua portuguesa e matemática do 2º e 5º anos do Ensino Fundamental no Saresp e de fluxo escolar (as taxas de aprovação, reprovação e evasão). Cada escola tem uma meta individual e são considerados como critérios a evolução das notas, complexidade da unidade, número de alunos, vulnerabilidade social e se adota o modelo de tempo integral.

As unidades que alcançaram as metas recebem R$ 100 por estudante matriculado. Neste ano, o governo de São Paulo destinou R$ 32,5 milhões para o Prêmio.

Programa paulista é reconhecido pela Unesco

Pilar das iniciativas de alfabetização de São Paulo, o Alfabetiza Juntos também é reconhecido fora do Brasil. Em dezembro, a política foi validada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) por integrar o modelo CARE-KNOW-DO, desenvolvido pela pesquisadora doutora Alexandra Okada, da The Open University, no Reino Unido, no âmbito da iniciativa europeia CONNECT. O conceito que reconhece o Alfabetiza Juntos SP é dividido em:

CARE: diz respeito ao cuidado e ao compromisso de garantir que todas as crianças aprendam;

KNOW: reúne o conhecimento e as estratégias baseadas em evidências que orientam o trabalho das escolas; e o

DO: incentiva que os estudantes coloquem em prática o que aprendem, conectando a alfabetização às situações reais de suas comunidades.

Abordagem, vista como contribuição relevante para o avanço do ODS 4 — um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) —, reforça que alfabetizar é também formar crianças capazes de compreender e transformar o mundo ao seu redor. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Os vereadores e vereadoras do PT e PSOL vão ter que batalhar dobrado pra que o ex-prefeito Haddad (PT do Lulismo) tenha em 2026 pro governo SP os votos que faltaram [2016 pela reeleição; 2018 à presidência e 2022 ao governo SP]

.

PREFEITURA (São Paulo)
Histórias de condenações e prisões : o prefeito Paulo Maluf e depois Celso Pitta [eleito por Maluf em 1996] estiveram presos. O deputado federal Maluf por lavagem de dinheiro cumpriu parte da pena (STF) na prisão e depois a domiciliar

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Um veteraníssimo ex-deputado faz ironia com projeções sobre aumentos das bancadas do PL, PT, União, Republicanos, MDB e Podemos pro mandato 2027 - 2031. "Fazendo as contas, passarão de 100 os(as) parlamentares que hoje são 94"

.

GOVERNO (São Paulo)
Histórias de condenações e prisões : a Justiça de Nova Iorque (Estados Unidos) concedeu liberdade antecipada ao ex-governador José Maria Marin por corrupções na CBF / FIFA, por causa da idade avançada e dos perigos mortais da Covid 19

.

CONGRESSO (BRASIL)
Ao ser lançado candidato (pelo PL) ao governo do Paraná, o senador Sérgio Moro lembrou que Lula (dono do PT) nunca foi inocentado dos crimes pelos quais foi julgado e preso. O Bolsonarismo ganha no Estado um palanque que não tinha

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Histórias de condenações e prisões : o ex-presidente Fernando Collor segue condenado e preso (STF). Pela idade avançada e comorbidades [Parkinson], Collor segue cumprindo a pena de 8 anos e 10 meses em prisão domiciliar humanitária

.

PARTIDOS (Brasil)
Em vez de chorar a desistência de Ratinho Jr. como candidato à presidência, Gilberto Kassab (refundador e dono do PSD) está sorrindo pela filiação de Silvia Abravanel [filha do Silvio Santos] pra disputar uma cadeira na Câmara Deputados(as)

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Condenado via ação penal (STF) 2688 a 27 anos e 3 meses de prisão, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi pra prisão [humanitária] domiciliar por 3 meses pra ser bem mais cuidado por médicos. Quem concedeu foi o ministro [relator] Alexandre Moraes

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "E a paz de Deus, para a qual também fostes chamados em um corpo, domine em vossos corações; e sede agradecidos" **Colossenses 3:15**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agricolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Nova transferência de ICMS em março soma R$ 619 milhões para as cidades do estado

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) deposita na terça-feira (24) R$ 619,20 milhões na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o terceiro repasse do mês, referente ao ICMS arrecadado de 16 a 20 de março, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Sefaz-SP já havia repassado R$ 1,44 bilhão aos municípios em duas transferências anteriores, 10 e 17 de março, relativos ao ICMS apurado de 2 a 6 de março e de 9 a 13 de março, respectivamente. Com o depósito da terça-feira (24), o valor acumulado em março sobe para R$ 2,06 bilhões.

Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

Foto/Divulgação/Gov. de SP

No *primeiro bimestre de 2026, o Governo Estadual realizou nove repasses semanais às cidades paulistas totalizando R$ 7,73 bilhões do ICMS*

No primeiro bimestre de 2026, o Governo Estadual realizou nove repasses semanais às cidades paulistas totalizando R$ 7,73 bilhões do ICMS.

Agenda Tributária

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3°, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

InvestSP abre processo seletivo com salário de R$ 10 mil

Foto/Divulgação/Governo de SP

O *processo seletivo será conduzido em três etapas*

A InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE), abriu processo seletivo para a contratação de novos analistas de investimentos e competitividade, nas áreas de Licitações e Contratos e Sistemas de Informação.

As inscrições podem ser feitas até 2 de abril pelo site da Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura (Fapetec). Os salários são de R$ 10.247, e o local de trabalho é o escritório da InvestSP em São Paulo.

Na área de Licitações, exige-se graduação em Administração, Direito ou Gestão Pública. Já para Sistemas de Informação, a formação necessária deve ser em Tecnologia da Informação e experiência em análise ou desenvolvimento de sistemas.

O processo seletivo será conduzido em três etapas. A primeira é a Avaliação de Conhecimentos, composta por provas objetivas e discursivas, de caráter eliminatório e classificatório. Na sequência, ocorre a Análise Curricular e Documental. A etapa final consiste na Avaliação por Competências, também com caráter eliminatório e classificatório. (Governo de SP)

Campanha de vacinação contra a gripe começa neste sábado (28) em todo o estado de SP

A campanha de vacinação contra a gripe 2026 começa neste sábado (28), com o Dia D nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de todo o estado de São Paulo para os grupos prioritários. Nesta primeira etapa, a dose estará disponível para idosos a partir de 60 anos, crianças de 6 meses a menores de 6 anos e gestantes.

A campanha vai até 30 de maio e a meta é vacinar ao menos 90% do público-alvo, estimado em 18,8 milhões de pessoas. Até agora, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo recebeu cerca de 3 milhões de doses, que estão sendo distribuídas aos 645 municípios paulistas.

A imunização é a principal forma de prevenção contra a influenza e ajuda a reduzir casos graves, internações e mortes, especialmente no período de maior circulação de vírus respiratórios.

"A vacinação contra a influenza é a principal estratégia para prevenir casos graves, internações e óbitos, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, como crianças, gestantes e idosos. Com a chegada do outono e o aumento da circulação de vírus respiratórios, é fundamental que a população procure a unidade de saúde mais próxima para garantir proteção no período de maior risco", afirma Regiane de Paula, coordenadora de Saúde da Coordenadoria de Controle de Doenças da SES.

Foto/Divulg./Gov.de SP

A *campanha vai até 30 de maio e a meta é vacinar ao menos 90% do público-alvo*

Neste ano, até a última sexta-feira (20), o Estado registrou 5.801 casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) por influenza e 401 óbitos. Os dados são atualizados continuamente no painel da SES, no Núcleo de Informações Estratégicas em Saúde.

Tem alguma dúvida sobre a vacinação?

O Governo de São Paulo criou o portal "Vacina 100 Dúvidas" com as perguntas mais frequentes sobre vacinação nos buscadores da internet. A plataforma esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar. O acesso está disponível no link: www.vacina100duvidas.sp.gov.br (Governo de SP)

Arrecadação federal bate recorde e soma R$ 222,1 bilhões em fevereiro

A arrecadação federal alcançou R$ 222,1 bilhões em fevereiro, o maior valor já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995. O resultado representa crescimento real de 5,68% na comparação com fevereiro do ano passado, já descontada a inflação.

Os dados foram divulgados na terça-feira (24) pela Receita Federal.

Também é o melhor desempenho arrecadatório para o acumulado do ano. No bimestre, a arrecadação alcançou R$ 547,9 bilhões, representando um acréscimo de 4,41%, corrigido pela inflação.

Segundo o Fisco, o desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento da arrecadação da contribuição previdenciária e por mudanças recentes na legislação tributária, com destaque para as arrecadações do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

As receitas do PIS/Confins somaram R$ 47,7 bilhões, com expansão real de 8,45% na comparação com o mesmo mês de 2025. No ano, essa arrecadação chega a R$ 104,1 bilhões, alta real de 6,19% sobre o mesmo período do ano passado. Segundo a Receita, a alta reflete o aumento no volume de vendas do comércio e de serviços e do desempenho do setor ligado a extração de petróleo.

O IOF somou R$ 8,7 bilhões em fevereiro, com alta real de 35,73%, descontada a inflação, em relação ao mesmo mês de 2025. No acumulado de janeiro e fevereiro, o imposto totalizou R$ 16,8 bilhões, aumento real de 41,83%. De acordo com a Receita, o resultado reflete alterações na legislação que ampliaram a incidência do imposto sobre novas operações financeiras.

No bimestre, o IRRF-Capital também registrou crescimento expressivo de 26,45%, totalizando R$ 26,4 bilhões. O desempenho foi influenciado por aplicações em renda fixa e pela tributação de Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma das formas de uma empresa distribuir lucros aos acionistas.

No fim do ano passado, o Congresso Nacional aprovou o aumento de 15% para 17,5% da alíquota de Imposto de Renda Retido na Fonte para a JCP. No entanto, essa alta só se refletirá na arrecadação federal a partir de abril.

Previdência

A arrecadação da Previdência Social atingiu R$ 60,5 bilhões, com aumento real de 5,68% em relação a fevereiro do ano passado. O avanço foi atribuído ao crescimento de 3,89% na massa salarial e à alta de 7,98% na arrecadação do Simples Nacional.

Além disso, houve crescimento de 23,42% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em relação a fevereiro de 2025. Houve, também, a reoneração escalonada da contribuição patronal dos municípios e da folha de pagamentos, a partir de janeiro de 2025.

O aumento da arrecadação previdenciária também foi significativo no bimestre, chegando a R$ 124,4 bilhões, crescimento real de 5,58%.

Outros tributos

No acumulado do ano, a tributação sobre apostas online e jogos de azar gerou R$ 2,5 bilhões, contra R$ 756 milhões no primeiro bimestre do ano passado. O crescimento no setor atinge 236% na comparação anual, refletindo a regulamentação e a ampliação da cobrança sobre as chamadas "bets".

Em sentido contrário, tributos ligados à importação apresentaram recuo real. As receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação caíram 10,37% no bimestre, descontada a inflação, na comparação com janeiro e fevereiro de 2025. A Receita atribui o resultado à redução do volume de importações em dólar e à queda da taxa de câmbio na comparação anual.

Os desempenhos reforçam o caixa do governo no início do ano e contribuem para o cumprimento da meta fiscal estabelecida para 2026, que prevê superávit primário de R$ 34,3 bilhões, excluindo o pagamento de precatórios e despesas fora do arcabouço fiscal.

As regras fiscais, no entanto, estabelecem um limite de tolerância de 0,25 ponto percentual em relação à meta central. Dessa forma, o governo está autorizado a obter resultado primário zero até superávit de R$ 68,6 bilhões em 2025. (Agência Brasil)

Petróleo sobe 3%, mas segue abaixo de US$ 100 o barril do tipo Brent

O contrato futuro petróleo do tipo Brent com vencimento em junho registra alta de 3% na terça-feira (24), mas segue abaixo de US$ 100 o barril, piso de preço que tinha sido rompido na segunda-feira (23), quando recuou mais de 10%.

Petróleo sobe 3,3% e fica perto de US$ 100 o barril. O contrato do petróleo Brent, referência para o mercado mundial exceto nos Estados Unidos, era negociado na terça-feira (24) a US$ 99,24 por volta das 11h15 na Bolsa ICE Intercontinental Exchange.

Na segunda-feira (23), a cotação do Brent caiu abaixo de US$ 100 pela primeira vez desde 12 de março. A queda ocorreu após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, adiar ataque militar contra o Irã e citar avanços em negociações. O barril do Brent, padrão internacional, recuou 10,9% e fechou a US$ 99,94. A retração ocorre logo após o barril de Brent atingir na sexta-feira (20) o maior valor desde o ano de 2022.

Mercado reage à resposta do Irã sobre negociações com os Estados Unidos. O governo iraniano negou que esteja negociando com o governo norte-americano condições para liberação do Estreito de Hormuz, rota de 20% do fornecimento global do petróleo mundial.

Trump havia anunciado pausa em ataques a refinarias iranianas. Na segunda-feira (23), o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, havia postado em rede social a decisão de suspender por cinco dias ataques a bases de produção petrolífera do Irã. Na postagem, ele disse que a medida foi consequência de negociações com Teerã.

Irã negou negociações com Trump. O governo iraniano, entretanto, rebateu a informação de que estaria em conversas com os Estados Unidos. Assim, seguiria valendo a ameaça de Teerã, de atacar todos os alvos dos adversários caso fossem alvejados novamente.

Trocas de ataques continuam. O mercado reagiu na terça-feira (24) à continuidade das ações militares mesmo após a trégua anunciada pelos Estados Unidos. Irã diz que duas instalações de gás e um gasoduto foram alvos de ataques dos Estados Unidos e de Israel. Teerã, por sua vez, lançou mísseis contra Israel

Petróleo abriu semana em alta por tensão cresceu no fim de semana, após trocas de ameaças entre Estados Unidos e Irã. Trump estabeleceu o prazo de 48 horas para o Irã liberar a passagem responsável pelo trânsito de 20% do petróleo mundial. Caso o canal não fosse desbloqueado, ele afirmou que iria "atacar e destruir completamente" as usinas de energia iranianas. O Exército iraniano rebateu e sugeriu que vai alvejar instalações dos EUA. (Folhapress)

FGTS eleva para R$ 13 mil limite de renda do Minha Casa, Minha Vida

Principal programa habitacional do país, o Minha Casa, Minha Vida (MCMV) atingirá mais mutuários neste ano. O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou na terça-feira (24) novas regras, com a ampliação dos limites de renda das famílias e dos valores máximos de financiamento de imóveis. As mudanças ainda dependem de publicação no Diário Oficial da União para entrarem em vigor.

Foto/Ricardo Stuckert

Novas rendas

Os tetos de renda mensal foram atualizados em todas as faixas:

Faixa 1: de R$ 2.850 para R$ 3.200

Faixa 2: de R$ 4.700 para R$ 5.000

Faixa 3: de R$ 8.600 para R$ 9.600

Faixa 4: de R$ 12 mil para R$ 13 mil

Na Faixa 1, foi criada uma nova taxa de juros de 4,50% ao ano para famílias com renda entre R$ 2.850,01 e R$ 3.200, abaixo dos 4,75% anteriores.

Valores mais altos

Nas faixas 3 e 4, os limites de financiamento também foram ampliados:

Faixa 3: de R$ 350 mil para R$ 400 mil (+14%)

Faixa 4: de R$ 500 mil para R$ 600 mil (+20%)

Quem ganha

Segundo o governo, as mudanças devem ampliar o acesso ao programa:

87,5 mil famílias com juros menores

31,3 mil novas famílias na Faixa 3

8,2 mil famílias incluídas na Faixa 4

Recursos extras

A ampliação contará com recursos do Fundo Social, com cerca de R$ 31 bilhões destinados ao programa. A previsão é que esse reforço comece a ser usado no segundo semestre.

Impacto

A equipe técnica estima impacto de:

R$ 500 milhões em subsídios;

R$ 3,6 bilhões em crédito habitacional.

O objetivo é facilitar o acesso à casa própria, especialmente para a classe média, diante dos juros elevados e da redução de recursos da poupança.

FGTS-Saúde

O conselho também aprovou a retomada do FGTS-Saúde, voltado a entidades filantrópicas que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS). As novas regras ampliam prazos:

Até 15 anos para reestruturação financeira de entidades

Até 20 anos para compra de equipamentos

Até 30 anos para crédito a obras de instalações de saúde

A proposta teve resistência de representantes do setor privado, que criticaram o uso de recursos do FGTS para reestruturação de instituições. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) votou contra.

O Conselho Curador também aprovou a inclusão de mutuários no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte). (Agência Brasil)

Governo propõe subsídio de R$ 1,20 ao diesel após impasse do ICMS

A equipe econômica apresentou uma nova proposta aos estados para conter a alta do diesel após resistência dos governadores em zerar o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação do combustível, anunciou na terça-feira (24) o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

A alternativa, apresentada prevê uma subvenção de R$ 1,20 por litro de diesel importado, dividida entre União e estados.

Pelo modelo sugerido:

R$ 0,60 seriam pagos pelo governo federal

R$ 0,60 ficariam a cargo dos estados

"Essa linha dá uma resposta mais rápida às consequências da guerra, o efeito é mais célere, e não exige uma renúncia fiscal de ICMS, podemos ter essa contraproposta, por meio de subvenções, com efeitos mais rápidos", disse Durigan a jornalistas.

Medida temporária

A proposta tem caráter emergencial e deve valer até 31 de maio. Segundo o Ministério da Fazenda, o impacto fiscal total estimado é R$ 3 bilhões, R$ 1,5 bilhão por mês.

Na semana passada, a pasta tinha informado que o gasto seria de R$ 3 bilhões mensais, totalizando R$ 6 bilhões. No entanto, a Fazenda corrigiu a informação nesta terça.

O governo espera uma resposta dos estados até sexta-feira (27), durante reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), em São Paulo. Segundo Durigan, os ganhos de receitas dos estados produtores de petróleo com a alta do combustível ajudará a compensar o impacto da subvenção.

"Tudo que já foi anunciado pelo governo federal está valendo, segue igual. O que estamos fazendo é outra frente agora, para que não seja necessária apenas a renúncia fiscal pelos estados. Aliás, existem estados que vão ganhar mais na arrecadação com esse aumento nos preços do petróleo, o que acaba compensando", disse o ministro.

Mudança de estratégia

A nova proposta surge após governadores rejeitarem a ideia inicial de zerar o ICMS sobre o diesel importado. Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o subsídio permitiria uma resposta mais rápida aos efeitos da alta do petróleo.

A medida busca reduzir o impacto no preço final sem exigir renúncia direta de arrecadação por parte dos estados.

Ações paralelas

A nova ajuda se soma a outra medida já anunciada pelo governo no último dia 12: o subsídio de R$ 0,32 por litro a produtores e importadores.

Esse valor deve ser repassado ao consumidor final no preço do combustível.

Cenário externo

O governo avalia que a alta recente do diesel está ligada ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional, influenciado por tensões no Oriente Médio.

Outras medidas seguem em análise, incluindo possível redução de tributos sobre o biodiesel, a depender da evolução do cenário internacional. (Agência Brasil)

Ata do Copom: BC não indica mais cortes na taxa de juros

O Banco Central (BC) não indicou um novo corte na taxa Selic, os juros básicos da economia. Em meio às tensões em torno da guerra no Oriente Médio, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC afirmou que a magnitude e o "ciclo de calibração" (para cima ou para baixo) da Selic serão determinados "ao longo do tempo", à medida que novas informações forem incorporadas às análises.

As informações estão na ata da reunião do Copom da semana passada, divulgada na terça-feira (24). Na ocasião, o colegiado reduziu os juros em de 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano.

"Essa decisão é compatível com o cenário atual, no qual a duração e extensão dos conflitos geopolíticos, assim como sinais mistos sobre o ritmo de desaceleração da atividade econômica e seus efeitos sobre o nível de preços, dificultam a identificação de tendências claras", diz a ata.

Antes da escalada do conflito no Irã, a expectativa predominante era de um corte de 0,5 ponto percentual na taxa. Para o Copom, a atual conjuntura exige "perseverança, firmeza e serenidade" na condução da política monetária e uma restrição maior e por mais tempo do que seria apropriado antes.

"As expectativas de inflação, medidas por diferentes instrumentos e obtidas de diferentes grupos de agentes, que seguiam em trajetória de declínio, subiram após o início dos conflitos no Oriente Médio, permanecendo acima da meta de inflação em todos os horizontes. Foi ressaltado que o custo de desinflação sobre o nível de atividade ao longo do tempo é maior em ambientes com expectativas desancoradas", explicou o BC.

"No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o Comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo [principalmente de commodities, como o petróleo]", diz a ata.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta de inflação é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%. Para este ano, a previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país – subiu para 4,17%, de acordo com o último boletim do BC.

Os analistas também estimam que a Selic termine 2026 em 12,5% ao ano.

Desde junho do ano passado, a Selic estava em 15% ao ano. A última vez em que o Copom reduziu os juros foi em maio de 2024, quando a Selic passou de 10,75% para 10,5% ao ano. Em setembro do mesmo ano, a taxa começou a ser elevada, até chegar aos 15% ao ano.

Cenários

De acordo com ata divulgada hoje, até o início dos conflitos, as leituras indicavam algum arrefecimento da inflação e crescimento econômico compatível com a política monetária em curso. Por isso, na reunião de janeiro, o Copom julgou adequado sinalizar o início de um ciclo de calibração da taxa básica de juros, ainda que mantendo seu caráter restritivo.

Mas a incerteza com relação ao cenário externo se elevou consideravelmente, avaliou o colegiado.

"Além do agravamento das tensões geopolíticas, novas incertezas com relação à política econômica dos Estados Unidos colaboraram para tornar esse cenário ainda mais incerto", diz a ata.

Sobre o ambiente doméstico, o Copom reafirma que a saúde das contas públicas também é fator determinante para o sucesso do controle da inflação. Segundo o BC, a política fiscal não apenas estimula a demanda no curto prazo, mas molda a confiança dos investidores na sustentabilidade da dívida brasileira.

O Copom enfatizou que uma política fiscal contracíclica — aquela que ajuda a equilibrar a economia em momentos de euforia ou retração — é essencial para reduzir o "prêmio de risco". Quando o mercado percebe incerteza sobre o pagamento da dívida pública, exige juros mais altos para emprestar dinheiro ao país.

"O esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade", explicou. (Agência Brasil)

Novo Atestmed libera auxílio por incapacidade temporária

O Ministério da Previdência Social (MPS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) lançaram na terça-feira (24), o Novo Atestmed. O sistema amplia a análise de pedido de concessão auxílio por incapacidade temporária, apenas com a apresentação de documentos, sem a necessidade imediata do segurado comparecer a uma perícia presencial, em uma agência do INSS.

A estratégia de análise a partir do envio de um atestado médico ou odontológico via canais de atendimento do INSS tem o objetivo de agilizar a decisão do órgão sobre a concessão ou indeferimento deste benefício, que antes era chamado de auxílio-doença.

As novas regras para o Atestmed estão publicadas no Diário Oficial da União desta terça-feira (24), em portaria conjunta dos dois órgãos.

Prazo Ampliado

O Novo Atestmed permitirá que o prazo máximo de duração desse benefício seja 90 dias. A ampliação dos atuais 60 dias para até 90 dias poderá ser concedida via análise documental, eliminando a necessidade de perícia presencial para afastamentos curtos.

A nova regra deve agilizar os atendimentos. A Previdência Social estima que somente este aumento no período de repouso (até 90 dias) permitirá que mais de 500 mil segurados por ano possam ser beneficiados.

Principais mudanças

Pelas novas regras, o benefício de auxílio por incapacidade temporária poderá ser concedido ou indeferido pelo Perícia Médica Federal a partir da documentação recebida pelo Novo Atestmed.

O parecer técnico poderá ser emitido com base nos fatos, evidências e documentos médicos apresentados pelo requerente. A portaria menciona que a análise será por "verossimilhança". Isso significa que o perito vai avaliar o que está escrito, sem a necessidade inicial de exame presencial.

Com as mudanças, o governo federal calcula que o Novo Atestmed poderá reduzir em até 10% a fila por perícia presencial inicial.

Outra novidade é que o segurado requerente terá um espaço no sistema para informar a data de início dos sintomas e descrever a situação que causa a impossibilidade de trabalhar.

Acidente de trabalho

O perito médico também poderá reconhecer o Nexo Técnico Previdenciário (NTP) para validar o benefício por acidente de trabalho. A natureza acidentária ocorre quando o afastamento do trabalho estiver relacionado às condições laborais.

O Nexo Técnico Previdenciário (NTP) é o instrumento adotado pelo INSS para conferir se há eventual vínculo entre a doença/lesão de um trabalhador e sua atividade profissional e serve para justificar a concessão do benefício acidentário.

Análise do perito médico

O requerimento para receber o auxílio por incapacidade temporária deve ser protocolado pelo segurado nos canais de atendimento do INSS: o aplicativo ou site Meu INSS e a Central de teleatendimento 135.

Para o pedido de concessão auxílio por incapacidade temporária começar a ser analisado, o documento enviado (médico ou odontológico) no Novo Atestmed deve ser legível, sem rasuras e conter:

· documento oficial com foto;
· nome completo do segurado requerente;
· data de emissão dos documentos médicos;
· diagnóstico por extenso da doença ou o código da Classificação Internacional de Doenças (CID);
· assinatura e identificação do profissional (nome, número de registro no conselho de classe [Conselho Regional de Medicina ou Conselho Regional de Odontologia] e carimbo);
· prazo estimado de afastamento.

O requerimento protocolado pela central telefônica 135 ficará pendente até a documentação necessária ser anexada pelo segurado.

Autonomia do profissional do INSS

No Novo Atestmed, assim como ocorre no atendimento presencial, o perito médico tem acesso a todos os dados atualizados do segurado.

O profissional do INSS tem autonomia para estabelecer a data de início de repouso e o período de duração do benefício, mesmo se estiver diferente do indicado na documentação emitida pelo médico assistente.

Nestes casos, perito médico deve fundamentar sua decisão baseada nos fatos, evidências e documentos apresentados pelo segurado que fez a requisição do benefício.

Na prática, o perito médico vai analisar se o tratamento indicado para aquela doença justifica o tempo de afastamento do trabalho.

Quando a documentação apresentada não definir um prazo específico, o profissional do INSS também terá autonomia para definir o período de afastamento mais adequado.

Prorrogação

Se o prazo de duração do auxílio por incapacidade temporária for insuficiente para a recuperação do segurado, a prorrogação deve ser solicitada 15 dias antes do fim, mas exigirá perícia presencial.

A portaria estabelece que, no caso de prorrogação, não há mais necessidade de solicitar um novo benefício.

Recurso

O trabalhador que tiver seu benefício negado poderá entrar com recurso administrativo no prazo de 30 dias, a contar da data da ciência da decisão.

Após três indeferimentos sucessivos por análise documental, os requerimentos seguintes do auxílio por incapacidade temporária serão, obrigatoriamente, direcionados para o agendamento de exame médico-pericial presencial, mas é admitido o uso de tecnologia de telemedicina, caso preenchidos os requisitos. A opção elimina a necessidade de deslocamento do segurado.

A portaria destaca que a emissão de atestado falso é crime, sujeitando os responsáveis a sanções penais, civis e administrativas, além do ressarcimento dos valores recebidos indevidamente. (Agência Brasil)

Receita abre consulta a lote residual do Imposto de Renda que pagará R$ 300 milhões

A Receita Federal liberou, às 10h da terça-feira (24), a consulta ao lote residual de restituição do Imposto de Renda referente a março de 2026.

Ao todo, o lote contempla 87.440 restituições, destinadas a contribuintes prioritários e não prioritários, com valor total de R$ 300 milhões.

De acordo com a Receita, o crédito bancário será realizado ao longo do dia 31 de março. Todo o valor será destinado a contribuintes com prioridade legal da seguinte forma:

- Idosos acima de 80 anos: 4.566 restituições
- Idosos entre 60 e 79 anos: 25.028 restituições
- Pessoas com deficiência física, mental ou moléstia grave: 3.380 restituições
- Contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério: 6.649 restituições

Além disso, o órgão diz que 47.817 restituições serão destinadas a contribuintes que não possuem prioridade legal, mas receberam prioridade por terem utilizado a declaração pré-preenchida e/ou optado por receber via Pix. Nesse lote, não foram contemplados contribuintes não prioritários.

Para saber se está neste lote, o contribuinte deve acessar o site do órgão. É preciso informar CPF e data de nascimento. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal, em Meu Imposto de Renda, ou pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da Receita).

*

COMO CONSULTAR SE MINHA RESTITUIÇÃO ESTÁ DISPONÍVEL?

1 - Acesse o site www.gov.br/receitafederal

2 - Clique em "Meu Imposto de Renda"

3 - Selecione "Consultar minha Restituição"

4 - Informe CPF e data de nascimento e clique sobre a caixa "sou humano"

Para checar suas informações sobre a situação fiscal por meio do e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da Receita Federal), é preciso ter senha do portal Gov.br nível prata ou ouro.

Se identificar alguma pendência na declaração, o contribuinte pode enviar uma retificadora, corrigindo as informações que estiverem equivocadas. Com isso poderá sair da malha fina e receber a restituição, se for o caso.

A Receita também disponibiliza aplicativo para tablets e smartphones que possibilita consultar diretamente informações sobre liberação das restituições do IR e a situação cadastral de uma inscrição no CPF.

O órgão diz que o pagamento é feito somente em conta do titular da declaração. Com isso, o pagamento não será realizado caso ocorra erro nos dados bancários informados ou algum problema na conta destino.

Caso haja erro nos dados bancários, a Receita oferece o serviço de reagendamento disponibilizado pelo Banco do Brasil, pelo prazo de até um ano após a primeira tentativa de crédito.

O reagendamento pode ser feito da seguinte forma:

- Portal BB - https://www.bb.com.br/irpf
- Pela Central de Relacionamento BB:

4004-0001 (capitais).

0800-729-0001 (demais localidades)

0800-729-0088 (deficientes auditivos).

Para reagendar, é necessário informar o valor da restituição e o número do recibo da declaração. Após o reagendamento, basta aguardar nova tentativa de crédito.

Caso o valor não seja resgatado em até um ano, o contribuinte deverá solicitar pelo Portal e-CAC, acessando: Declarações e Demonstrativos > Meu Imposto de Renda > Solicitar restituição não resgatada na rede bancária.

COMO FUNCIONA O PAGAMENTO DA RESTITUIÇÃO?

Quem cai na malha fina por inconsistências da declaração só consegue a restituição após enviar a declaração retificadora. Neste caso, o pagamento é feito nos lotes residuais, a partir de outubro.

Quando o fisco processa o IR e não encontra mais pendências, há o agendamento do pagamento dos valores a quem tem direito de restituir, conforme o total a receber, a data em que entregou a declaração do Imposto de Renda e a quantia disponibilizada pelo governo federal.

O QUE FAZER SE CAIR NA MALHA FINA?

Quem cai na malha fina precisa enviar uma declaração retificadora corrigindo o erro. O prazo para fazer isso sem que haja penalidades é de até cinco anos. No entanto, enquanto não entregar o IR sem pendências o contribuinte não recebe a restituição.

COMO ENVIAR A DECLARAÇÃO RETIFICADORA?

É possível alterar os dados durante cinco anos, desde que o documento não esteja sob fiscalização da Receita.

A retificação do IR pode ser feita no programa gerador do Imposto de Renda no computador, no aplicativo para celular ou tablet, ou no e-CAC.

A principal dica da Receita Federal para quem vai retificar é não se esquecer de usar o programa do ano da declaração que precisa ser corrigida. Caso faça a retificação pelo e-CAC ou no celular, é preciso selecionar o ano correto. (Folhapress)

Governo federal entrega 2,2 mil moradias do Minha Casa, Minha Vida

O governo federal entregou na terça-feira (24) 2.215 moradias do programa Minha Casa, Minha Vida. Em nota, o Palácio do Planalto informou que as unidades vão beneficiar mais de 8,8 mil famílias nos estados do Pará, da Bahia e de Alagoas.

"Não tem sonho mais extraordinário pra um homem e pra uma mulher do que uma casinha pra cuidar dos seus filhos. Não tem nada mais sagrado do que saber que é seu", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

Na cidade paraense de Santarém, 1.408 famílias serão beneficiadas e o valor do investimento totaliza R$ 116,3 milhões, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), mecanismo do governo federal gerido pela Caixa Econômica Federal.

No município de Dias D'Ávila (BA), o investimento será de R$ 21,83 milhões via FAR, sob responsabilidade da Caixa e execução da Vertical Engenharia Ltda. A estimativa é que o empreendimento beneficie diretamente cerca de 592 pessoas na região.

Já em Rio Largo (AL), o investimento total acumulado será de R$ 64,5 milhões também via FAR. O empreendimento consiste em 609 casas em loteamento, cada uma com 40,54 metros quadrados (m²), destinadas a beneficiar 2.436 pessoas.

Modalidade rural

O município alagoano de São Brás recebeu investimento total de R$ 3,75 milhões provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) para a construção de 50 unidades habitacionais.

O projeto, executado sob a modalidade rural e gerido pela Associação dos Produtores de Leite de São Brás e Região (Asplesb), prevê moradias situadas às margens do Rio São Francisco e próxima a uma lagoa, visando facilitar a atividade produtiva local.

Ao todo, 42 famílias receberam unidades sem custo, enquanto oito famílias contribuíram com uma taxa simbólica de R$ 750, equivalente a 1% do valor do imóvel. Ainda segundo a Presidência, as mulheres representam entre 90% e 92% dos beneficiários. (Agência Brasil)

Portaria inclui famílias de Pernambuco em Programa de Reforma Agrária

O Diário Oficial da União traz publicada na edição da segunda-feira (23) portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que inclui moradores de uma comunidade do estado de Pernambuco no Programa Nacional de Reforma Agrária.

O texto reconhece como quilombolas 38 famílias do Território Varzinha dos Quilombolas, que ocupam 1, 8 mil hectares no município de Iguaracy (PE).

A norma autoriza o processo de seleção das famílias por meio da Plataforma de Governança Territorial. Assim, ocupantes de assentamentos e de áreas rurais da União passíveis de regularização podem solicitar a titulação pela internet, sem a necessidade de ir a uma unidade do Incra.

Territórios quilombolas

O Decreto nº 4.887/2003 determina que o Incra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas.

Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas tem a finalidade de proporcionar vida digna e a continuidade desses grupos étnicos.

A edição da segunda-feira (23) publica também portaria da Fundação Cultural Palmares que certifica a autodefinição de comunidade remanescente de quilombo à Comunidade Igapé Açu, em Peri Mirim, no Maranhão.

Essa medida garante acesso a políticas públicas e assistência técnica e jurídica da Fundação em casos, por exemplo, de conflitos e licenciamento ambiental, e às políticas públicas do Programa Brasil Quilombola. (Agência Brasil)

Com precatórios, previsão de déficit primário sobe para R$ 59,8 bilhões

O crescimento de gastos obrigatórios fez a estimativa total de déficit primário para 2026 aumentar de R$ 29,5 bilhões para R$ 59,8 bilhões. A previsão consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, enviado na terça-feira (24) ao Congresso Nacional.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem o pagamento dos juros da dívida pública.

A estimativa considera os precatórios, que estão fora da meta fiscal até 2026 após acordo fechado em 2023 com o Supremo Tribunal Federal (STF). Também há alguns gastos com defesa, saúde e educação fora da meta.

Ao somar os precatórios e as despesas fora do arcabouço fiscal, a previsão de gastos excluídos da meta de resultado primário está em R$ 59,8 bilhões.

A estimativa de déficit primário total impacta diretamente o endividamento do governo.

Ao excluir os precatórios e as exceções do arcabouço fiscal, no entanto, o governo prevê superávit primário de R$ 3,5 bilhões.

O superávit primário representa a economia de gastos do governo para pagar os juros da dívida pública.

Por causa dessa previsão de superávit, o governo não contingenciou verbas no Orçamento deste ano.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento apenas bloquearam R$ 1,6 bilhão. Esse bloqueio é necessário para cumprir os limites de gastos do arcabouço fiscal, mas não está relacionado à meta de resultado primário.

Receitas e despesas

O relatório bimestral prevê queda de R$ 13,7 bilhões nas receitas líquidas em relação ao valor aprovado no Orçamento de 2026.

A queda seria ainda maior não fosse a alta de R$ 16,7 bilhões nas estimativas de royalties, por causa da escalada do preço do petróleo após o início da guerra no Oriente Médio.

A equipe econômica também estima um aumento de R$ 23,3 bilhões nas despesas totais. Desse montante, R$ 18,9 bilhões são de gastos obrigatórios e R$ 4,4 bilhões de gastos discricionários (não-obrigatórios).

Em relação aos gastos, os principais fatores que pressionaram as despesas foram os créditos extraordinários, com alta de R$ 15,9 bilhões em relação ao aprovado no Orçamento.

Também contribuíram as altas de R$ 1,6 bilhão nos benefícios da Previdência Social e de R$ 1,9 bilhão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Do lado das receitas, os principais fatores foram a queda de R$ 13,5 bilhões na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Confins) e de R$ 6,8 bilhões no Imposto de Importação.

No caso das tarifas de importação, a diferença deve-se à queda do dólar em relação ao valor estimado no Orçamento original. (Agência Brasil)

Urbia Gestão de Parques SPE S.A.

CNPJ nº 35.814.889/0001-25
Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.S^as.; o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2025, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 23 de março de 2026. (A Diretoria)

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.640	7.058
Contas a receber de clientes	6	67.591	73.941
Estoques	–	707	607
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.658	5.766
Adiantamentos diversos	–	346	266
Despesas antecipadas	8	4.511	466
		78.453	88.104
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	65.996	75.038
Depósitos judiciais	–	1.046	777
Impostos e contribuições diferidos	24 (a)	3.986	3.648
Despesas antecipadas	8	17.874	5.149
Partes relacionadas	9	703	705
		89.605	85.317
Ativo financeiro	10	3.486	3.289
Intangível operacional	11 (a)	461.552	405.664
Intangível próprio	11 (b)	3.198	5.258
Ativo imobilizado	12	8.726	9.409
		476.962	429.620
		566.567	514.937
Total do ativo		**645.020**	**603.041**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	–	37.621	27.542
Empréstimos e financiamentos	13	39.115	30.421
Obrigações e encargos trabalhistas	14	4.411	4.959
Obrigações tributárias	15	3.657	8.524
Adiantamento de clientes	16	71.237	90.332
Adiantamento de outorga	17	5.875	7.877
Obrigações por poder concedente	–	769	760
Outras obrigações a pagar	18	1.242	988
		163.927	171.403
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	295.055	225.923
Impostos diferidos	24 (b)	14.577	13.591
Adiantamentos de clientes	16	73.908	89.304
Adiantamento de outorga	17	31.718	38.713
Provisão para perda de investimento	–	147	145
Provisão para contingências	–	457	140
		415.862	367.816
Total do passivo		579.789	539.219
Patrimônio líquido			
Capital social	19	32.871	32.871
Reserva legal	–	1.554	1.484
Reservas de lucros	–	30.806	29.467
Total do patrimônio líquido		65.231	63.822
Total do passivo e patrimônio líquido		**645.020**	**603.041**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	144.745	118.718
Custos dos serviços prestados	21	(76.884)	(62.051)
Lucro bruto		67.861	56.667
(Despesas) e receitas operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	22	(34.197)	(27.656)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	(615)	(1.305)
		(34.812)	(28.961)
Lucro antes do resultado financeiro		33.049	27.706
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	967	555
Despesas financeiras	23	(32.161)	(5.075)
		(31.194)	(4.520)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.855	23.186
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24 (c)	–	(41)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24	(446)	(7.686)
		(446)	(7.727)
Lucro líquido do exercício		**1.409**	**15.459**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	1.409	15.459
Total do resultado abrangente do exercício	**1.409**	**15.459**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.855**	**23.186**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Apropriação de encargos sobre empréstimos	29.309	2.384
Amortização do intangível operacional	12.156	10.290
Reequilíbrio financeiro	2.891	–
Amortização do intangível próprio	1.336	–
Depreciação do imobilizado	1.370	916
Baixa do ativo intangível próprio	745	–
Baixa do ativo imobilizado	521	–
Provisão para perda de investimentos	2	–
Provisão para contingências	317	140
Receita da construção	(54)	(7.050)
PIS e COFINS - diferidos	203	94
	50.651	29.960
Variações nas contas patrimoniais		
Contas a receber de clientes	12.501	(65.672)
Estoques	(100)	217
Impostos e contribuições a recuperar	2.108	(4.620)
Adiantamentos diversos	(80)	761
Despesas antecipadas	(16.770)	(865)
Depósitos judiciais	(269)	(162)
Fornecedores	10.079	10.160
Obrigações e encargos trabalhistas	(548)	519
Obrigações tributárias	(4.867)	2.233
Adiantamentos de clientes	(34.491)	91.454
Adiantamentos de outorga	(8.997)	7.787
Obrigações ao poder concedente	9	311
Outras obrigações a pagar	254	(849)
	(41.171)	41.274
Juros pagos	(25.489)	(27.884)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(16.009)	43.350
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Custo de ativação do ativo financeiro	5.803	(9.289)
Custo de ativação do intangível operacional	(67.990)	(104.693)
Custo de ativação do intangível próprio	(21)	(1.114)
Aquisições do imobilizado	(1.208)	(11.174)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(63.416)	(116.270)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimo e financiamento	342.939	141.143
Amortização de empréstimos e financiamentos	(268.934)	(61.515)
Contas-correntes com partes relacionadas	2	109
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	74.007	79.691
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**(5.418)**	**6.771**
Saldo no início do exercício	7.058	287
No final do exercício	1.640	7.058
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**(5.418)**	**6.771**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social			Reserva de lucros	
	Integralizado e subscrito	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucro líquido acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.871	711	14.781	–	48.363
Lucro líquido do exercício	–	–	–	15.459	15.459
Constituição da reserva de lucros	–	–	15.459	(15.459)	–
Constituição da reserva legal	–	773	(773)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.871	1.484	29.467	–	63.822
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.409	1.409
Constituição da reserva de lucros	–	–	1.409	(1.409)	–
Constituição da reserva legal	–	70	(70)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	32.871	1.554	30.806	–	65.231

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais) exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: Em 8 de março de 2019, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. (**"Construcap"**) sagrou-se vencedora da Concorrência Internacional nº 001/SVMA/2018, licitação da prefeitura de São Paulo para prestação dos serviços de gestão, operação, manutenção e serviços de engenharia de seis parques urbanos públicos no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósitos específicos ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Urbia", "Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Rebouças, 3.970, andar 32 - sala 32, Pinheiros - São Paulo. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 18 de dezembro de 2019, sob o CNPJ 35.814.889/0001-25. O capital social da Sociedade foi subscrito o valor de R$ 32.871, já integralizado pelo acionista na sua totalidade. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa requerida como contraprestação à assinatura do Contrato de Concessão, no valor de R$ 70.501, ao Município de São Paulo. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 20 de dezembro de 2019 foi assinado o Contrato de Concessão, entre a Prefeitura do Município de São Paulo, representado pela Secretaria Municipal de Governo e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ("Poder Concedente"), e a Urbia Gestão de Parques SPE S.A. para concessão da prestação de serviços de gestão, operação e manutenção dos Parques: Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucalyptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como execução de obras e serviços de engenharia ("Concessão"), com valor monetário estimado de R$ 1.338.103 (um bilhão trezentos e trinta e oito milhões cento e três mil seiscentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), no prazo total de 35 anos. Em razão do surto de COVID-19 e do consequente fechamento dos parques, verificou-se impacto em diversos marcos previstos para o período de transição inicialmente estabelecido. Nesse contexto, em 19 de outubro de 2020, foi firmado o Termo de Aditamento nº 001/SVMA/2020, por meio do qual foram promovidos ajustes nos prazos dos cronogramas contratuais. Posteriormente, o Termo de Aditamento nº 026/SVMA/2024, firmado em 27 de fevereiro de 2024, incorporou ao Contrato de Concessão a obrigação de execução, pela Companhia, das obras, serviços e projetos destinados às ações de requalificação e conservação da Marquise localizada no Parque Ibirapuera. O referido aditamento estabeleceu o valor de R$ 71.977.260,98 (setenta e um milhões, novecentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta reais e noventa e oito centavos) para a execução das intervenções. Na sequência, o Termo de Aditamento nº 015/SVMA/2025, firmado em 24 de março de 2025, promoveu acréscimo de quantitativos e qualitativos contratuais, mediante replanilhamento de serviços, sem alteração do valor contratual. Conforme Termo de Aditamento nº 108/SVMA/2025, assinado em 15 de julho de 2025, foram acrescidos quantitativos, novos serviços e valor às obras da Marquise do Parque Ibirapuera, perfazendo o valor revisado de R$ 84.628.794,56 (oitenta e quatro milhões e seiscentos e vinte e oito mil e setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), além de prorrogado o prazo de execução das obras por mais 06 (seis) meses. Por fim, o Termo de Aditamento nº 002/SVMA/2026, assinado em 11 de fevereiro de 2026, promoveu redução de quantitativos, de modo que o valor das obras da Marquise foi revisado para R$ 82.681.315,73 (oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil trezentos e quinze reais e setenta e três centavos), reajustável nos termos do aditamento contratual. As referidas obras foram concluídas e a Marquise reinaugurada no dia 24 de janeiro de 2026. A Sociedade vem executando as obras e serviços de engenharia conforme o Contrato de Concessão e seus aditivos, sendo que os principais investimentos já foram executados ou estão em andamento, e encontram-se concluídos conforme previsto contratualmente. Também assumiu os encargos ligados às atividades operacionais e administrativas relacionados à gestão dos Parques da Concessão. Todas as informações referentes à assinatura do Contrato de Concessão foram publicadas no Diário Oficial em 21 de dezembro de 2019, vide página 80 e estão disponíveis no Portal da Prefeitura de São Paulo. Referente ao setor de atuação da Sociedade, importa destacar os parques urbanos como importantes infraestruturas sociais, que prestam serviços ambientais e ecossistêmicos à cidade e se destinam à convivência e ao lazer dos visitantes, atendendo suas demandas de entretenimento, esporte, contemplação da natureza, realização de atividades e eventos culturais. São áreas que congregam, portanto, diversas demandas dos visitantes, e que, por isso, recebem relevante afluxo de pessoas todos os dias. O conceito de parque urbano não se confunde ao dos parques naturais e unidades de conservação, onde a natureza é a principal protagonista e a visitação muitas vezes é limitada à contemplação destas vastas áreas. Nos parques urbanos há o estímulo ao contato e interação diretos com a natureza no meio urbano, contando com locais e equipamentos para prática de esportes, realização de eventos culturais, espetáculos, exposições, educação ambiental, cursos, além de prover toda a infraestrutura necessária ao atendimento dos usuários, como banheiros, áreas de alimentação e bebida, bebedouros, *playgrounds*, mobiliário urbano etc. Neste contexto, as atividades operacionais da Sociedade focam-se em serviços de gestão, operação, zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, manutenção e serviços de engenharia para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão e para a prestação do devido serviço público aos visitantes. Além disso, é direito da Concessionária a exploração comercial das áreas, com exclusividade e ampla liberdade empresarial, realização de eventos, ações de patrocínio e marketing, cessão de área para serviços e eventos diversos, venda de produtos variados, locação de equipamentos, atividades e ocupações variadas, operação dos equipamentos culturais para espetáculos, exposições, feiras, mostras, eventos corporativos etc., entre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostas em seus documentos. O início das atividades operacionais da Urbia se deu com a promulgação da ordem de início assinada em 20 de janeiro de 2020 pelo Poder Concedente, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia seguinte. A Urbia assumiu a administração dos Parques Lajeado e Tenente Faria Lima em 21 de janeiro de 2020, Parque do Ibirapuera em 27 de outubro de 2020 e Parque Eucalipto em 15 de novembro de 2020. Os Parques Jacintho Alberto e Jardim da Felicidade em 15 de novembro de 2021. Cabe à Concessionária implementar um programa de intervenções em cada parque, com o objetivo de realizar obras que irão corrigir questões de infraestrutura, recuperar edifícações e áreas verdes, além de melhorar a experiência do usuário e prover serviços e opções de consumo a estes, conforme o Cadernos de Encargos e Planos Diretores de Parques de cada parque, limitado àquilo de responsabilidade da Sociedade. A Sociedade permanece executando o Programa de Intervenções nos Parques, conforme o Contrato de Concessão e seus Aditivos, as propostas apresentadas e revisadas em cada Plano de Intervenções e os cronogramas estabelecidos com o Poder Concedente para cada Parque, além de realizar ações, reparos e melhorias de manutenção. Grande parte das intervenções obrigatórias foram concluídas até o presente exercício. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R$) e todos os valores arredondados para os milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3. As demonstrações contábeis da administração em 20 de março de 2026. **3. Práticas contábeis adotadas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Sociedade considera caixa saldos em conta corrente de movimento, aplicações financeiras de conversibilidade imediata. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; **• Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, elas são divulgadas em Notas Explicativas. A Sociedade possui uma ação judicial ajuizada por C. H. com o objetivo de obter a declaração de nulidade dos atos de encerramento de audas e de substituição do plano pedagógico da Escola de Música do Auditório, com valor de causa atribuído em R$ 1.500, classificada como perda remota, inclusive com emissão de Parecer do Ministério Público de São Paulo opinando-se de maneira favorável à extinção do processo e, no mérito, à improcedência da ação popular. Além disso, as demais reclamações foram classificadas pela Administração com risco de perda possível, tendo como base a opinião de seus Assessores Jurídicos e, portanto, não foi realizado o provisionamento de valores. O saldo somado desses processos em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.950. A Sociedade, nos termos da legislação trabalhista vigente, pode, eventualmente, ser acionada por conta de processos de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados e por empregados de empresas por ela subcontratadas e não sanadas pela empresa responsável, sem prejuízo da análise de mérito. As referidas reclamações foram analisadas como remota, possível e provável sendo classificadas pela Administração como risco de perda possível, tendo como base a opinião de seus assessores jurídicos. Adicionalmente, a Sociedade adota mecanismos para que suas subcontratadas sigam a legislação trabalhista, além de realizar retenção de valores a título de caução como forma de mitigar sua exposição nos processos. O saldo desses processos avaliados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2025 é o montante de R$ 457 (2024 - R$ 140), e avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for aplicável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado estarão sob seu controle, em situações de normalidade, pela própria Concessionária, conforme termos contratuais e da legislação aplicável. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento de a Outorga Fixa. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e é amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque, frente à demanda efetivamente realizada. Até o atual período, os itens ativados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados de empréstimos e gastos pertinentes aos investimentos reversíveis, obrigatórios e eletivos, de acordo com objeto, encargos e direitos emergentes da Concessão que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária e cumprimento do Contrato de Concessão. Trata-se de bens reversíveis ao patrimônio público quando do fim do prazo de Concessão, nos termos da legislação aplicável e dos dispositivos do Contrato de Concessão. O intangível em constituição, portanto, segue a lógica de arcar com os referidos encargos e gerar fluxo de caixa futuro. Além disso, valores gastos a título de estudos, projetos, mão de obra especializada e planos estratégicos, entre outros, também são incluídos ao intangível. **d. Ativo Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base de método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. **e. Adiantamentos de clientes:** Os Adiantamentos estão demonstrados ao valor de custo e correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço estão classificados no passivo não circulante. Nota 16. **f. Adiantamentos de outorga:** A Sociedade em 2022 celebrou Contrato para empréstimos e gastos pertinentes aos investimentos reversíveis, obrigatórios e eletivos, de acordo com objeto, encargos e direitos emergentes da Concessão que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária e cumprimento do Contrato de Concessão. Trata-se de bens reversíveis ao patrimônio público quando do fim do prazo de Concessão, nos termos da legislação aplicável e dos dispositivos do Contrato de Concessão. O intangível em constituição, portanto, segue a lógica de arcar com os referidos encargos e gerar fluxo de caixa futuro. Além disso, valores gastos a título de estudos, projetos, mão de obra especializada e planos estratégicos, entre outros, também são incluídos ao intangível. **d. Ativo Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base de método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. **e. Adiantamentos de clientes:** Os Adiantamentos estão demonstrados ao valor de custo e correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço estão classificados no passivo não circulante. Nota 16. **f. Adiantamentos de outorga:** A Sociedade em 2022 celebrou Contrato para empréstimos e gastos pertinentes aos investimentos reversíveis, obrigatórios e eletivos, de acordo com objeto, encargos e direitos emergentes da Concessão de investimento, modernização e exploração econômica, mediante pagamento inicial de R$ 10.000 e de R$ 35.000 a partir do início da operação, durante o período de 276 meses contados a partir do início da data de operação. Adicionalmente, a Indigo pagou em 28/06/2024, a título de prêmio por desempenho, o montante de R$ 133.000 para o Contrato prevê 5 faixas de desempenho para o cálculo do desempenho, apuradas anualmente, no mês de novembro, durante os 5 primeiros anos. Cada faixa corresponde a um nível de faturamento e, portanto, pode-se atingir mais de uma faixa anualmente. Em 2024, as partes acordaram, tendo em vista o resultado apurado até nov/23, o pagamento correspondente as 3 últimas faixas remanescentes, a título de adiantamento, a ser apropriado nos anos de 2024, 2025 e 2026. Os valores recebidos estão classificados como passivo circulante e, quando superior a 12 meses após a data do balanço, como passivo não circulante. Nota 17. **g. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere à Concessionária o direito de propriedade das áreas concedidas e infraestrutura de serviços. É previsto apenas a cessão de uso dessas áreas para prestação de serviços públicos e exploração comercial, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida em que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à sua manutenção do equilíbrio econômico e financeiro. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é realizada com base no período contratual de 35 anos e proporcionalmente à demanda operacional de cada projetada em cada parque. **a) Outorga variável 1:** Em razão da exploração do Objeto da Concessão, a Concessionária é responsável pelo pagamento da Outorga Variável 1. Esse encargo corresponde ao montante calculado trimestralmente resultante da aplicação da alíquota de 1,12% sobre a totalidade da Receita Bruta do período correspondente conforme detalhado no Anexo IV do Contrato de Concessão. **b) Outorga Variável 2:** Em razão da exploração do Objeto da Concessão, é aplicado à Concessionária o pagamento da Outorga Variável 2. Esse encargo é aplicado sobre a Receita Bruta e pode variar de 0% a 1%, conforme o resultado do Fator de Desempenho dos Parques (FDE), detalhado no Anexo IV do Contrato de Concessão. Para apuração do FDE são utilizados dois instrumentos, (i) Avaliação de Desempenho pelo Poder Concedente e (ii) Pesquisa de Satisfação do Usuário. O pagamento é realizado trimestralmente e o valor provisionado nesse exercício é de R$ 224. **h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar se ocorrem eventos ou mudanças circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para ajuste do valor contábil líquido frente ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em avaliações de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). Não foram apurados redução ao valor recuperável do ativo intangível *(Impairment)* para o presente exercício. **i. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que os benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação. São acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **j. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuídos. **k. Fornecedor:** As contas a pagar ao fornecedor totalizaram os valores de R$ 37.621 (R$ 27.542 em 2024), sendo 70% deste valor correspondente aos serviços e produtos decorrentes dos investimentos nas intervenções do Parque. O restante corresponde a serviços e produtos decorrentes da operação usual. **l. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificado como patrimônio líquido. Todas as ações do capital social foram subscritas e integralizadas. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade em suas apurações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver, ver montantes a pagar, e no ativo quando os montantes a recuperar ou pagar são esperados ser devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **q. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço (nota 13). **r. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **s. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requerem um ajuste significativo no valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão abaixo descritas. **Perda de valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Amortização do Intangível:** A Sociedade possui ativos intangíveis operacionais que são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização calculada de acordo com a curva de demanda de cada Parque pelo período da concessão. **s. Impactos da reforma tributária: Reforma tributária do consumo (LC 214/2025):** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos IBS e CBS) substituirá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e possíveis incidências do Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: • CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; • IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; • Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e, • Manutenção Restrita do IPI: O IPI incidir

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Urbia Gestão de Parques SPE S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais) exceto quando indicado de outra forma

No Passivo:

Natureza da operação:	Parte relacionada:	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	23.630	18.530

Natureza de serviço prestados pela Construcap CCPS: Serviços executados em obras civis, incluindo demolição, construção, reforma e manutenção, com fornecimento de mão de obra e equipamentos, a fim de melhorar e ampliar a infraestrutura dos Parques, seus caminhos, a acessibilidade, seu imobiliário, a sinalização e a comunicação visual, as estruturas de serviços e apoio aos usuários e de apoio operacional, tendo em vista os encargos do Contrato de Concessão e investimentos efetivos. **10. Ativo financeiro:** Em fevereiro de 2024, o Poder Concedente firmou com a Sociedade o Termo de Aditamento nº 026/SVMA/2024, por meio do qual foram incluídas ao Contrato de Concessão as obras, serviços e projetos para ações de requalificação e ecoparque "José Emínio de Moraes", conforme os Anexos do referido Termo de Aditamento. Conforme Termo de Aditamento nº 108/SVMA/2025, assinado em 15 de julho de 2025, foram acrescidos quantitativos, novos serviços e valor às obras da Marquise do Parque Ibirapuera, perfazendo o valor revisado de R$ 84.628.794,56 (oitenta e quatro milhões e seiscentos e vinte e oito mil e setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), além de prorrogado o prazo de execução das obras por mais 06 (seis) meses. Posteriormente, conforme Termo de Aditamento nº 002/SVMA/2026, assinado em 11 de fevereiro de 2026, houve redução de quantitativos, de modo que o valor das obras da Marquise foi revisado para R$ 82.681.315,73 (oitenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e um mil trezentos e setenta e três centavos), reajustável nos termos do aditamento contratual. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão se dá mediante ao pagamento de indenização, para recomposição dos valores despendidos para execução das obras, serviços e projetos. É de responsabilidade do Poder Concedente providenciar todas as autorizações, alvarás, licenças e aprovações junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública no âmbito federal, estadual e municipal. O saldo a receber no exercício está classificado no Balanço Patrimonial como Ativo financeiro no montante de R$ 3.486 - (2024 - R$ 9.289). **11. Ativo intangível:** As premissas adotadas para apropriação do Ativo Intangível e concessão estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento técnico CPC 04 (R1), item 97 e 98: • Estabeleceu-se o critério de segregação do valor da outorga por cada parque; • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques, conforme citado no Anexo VI - Plano de Negócio de Referência do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"); • O ativo intangível da concessão é amortizado de maneira proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciado o seu uso; • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimos com terceiros, conforme nota 13. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao capital de terceiros aplicado como forma de investimentos em cada projeto. As obras foram concluídas a partir de maio de 2025 os encargos financeiros deixaram de ser incorporados ao custo do ativo e passaram a ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício. • Gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral que contribuirão para a determinação futuro do intangível, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária.

Taxa média utilizada na amortização:

				Taxa média de amortização por parque:	
Ano	Ibirapuera	Lajeado	Tenente	Eucaliptos	Jacintho Alberto	Jardim da Felicidade
2025	2,92%	2,72%	2,78%	2,72%	2,72%	2,72%
2026	2,85%	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%
2027	2,88%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%	2,78%
2028	2,92%	2,82%	2,82%	2,82%	2,82%	2,82%
2029	2,95%	2,85%	2,85%	2,85%	2,85%	2,85%

11 (a) - Intangível operacional: Composição:

	Custo	Amortização Acumulado	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Melhorias de infraestrutura	276.960	(16.139)	260.821	216.975
Juros capitalizados	77.755	(4.627)	73.128	63.626
Direito de outorga da concessão	70.501	(9.136)	61.365	63.146
Desenvolvimento	68.916	(4.322)	64.594	60.227
IOF capitalizados	1.820	(176)	1.644	1.690
	495.952	(34.400)	461.552	405.664

Movimentação:

	31/12/2024	Adições	Amortização	31/12/2025
Melhorias de infraestrutura	216.975	50.408	(6.562)	260.821
Juros capitalizados	63.626	11.485	(1.983)	73.128
Direito de outorga da concessão	63.146	–	(1.781)	61.365
Desenvolvimento	60.227	6.151	(1.784)	64.594
IOF capitalizados	1.690	–	(46)	1.644
	405.664	68.044	(12.156)	461.552

	31/12/2023	Adições	Transferências entre contas	Amortização	31/12/2024
Melhorias de infraestrutura	136.927	70.416	14.230	(4.598)	216.975
Juros capitalizados	40.870	24.022	–	(1.266)	63.626
Direito de outorga da concessão	64.927	–	–	(1.781)	63.146
Desenvolvimento	41.921	17.305	2.301	(1.300)	60.227
Material	14.230	–	(14.230)	–	–
IOF capitalizados	1.727	–	–	(37)	1.690
	300.602	111.743	2.301	(8.982)	405.664

11 (b) - Intangível próprio: Composição:

	Custo	Amortização Acumulado	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Softwares	6.578	(3.459)	3.119	4.434
Marcas e Patentes	79	–	79	79
Intangível em Formação	–	–	–	745
	6.657	(3.459)	3.198	5.258

Movimentação:

	31/12/2024	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2025
Softwares	4.434	21	–	(1.336)	3.119
Marcas e Patentes	79	–	–	–	79
Intangível em Formação	745	–	(745)	–	–
	5.258	21	(745)	(1.336)	3.198

	31/12/2023	Adições	Transferências entre contas	Amortização	31/12/2024
Software	4.628	1.114	–	(1.308)	4.434
Marcas e Patentes	79	–	–	–	79
Intangível em Formação	6.769	–	(6.024)	–	745
	11.476	1.114	(6.024)	(1.308)	5.258

12. Ativo imobilizado: Composição:

	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido	Taxa médias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	8.803	(1.820)	7.073	7.746	10%
Móveis e utensílios	1.089	(316)	773	778	10%
Equipamentos de informática	1.772	(996)	776	765	20%
Veículos	8	(8)	–	1	20%
Instalações	153	(49)	104	119	10%
	11.915	(3.189)	8.726	9.409	

Movimentação:

	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	7.746	765	(521)	(917)	7.073
Móveis e utensílios	778	100	–	(105)	773
Equipamentos de informática	765	343	–	(332)	776
Veículos	1	–	–	(1)	–
Instalações	119	–	–	(15)	104
	9.409	1.208	(521)	(1.370)	8.726

	31/12/2023	Adições	Transferências entre contas	Depreciação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	3.953	603	3.723	(533)	7.746
Móveis e utensílios	540	325	–	(87)	778
Equipamentos de informática	865	179	–	(279)	765
Veículos	3	–	–	(2)	1
Instalações	67	67	–	(15)	119
	5.428	1.174	3.723	(916)	9.409

13. Empréstimos e financiamentos:

Instituição Financeira	Modalidade	Encargos	31/12/2025	31/12/2024
Banco Itaú BBA S.A (a)	Debêntures	IPCA (a) + 10,23% a.a.	306.913	–
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (b)	FINEM e Fundo Clima	5,55% e TLP(b) + 4,50% a.a. CDI (c) + de: 1,82 % a 3,27 % a.a.	–	138.278
Itaú S.A (c)	Debêntures		–	108.397
Banco ABC S.A.	Conta garantida	CDI (c)+ 2,30% a.a.	20.268	9.416
Banco Bradesco S.A	Conta garantida	CDI (c)+ 2,62 % a.a.	6.790	2
Banco Santander S.A	Leasing	–	221	285
(–) Ajuste a Valor Presente - Leasing			(22)	(34)
			334.170	256.341
Circulante			39.115	30.421
Não circulante			295.055	225.923

(a) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo: (b) TLP - Taxa de longo prazo: (c) CDI - Certificado de Depósito Interbancário: a) Em setembro de 2025 a Sociedade realizou a terceira emissão de debêntures, na qual emitiu 295.000 mil debêntures não conversíveis em ações, juntamente ao Banco Itaú BBA S.A. no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante de R$ 295.000, em recurso de longo prazo, com destinação para liquidação total dos contratos de financiamento celebrados com a instituição Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e as debêntures da primeira e segunda emissão com o Banco Itaú BBA S.A, investimentos contratuais da concessão entre outros usos. A emissão teve objetivo de melhorar o prazo e perfil do endividamento da Companhia. b) Em dezembro de 2022, a Sociedade assinou, junto ao BNDES, o Contrato de Financiamento que disponibiliza crédito com a finalidade de apoio à requalificação dos parques urbanos Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, que compõem Zonas Especiais de Interesse de Proteção Ambiental, no âmbito do Contrato de Concessão 057/SVMA/2019 no montante de R$ 150.000, divididos em dois subcréditos, sendo R$ 80.000 provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e R$ 70.000 compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e pelos recursos originários do Fat - Depósitos Especiais. • Durante o ano de 2023, foram liberados os valores nominais de R$ 71.500, R$ 9.000 e R$ 34.000, respectivamente - (dezembro/2023 - R$ 116.602). • Durante o ano de 2024 foram liberados os valores nominais de R$ 8.219, R$ 3.409 e R$17.250, respectivamente. c) Em dezembro de 2022 a Sociedade emitiu 70 mil debêntures não conversíveis em ações, juntamente ao Banco Itaú BBA S.A. no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante de R$ 70.000 em recurso de longo prazo, com destinação para liquidação parcial do empréstimo ponte celebrado com a instituição Banco Bradesco, investimentos contratuais da concessão entre outros usos. Em julho de 2024, a Sociedade realizou a segunda emissão de debentures (40 mil debêntures não conversíveis em ações), juntamente ao Banco Itaú BBA S.A. no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante bruto de R$ 40.000. No exercício de 2025, a Sociedade realizou a liquidação antecipada do Contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dos Contratos da Primeira e da Segunda Emissão de Debêntures, ambos junto ao Banco Itaú S.A., os quais estavam vinculados ao financiamento de suas operações e investimentos. A liquidação dessas operações ocorreu em consonância com a estratégia financeira da Companhia de otimização da estrutura de capital e gestão do custo médio da dívida. Os saldos devedores remanescentes, incluindo principal, encargos financeiros e eventuais custos contratuais de liquidação, foram integralmente quitados na data da liquidação. **As parcelas do não circulante são demonstradas a seguir por ano de vencimento:**

Ano de vencimento	2025	2024
2026	–	29.319
2027	4.480	33.241
2028	11.310	34.093
2029	14.769	28.931
2030	16.220	26.426
Demais anos	247.786	73.913
	295.055	225.923

Cláusulas contratuais restritivas: A *covenants* financeira da Sociedade vinculada ao Contrato de Financiamento Debêntures com o Banco Itaú BBA S.A., conforme cláusula vigésima quinta da Escritura de Emissão, que prevê atingimento minimamente o valor do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,30, com medição a partir de 2026, referente ao exercício social encerrado em 2025, para pagamento aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em relação ao Contrato de Financiamento ao Banco Itaú, devemos observar os seguintes requisitos para pagamento aos acionistas a título de dividendos e juros sobre capital próprio em cada exercício social: Cálculo do ICSD: ICSD = GOC / SD. GOC= EBITDA ajustado (a), (-) Impostos sobre o lucro (b). (a) EBITDA ajustado = lucro operacional antes de o resultado financeiro e impostos (+) depreciação e amortização. (b) Impostos sobre o lucro = total do IRPJ e CSLL corrente. (c) Serviço da dívida (SD) = Apropriação dos juros dos empréstimos e IOF, desconsiderando período de carência.

	31/12/2025	31/12/2024
Cálculo:		
EBITDA ajustado	46.575	38.912
Impostos sobre o lucro	–	(41)
GOC =	46.575	38.871
Serviço da dívida (SD) =	30.046	27.303
ICSD =	1,55	1,42

14. Obrigações e encargos trabalhistas:

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações a pagar:		
Salários e pensão alimentícia a pagar	947	1.115
Encargos sociais trabalhistas	1.019	1.153
Provisões:		
Provisão de férias encargos	2.445	2.691
	4.411	4.959

15. Obrigações tributárias:

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a recolher	–	3.680
Pis/Cofins/CSLL retidos e a pagar	1.309	1.085
Cofins a pagar	834	2.011
IRRF retido	698	678
Pis a pagar	437	–
INSS retido	334	799
ISS retido e a pagar	45	271
	3.657	8.524

16. Adiantamento de clientes:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrocínio	73.356	95.952
Publicidade	49.730	56.008
Cessão de espaço	21.086	19.323
Outras receitas	833	2.353
Adiantamento Lei Rouanet	140	6.000
	145.145	179.636
Circulante	71.232	90.332
Não circulante	73.908	89.304

17. Adiantamento de outorga:

	31/12/2025	31/12/2024
Outorga de estacionamento	26.805	35.802
Prêmio por desempenho	10.788	10.788
	37.593	46.590
Circulante	5.875	7.877
Não circulante	31.718	38.713

Em 30/09/2020, a Sociedade celebrou o Contrato de Cessão de Direito de Uso de Area para a Exploração Econômica de Estacionamento com a Administradora Geral de Estacionamentos S.A. ("Indigo"), com prazo de 20 anos e início de vigência a partir de 04/11/2020. A remuneração inicial paga na assinatura do contrato será diferida durante a sua vigência. Em 28/06/2024, a Indigo realizou antecipadamente o pagamento das parcelas remanescentes, relativas aos aportes adicionais previstos para os próximos 3 (três) anos, em uma única vez, mediante celebração do 3º Termo Aditivo, no valor de R$ 18.132, que será reconhecido proporcionalmente em cada ano originalmente devido.

18. Outras obrigações a pagar:

	31/12/2025	31/12/2024
Caições	111	881
Outras obrigações a pagar	111	107
	1.242	988

As cauções são retenções contratuais de valores estipulados em contrato que são retidos para pagamento até o final da prestação de serviço. **19. Patrimônio Líquido: 19.1. Capital social:** O capital social está representado por 32.871.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizados. **19.2. Reserva de lucros: Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. **19.3. Dividendos:** A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido for levantar balanços extraordinários para os fins retromencionado. Ressalta-se que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado. Conforme a 3ª Escritura da Emissão de Debêntures, o pagamento de dividendos pela Sociedade só poderá ocorrer após a Conclusão Financeira do Projeto, a partir do exercício de 2025, caso não esteja ocorrendo qualquer inadimplemento de suas obrigações, desde que (i) 95% dos Investimentos Obrigatórios estejam finalizados, (ii) não haja qualquer inadimplemento (pecuniário ou não) da Emissora e/ou da Fiadora no âmbito da Escritura; e (iii) a distribuição de dividendos não gere Efeito Adverso Relevante, nos termos da Escritura. Até o momento, não foram registradas distribuições de dividendos. **19.4. Lucro por ação:** A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.409	15.459
Quantidade de ações ordinárias	32.871.029	32.871.029
Lucro por ação - R$	0,00004	0,00047

20. Receita operacional líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Cessão de uso de espaço	75.746	46.863
Publicidade e patrocínio	62.207	58.550
Locação de equipamentos	13.774	13.245
Eventos e atividades	2.810	2.657
Reequilíbrio Financeiro	2.891	2.711
Repasse de parcerias	5.306	–
Tecnologia	–	2.329
Outros	1.965	814
construção	(54)	7.050
Vendas canceladas	(1.433)	(1.122)
Receita bruta	163.212	133.097
(–) Deduções sobre faturamento		
Tributos sobre faturamento	(16.243)	(12.590)
Outorga sobre faturamento	(2.224)	(1.789)
	(18.467)	(14.379)
Receita operacional líquida	144.745	118.718

21. Custos dos serviços prestados:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços prestados	(41.865)	(35.217)
Amortização	(12.156)	(8.982)
Pessoal	(9.915)	(7.332)
Aluguéis	(4.347)	(1.836)
Custo com Eventos	(3.734)	(2.974)
Manutenção	(1.789)	(1.531)
Materiais	(854)	(2.604)
Seguros	(459)	(945)
Outros	(1.733)	(631)
	(76.852)	(62.051)
(–) Custos das Mercadorias Vendidas	(32)	–
	(76.884)	(62.051)

22. Despesas comerciais, gerais e administrativas:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(19.646)	(12.212)
Serviços prestados	(4.161)	(6.664)
Materiais	(4.086)	(1.690)
Depreciação	(1.370)	(916)
Amortização	(1.336)	(1.308)
Impostos e Taxas	(1.026)	(1.120)
Aluguéis	(746)	(2.564)
Seguros	(429)	(20)
Outras despesas	(1.397)	(1.162)
	(34.197)	(27.656)

23. Resultado Financeiro: Receitas financeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Variação monetária ativa s/ impostos	610	–
Juros sobre aplicações financeiras	339	213
Juros ativos	66	–
Outras receitas financeiras	–	366
Impostos sobre receitas financeiras	(48)	(24)
	967	555

Despesas financeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sobre empréstimos(*)	(40.795)	(26.429)
(–) Capitalização de empréstimos	11.486	24.022
Outras despesas financeiras	(2.852)	(2.668)
	(32.161)	(5.075)

(*) Durante o período de construção de obra de intervenção, a Sociedade procedeu à capitalização dos encargos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos contratados, conforme previsto no CPC 20 - Custos de Empréstimos. As obras foram concluídas e a partir de maio de 2025 e os encargos financeiros deixaram de ser incorporados ao custo do ativo e passaram a ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

24. Impostos diferidos: (a) Impostos diferidos ativos: (i) Prejuízo fiscal:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior	10.596	10.822
Movimentação da base do diferido, líquidos	674	(226)
Base ajustada	11.270	10.596
No ativo não circulante		
IRPJ	2.817	2.648
CSLL	1.014	953
	3.831	3.601
Na demonstração de resultado		
IRPJ	169	57
CSLL	61	21
	230	78

(ii) Imposto de renda e contribuição social - diferido (base temporária):

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias lançado ao resultado, exercício anterior	35.902	13.527
Movimentação da base do diferido, líquidos	1.989	22.375
	37.891	35.902
No ativo não circulante		
IRPJ	114	35
CSLL	41	13
	155	48
No passivo não circulante		
IRPJ	9.587	9.011
CSLL	3.452	3.244
	13.038	12.255
Na demonstração de resultado		
IRPJ	(497)	5.594
CSLL	(180)	2.014
	(677)	7.608

(b) Composição dos diferidos passivos:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Receita da construção (líquido de amortizações)	4.827	4.973
Receita de reequilíbrio financeiro	4.760	4.038
	9.587	9.011
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Receita da construção (líquido de amortizações)	1.738	1.790
Receita de reequilíbrio financeiro	1.713	1.454
	3.451	3.244
Programa de Integração Social ("PIS")		
Receita de reequilíbrio financeiro	275	238
	275	238
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Receita de reequilíbrio financeiro	1.264	1.098
	1.264	1.098
Total dos impostos diferidos passivos	14.577	13.591
Circulante	–	–
Não Circulante	14.577	13.591

(c) Imposto corrente:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes das provisões tributárias:	1.854	23.186
Adições	1.660	1.135
Exclusões	(4.191)	(10.128)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro fiscal	(677)	14.193
(–) Compensação do IRPJ sobre prejuízos fiscais	–	(4.258)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal após compensação dos prejuízos fiscais	**(677)**	**9.935**
Abatimentos dedutíveis para fins de IRPJ	–	345
Abatimentos dedutíveis para fins de CSLL	–	106
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente	–	2.115
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	–	788
	–	**2.903**

	31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre o exercício de: 31/12/2024	(2.903)
IRPJ E CSLL sobre o exercício de: 31/12/2023	2.862
IRPJ e CSL corrente lançado no resultado, (líquidos)	(41)

25. Instrumento financeiro: Sensibilidade a taxas de juros: Na data dessas informações, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros foram:

Instrumento de taxa variável	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes (nota 6)	133.587	148.979
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	334.170	256.344

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados.

			I	II	III	IV	V
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Provável	50%	25%	-25%	-50%
Empréstimos e financiamentos	334.192	CDI	28.668	14.334	7.167	(7.167)	(14.334)
		Sem	–	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	(22)	Indexador	–	–	–	–	–
	334.170		28.668	14.334	7.167	(7.167)	(14.334)

26. Seguros:

Sociedade	Modalidade	Vencimento das Apólices	Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Tokio Marine	Riscos de Engenharia (Obra da Marquise)	30/03/2026	117.042
AIG	Riscos Nomeados e Patrimoniais	29/12/2026	105.685
POTTENCIAL	Seguro Garantia (Performance Bond)	06/02/2026	94.234
Sompo Seguros	Responsabilidade Civil Geral	19/12/2026	20.000
LIBERTY SEGUROS	Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	19/11/2026	20.000
BERKLEY	Riscos de Engenharia (demais obras)	30/06/2026	17.918
			377.879

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza e sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. **27. Obrigações e compromissos com o Poder Concedente:** A Sociedade terá como principais obrigações, conforme cláusula 13ª do contrato de concessão, a prestação dos serviços de gestão, operação, e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, além de serviços de engenharia. Deverá zelar pelo patrimônio público, assumindo a responsabilidade e a gestão dos parques sob sua administração e considerando a Área de Concessão e a divisão de responsabilidades e encargos do Contrato de Concessão. A Sociedade deverá captar, aplicar e gerir recursos financeiros para execução deste objeto, assim como manter, durante o prazo de concessão, condições necessárias e satisfatórias para a plena execução dos encargos do Contrato e visando à boa prestação do serviço público aos visitantes. Deverá a Sociedade dispor de equipamentos, serviços contratados, materiais e equipe adequada para consecução de todas as obrigações estabelecidas no Contrato e seus Anexos. De maneira geral poderá dividir os encargos e deveres da Sociedade em dois grupos: (i) operação e (ii) investimentos. Os encargos operacionais compõem os serviços essenciais, periódicos e rotineiros, à devida manutenção dos parques, como atividades de zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, manejo e manutenção predial. Além disso, toda a operacionalização da infraestrutura técnica e de utilidades cabe à Sociedade, de modo a tornar os espaços tecnicamente adequados. Dentro das atividades operacionais, ainda, cabe à Sociedade os serviços de segurança patrimonial e recepção do visitante. Não compõem encargos da Sociedade, dentro das atividades operacionais, os serviços de segurança civil, manejo da fauna, iluminação pública e atividades de saúde pública, entre outras ações de responsabilidade das autoridades públicas competentes. Todos os itens acima descritos, além de demais atividades administrativas e acessórias à devida condução de suas atividades perante o Poder Concedente estão relacionadas nas alíneas 'a' a 'p' e 'w' a 'eee' da cláusula 13.2 do Contrato. Tais deveres estão detalhados e explicados no item 5, '*Encargos e Operação e Gestão*', do Anexo III do Contrato de Concessão. A respeito dos encargos de obras e investimentos, cabe à Sociedade observar as obrigações das alíneas 'q' a 'v' da Cláusula 13.2 e todas as diretrizes e obrigações de obra previstas no item 4 do Anexo III, denominado *Encargos de Obra*. Referente a este ponto, resumidamente, cabe à Sociedade apresentar os projetos contendo os planos de intervenção para cada parque, o que foi feito, e com sua integral aprovação, iniciar o programa de intervenções, ou seja, executar as obras necessárias, previstas pelo Contrato ou eletivas, de modo a recuperar as áreas e equipamentos, requalificar ambientes e implantar modificações, equipamentos e estruturas adequadas ao uso do parque e à satisfação do visitante. **28. Eventos subsequentes:** • Em linha com o Caderno de Encargos do Contrato de Concessão, a Companhia finalizou todas as obras e investimentos previstos dentro dos prazos estipulados, à exceção daqueles que tiveram seus prazos impactados por situações extraordinárias (a exemplo da demora dos órgãos competentes acima do limite máximo estipulado na Cláusula 13.5 do Contrato de Concessão). Cada intervenção foi devidamente concluída e formalizada junto ao Poder Concedente para realização de vistoria e consequente emissão de Termo de Recebimento. • É a situação, por exemplo, das obras descritas na Cláusula 4.7 do Caderno de Encargos vinculadas diretamente à entrega da Reforma da Marquise, que tiveram seus prazos revisados, uma vez que só poderiam ser realizadas após a conclusão da própria Marquise e, portanto, não compõem a relação de itens entregues referenciados acima; • A obra de restauração e modernização da Marquise foi finalizada dentro do prazo contratual e a inauguração ocorreu em 24 de janeiro de 2026. Com 27 mil m² de área reformada, o espaço foi totalmente requalificado conectando arte, esporte e lazer. • A partir da Portaria do Ministério das Cidades (MCID) nº 1.314/2025, que regulamenta o uso de debêntures de infraestrutura e incentivadas para financiar a requalificação e gestão via concessões ou PPPs de parques urbanos públicos, o Projeto de Investimento da Urbia Gestão de Parques foi protocolado no MCID em 23 de fevereiro de 2026.

Diretoria

Victor Serrano Pereira - Diretor Administrativo Financeiro

Responsável técnico pelas informações contábeis

Ana Cristina Rodrigues - Contadora - CRC 1SP 141776/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Urbia Gestão de Parques SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 21 de março de 2025, sem modificação. **Demonstrações do valor adicionado (DVA):** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuid

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e por assinatura. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

QUARTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

CNPJ nº 03.485.775/0001-92

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que eventualmente considerarem necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	145.823	154.085	160.064	178.180
Aplicações financeiras	10	25.255	40.618	25.255	40.618
Contas a receber de clientes	11	101.027	94.945	100.927	95.512
Estoques	12	190.903	197.082	207.734	213.487
Impostos e contribuições a recuperar	13	36.019	2.595	36.575	3.493
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	3.629	2.305	3.960	2.486
Ativos biológicos				52.737	54.175
Adiantamento a fornecedores		11.493	14.037	11.565	14.131
Outras contas a receber		4.934	4.935	4.950	4.951
Total do ativo circulante		517.604	510.600	602.922	607.095
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Impostos e contribuições a recuperar	13	4.238	34.626	5.242	34.637
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8.614	7.867	8.614	7.867
Contas a receber de clientes	11	883	5.686	883	5.686
Depósitos judiciais	24	60.401	57.921	60.442	57.938
Partes relacionadas	23		593		593
Adiantamento a fornecedores		3.163	794	3.163	794
Precatórios a receber		1.088	904	1.088	904
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30		5.925	1.948	
Outras contas a receber		776	579	2.305	2.229
Investimentos em controladas	15	273.779	244.359		
Propriedades para investimentos		865	833	865	833
Imobilizado	16	194.532	190.753	473.996	465.920
Direito de uso	17	22.019	9.000	88.073	82.015
Intangível	18	243	624	243	624
Total do ativo não circulante		570.815	555.635	651.222	662.866
Total do ativo		1.088.419	1.066.235	1.254.144	1.269.959

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	18.067	9.061	50.165	43.506
Arrendamento a pagar		7.140	2.516	29.484	19.419
Instrumentos financeiros derivativos	19			52	52
Fornecedores	20	47.977	60.316	73.385	86.535
Obrigações sociais	21	19.778	19.592	21.664	21.675
Obrigações fiscais	22.a	30.861	34.500	38.817	34.067
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.b	4.207	4.243	4.207	4.319
Impostos parcelados		610	293	610	293
Dividendos a pagar	23	26.213	16.563	26.213	16.563
Outras contas a pagar		9.155	10.874	9.530	17.023
Total do passivo circulante		169.708	158.158	252.027	239.000
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	27.807	49.349	55.562	108.937
Arrendamento a pagar	17	15.541	7.672	70.803	67.332
Obrigações fiscais	22.a	1.084	971	1.084	971
Impostos parcelados		1.771	953	1.771	953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	35.170	34.047	35.252	34.354
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	24	4.086	3.568	4.086	3.568
Outras contas a pagar		2.598	3.423	2.598	3.423
Total do passivo não circulante		87.810	98.653	171.216	219.532
Patrimônio líquido					
Capital social	26	537.775	524.505	537.775	524.505
Ações em tesouraria		(1)	(1)	(1)	(1)
Reserva para incentivos fiscais			13.270		13.270
Ajuste de avaliação patrimonial		78.171	80.848	78.171	80.848
Reservas de lucros		113.847	102.805	113.847	102.805
Dividendos adicionais propostos		101.139		101.139	
Total do patrimônio líquido		830.931	811.427	830.931	811.427
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.088.419	1.066.238	1.254.144	1.269.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita		815.962	758.874	891.438	812.108
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(502.380)	(487.033)	(571.557)	(522.596)
Lucro bruto		313.582	271.845	319.881	289.512
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(132.009)	(123.507)	(132.009)	(123.507)
Gerais e administrativas	28	(64.191)	(65.557)	(64.191)	(65.557)
Outras despesas	28	(20.796)	(10.638)	(22.748)	(12.133)
Outras receitas	28	10.034	1.153	10.151	1.253
		(206.962)	(198.549)	(208.797)	(199.944)
Lucro antes do resultado financeiro		115.330	79.636	114.715	90.170
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	41.079	26.170	51.037	29.754
Despesas financeiras	29	(11.761)	(11.244)	(20.236)	(37.228)
	29	29.318	14.926	30.801	(7.474)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(6.060)	(7.556)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		138.588	87.006	135.516	82.696
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	30	(29.913)	(18.764)	(31.043)	(22.861)
Diferidos	30	(1.133)	(1.144)	(1.209)	8.263
		(31.036)	(19.908)	(32.964)	(14.598)
Lucro líquido do exercício		107.552	68.098	102.552	68.098
Lucro básico e diluído por ação do capital social - R$	31	68,05	43,09		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	107.552	68.098	107.552	68.098
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total do exercício	107.552	68.098	107.552	68.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		107.552	68.098	107.552	68.098
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido					
Provisões para atividades operacionais:					
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	30	31.036	18.908	27.964	14.598
Variação do valor justo dos ativos biológicos				3.068	(7.010)
Resultado de equivalência patrimonial	15	6.060	7.556	-	-
Depreciação e amortização de bens	28	29.441	27.283	72.966	59.817
Provisão para perdas nos estoques	11	16	551	21	551
Provisão para perda esperada	11	7.994	2.233	7.994	842
Complemento (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques	12	(3.708)	1.160	(3.421)	1.164
Provisão para benefícios a funcionários	33	7.995	8.086	8.746	8.792
Provisão para perdas operacionais	14.b	(1.285)	41	(1.285)	41
Amortização de fretes diferidos		-	-	71.657	67.076
Resultado na venda de bens		(3.574)	1.427	(3.710)	1.403
Baixa de arrendamento	17.b			(18.142)	(18.287)
Juros e variação monetária sobre ativos monetários		(7.207)	(6.249)	(7.251)	(6.321)
Juros sobre financiamentos	19	(1.223)	7.999	2.661	29.833
Juros sobre arrendamentos	17.b	1.858	1.567	11.294	7.546
Juros apropriados sobre passivos monetários		233	90	233	90
Instrumentos financeiros derivativos				52	52
Complemento (reversão) de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	24	464	2.357	473	2.445
Ajuste a valor presente sobre provisão para riscos fiscais e trabalhistas					
Variação no ativo e passivo circulantes e não circulantes:					
Contas a receber de clientes		(9.273)	23.552	(8.607)	24.689
Estoques		9.887	7.287	6.753	50.869
Impostos a recuperar		(2.679)	(97)	(3.376)	340
Adiantamento a fornecedores		174	(3.496)	198	(1.865)
Depósitos judiciais		2.222	688	2.198	690
Ativos biológicos	14.b			(82.293)	(71.878)
Outras contas a receber		1.147	7.134	615	7.790
Fornecedores		(15.380)	(4.198)	(16.626)	2.171
Obrigações sociais		(7.808)	(8.232)	(8.756)	(9.157)
Obrigações fiscais		3.608	(611)	3.597	(987)
Outras contas a pagar		(1.265)	(7.351)	(1.941)	(6.969)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19	(4.200)	(2.068)	(14.944)	(13.757)
Juros pagos de arrendamentos	17.b	(529)	(1.567)	(1.101)	(1.752)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(28.150)	(20.911)	(31.260)	(25.486)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		123.611	126.847	137.475	132.111
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		15.363	(40.618)	15.363	(40.618)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e plantio em uma safra de lavouras de cana-de-açúcar	16	(30.865)	(26.740)	(61.243)	(62.146)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	15.b	(35.000)	(64.999)	-	-
Aquisição de intangível	18	(393)	-	(411)	(40)
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado		9.341	678	9.753	981
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(41.554)	(131.679)	(36.538)	(101.823)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos de partes relacionadas, líquidos		45	(124)	(62)	(124)
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	19	1.000	39.567	1.000	39.567
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	19	(8.113)	(5.858)	(35.434)	(30.667)
Pagamentos de passivos de arrendamento	17.b	(4.973)	(5.552)	(6.279)	(6.484)
Pagamento de parcelamento de tributos		(533)	(283)	(533)	(283)
Pagamento de dividendos / juros sobre capital próprio	26	(77.745)	(33.185)	(77.745)	(33.185)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(90.319)	(5.435)	(119.053)	(31.176)
Aumento líquido de equivalentes de caixa		(8.262)	(10.267)	(18.116)	(888)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		154.085	164.352	178.180	179.068
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	145.823	154.085	160.064	178.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva para incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		497.505	(1)	13.270	82.410	31.013	-	68.792	-	-	692.989
Capitalização de lucros acumulados	26.a	27.278	-	-	-	-	-	(27.278)	-	-	-
Realização do custo atribuído	26.c	-	-	-	(1.562)	-	-	-	1.562	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	26.e	-	-	-	-	-	-	(12.443)	-	-	(12.443)
Retenção de lucros decisões judiciais	26.d	-	-	-	-	-	22.500	(22.500)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	68.098	-	68.098
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	26.d	-	-	-	-	3.405	-	-	(3.405)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	26.e	-	-	-	-	-	-	-	(16.563)	-	(16.563)
Reserva para investimentos	26.d	-	-	-	-	-	-	49.692	(49.692)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		524.505	(1)	13.270	80.848	34.439	22.500	135.862	-	-	811.427
Capitalização de reserva para incentivo fiscal	26.a	13.270	-	(13.270)	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	26.c	-	-	-	(2.677)	-	-	-	2.677	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	26.e	-	-	-	-	-	-	(61.866)	-	-	(61.866)
Reversão de retenção de lucros decisões judiciais	26.d	-	-	-	-	-	(22.500)	-	22.500	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	107.552	-	107.552
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	26.d	-	-	-	-	5.377	-	-	(5.377)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	26.e	-	-	-	-	-	-	-	(26.213)	-	(26.213)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	(101.139)	101.139	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		537.775	(1)	-	78.171	39.816	-	74.000	-	101.139	830.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto operacional A Companhia Müller de Bebidas ("Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de Barueri, no estado de São Paulo, tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia, bem como a participação no capital social de outras sociedades, como sócio cotista ou acionista. A Companhia possui a unidade industrial destinada à produção de aguardente de cana, no município de Porto Ferreira/SP (Destilaria Lageado), que produz sua principal matéria-prima; duas unidades para padronização e envasamento das cachaças e de outras bebidas alcoólicas, sendo uma localizada no município de Pirassununga/SP e a outra unidade no município de Cabo de Santo Agostinho/PE. A sua sede administrativa está localizada no município de Pirassununga/SP. A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 103,7% (93,7% em 2024) do total de produto acabado envazado pela unidade localizada em Pirassununga. Do total da cana-de-açúcar processada por esta unidade, 64,4 % (68,7 % em 2024) foram adquiridos de terceiros. A controlada Vale do Xingu Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda.. e da parte relacionada Condomínio Agropecuário Guilherme Müller Filho e Outros ("Condomínio GMFO"), este último pertencente a acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho/PE, tem por atividade preponderante a padronização, e envasamento das cachaças e de outras bebidas alcoólicas, que representa, aproximadamente, 10,2 % (9,3% em 2024) do total envasado consolidado, cuja matéria-prima é substancialmente adquirida com terceiros e conta com incentivo fiscal no âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 25. **Reforma Tributária** Foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pela Lei Complementar nº 227/2026, instituiu novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, baseado em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi ainda instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A implementação ocorrerá de forma gradual no período de 2026 a 2033, durante o qual haverá convivência entre o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 disciplinou a administração do IBS, instituindo o Comitê Gestor responsável por sua arrecadação, fiscalização, compensação e distribuição das receitas, bem como estabeleceu diretrizes para aproveitamento de créditos de sistema atual. A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e financeiros decorrentes da nova sistemática. A mensuração detalhada destes impactos será possível somente após a publicação da regulamentação da nova regra fiscal, o que deve acontecer ao longo do exercício de 2026. **2. Base de preparo de entidades controladas** Em 31/12/2025 e de 2024, a Companhia possui participação nas seguintes controladas:

Controladas	Participação - %
Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda. ("Vale do Xingu")	100
Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata")	100

(a) A controlada Vale do Xingu é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com sede no município de Porto Ferreira/SP, ten por atividade preponderante exploração de cultura de lavoura de carvoeiras e prestação de serviços de colheita de produtos rurais. Constituída e estruturada para produzir e comercializar parte significativa de sua produção para com sua parte relacionada Companhia Müller de Bebidas (Destilaria Lageado), conforme mencionado na nota explicativa nº 23.c. a safra inicia em 10 de maio (término 26/10/2025 e teve uma produção de 370 mil toneladas (371 mil toneladas em 2024). (b) Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata") A controlada é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Fazenda Centro da Mata, no município de Nova Ubiratã/MT. Em 2014 teve início a execução das operações pecuárias, realizadas no imóvel rural denominado Fazenda Centro da Mata/MT, até então explorada pela cindida Vale do Xingu (cisão realizada em julho de 2014). Em 2021, foi concluído os trabalhos de preparo de solo da área destinada ao projeto (8.968 ha) e a execução da atividade pecuária, tendo sido realizado o plantio das pastagens e as instalações pecuárias. Os ativos relacionados com a atividade pecuária foram integralmente baixados. Em 31/12/2025, os ativos biológicos da Empresa são compostos pelas lavouras: (i) de soja, cultivada em 7.085 ha (2024 – 7.100 ha), com colheita prevista para o mês de janeiro a março de 2026, (ii) milho safrinha, cultivado em 1.200 ha, com colheita prevista para o mês de junho de 2026 e (iii) brachiária, cultivada em 500 ha, com colheita prevista para o mês de maio de 2026, no decorrer de 2025, foi também realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 2.050 ha (2024 - 1.191 ha), (ii) feijão em uma área de 1.154 ha (2024 - 1.054 ha), que são colhidas e vendas substanciais foram realizadas em 2025. O projeto prevê que o fluxo de caixa da atividade agrícola será superavitário na medida em que a maturação do solo se consolida, resultando em produtividades crescentes. As necessidades decorrentes da geração insuficiente de caixa vêm sendo supridas com recursos de terceiros e de parte relacionada. **Base de preparação Declarações de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das Demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia realizada em 21/03/2026. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 7. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e corresponderam às utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas** No preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) **Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Reconhecimento de provisão para perda esperada, conforme nota explicativa nº 11. (b) Reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de estoques, conforme nota explicativa nº 12. (c) Mensuração do valor justo dos ativos biológicos, conforme nota explicativa nº 14. (d) Teste de redução ao valor recuperável "*Impairment*" de itens do ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 16. (e) Reconhecimento de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, conforme nota explicativa nº 24. **Mensuração ao valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requererem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). • A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do exercício de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 14 - ativos biológicos; e • Nota explicativa nº 34 - instrumentos financeiros. **6. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **7. Políticas contábeis materiais** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **7.1 Moeda estrangeira** *Transações em moeda estrangeira* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **7.2 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** *(i) Caixa e equivalentes de caixa* Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras designadas pela Companhia para gerenciamento de sua liquidez operacional, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. *(ii) Aplicações financeiras* Representadas, basicamente, por cotas de fundos de investimento, com vencimento acima de 90 dias a partir da data de aplicação. Estão classificadas de acordo com a intenção de sua realização como investimentos pela Administração da Companhia. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. **7.3 Instrumentos financeiros** *(a) Instrumentos de pagamentos de transação inicial* Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas no preço da transação. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. *(ii) Classificação e mensuração subsequente Ativos financeiros - classificação* A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciar o ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos. Os instrumentos financeiros são classificados como: (i) Custo amortizado quando atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, seus termos contratuais geram em datas específicas fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. São subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. (ii) Valor justo por meio do resultado quando não classificado como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado abrangente. Ganhos ou perdas de variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas* **• Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **• Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado na mensuração inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *(iii) Desreconhecimento* A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos. *(iv) Compensação* As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros são fornecidas na nota explicativa nº 34. **7.4 Contas a receber de clientes** Registradas e mantidas no balanço pelo valor justo dos títulos representativos desses créditos e ajustadas a valor presente, quando aplicável e relevante. A Companhia possui normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. Quando aplicável, é constituída a provisão para perda esperada com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e no índice histórico de perdas incorridas. **7.5 Estoques** Demonstrados pelo valor de custo, sendo inferiores aos valores de realização líquidos dos custos para venda. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde, quando aplicável, ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na realização dos seus estoques. O custo de grãos transferido de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data da colheita. *Custos de manutenção de entressafra* Os custos de manutenção de entressafra referem-se a realização de manutenções anuais em seus equipamentos, no período de entressafra (abril a setembro). Nesses custos, estão incluem custos de mão de obra indireto, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Esse montante é alocado no ativo circulante e amortizado durante a safra seguinte. Os valores são mensurados pelo valor de custo, sem nenhum acréscimo de valor justo. Os ativos biológicos são reconhecidos no resultado. **7.6 Ativos biológicos** Correspondem à lavoura de soja, milho e feijão, stoltsantes e brachiaria exploradas pela controlada Centro da Mata e cana-de-açúcar explorada pela Vale do Xingu. O ativo biológico está mensurado ao valor justo, deduzido dos custos necessários para colocar o produto no ponto de venda

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. b. *Outras Normas Contábeis* Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (Alterações CPC 48 e CPC 40).

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	6.872	7.633	7.011	8.324
Aplicações financeiras	138.951	146.452	153.053	160.356
Total	145.823	154.085	160.064	168.680

A Companhia e suas controladas têm mantido suas aplicações financeiras em instituições bancárias de baixo risco, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o "*rating*" divulgado pelas agências de risco. As aplicações financeiras estão representadas principalmente por certificados de depósito bancário (CDBs) remuneradas a taxa média de 104,8% a.a. (104,3% a.a. em 2024) da variação do CDI.

10. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Títulos de Renda Fixa	-	20.394	-	20.394
Fundos de investimento	25.255	20.224	25.225	20.224
Total	25.255	40.618	25.255	40.618

As aplicações financeiras estão representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por títulos privados remunerados a taxa média de 104,8 % a.a. do CDI em 2025 (em 2024 104,3% a.a.). As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 34.

11. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No mercado interno	111.913	102.860	111.813	103.427
No mercado externo	6.362	6.581	6.362	6.581
Total	118.275	109.361	118.175	109.928
(-)Perdas para perda esperada	(16.365)	(8.730)	(16.365)	(8.730)
Total	101.910	100.631	101.810	101.198
Circulante	101.027	94.945	100.927	95.512
Não circulante	883	5.686	883	5.686
Total	101.910	100.631	101.810	101.198

Não há valores de contas a receber dados em garantia. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, na controladora e no consolidado, corresponde a aproximadamente 26 dias em 2025 (28 dias em 2024). Em virtude do rápido giro das contas a receber e da irrelevância dos valores envolvidos, não foi registrado ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas possuem normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. A provisão para perda esperada é constituída com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e do histórico de recebimento de clientes. Na avaliação da Administração, a provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. O saldo a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	102.340	98.789	102.240	99.356
Vencidas até 90 dias	3.424	1.975	3.424	1.978
Vencidas de 91 a 180 dias	2.242	770	2.242	770
Vencidas há mais de 180 dias	10.269	7.837	10.242	7.827
Total das contas vencidas	15.935	10.572	15.935	10.572
Total das contas a receber de clientes	118.275	109.361	118.175	109.928

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º/01	8.730	10.364	8.730	11.755
Constituição de provisão	7.994	2.233	7.994	842
Baixas como incobráveis	(359)	(3.867)	(359)	(3.867)
Em 31/12	16.365	8.730	16.365	8.730

A provisão para perda esperada é registrada na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no resultado do exercício. Os valores provisionados são baixados quando todos os esforços de cobrança forem esgotados e não for mais esperada qualquer recuperação de valores a receber.

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	31.936	20.549	31.936	20.549
Produtos em elaboração	29.414	37.331	29.414	37.331
Matérias-primas	92.790	91.585	108.115	106.816
Materiais para acondicionamento e embalagem	16.162	27.847	16.162	27.847
Materiais de almoxarifado e outros	13.172	11.449	14.503	12.627
Gastos com entressafra	7.429	8.321	7.562	8.323
Total	190.903	197.082	207.692	213.493

Não há estopes da Companhia e de suas controladas oferecidos em garantia. Foi constituída provisão para obsolescência de estoques, para as classes citadas acima, exceto para a classe de gastos com entressafra, no montante de R$ 3.957 (R$ 7.665 em 2024) da Companhia e o montante de R$ 4.575 (R$ 7.996 em 2024) do consolidado, cuja utilização ou comercialização é considerada incerta. A movimentação na provisão é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º/01	7.665	6.505	7.996	6.832
Constituição de provisão	1.014	2.460	1.467	2.507
Reversão (2024)	(4.722)	(1.300)	(4.888)	(1.343)
Em 31/12	3.957	7.665	4.575	7.996

13. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	6.819	5.363	7.823	5.850
Programa de Integração Social – PIS e COFINS (*)	33.438	31.787	33.979	32.165
Instituto Nacional do Previdência Social – INSS	-	-	15	44
Outros impostos a recuperar	-	71	-	71
Total	40.257	37.221	41.817	38.130
Circulante	36.019	2.595	36.575	3.499
Não circulante	4.238	34.626	5.242	34.631
Total	40.257	37.221	41.817	38.130

(*) R$ 33.348 (R$ 31.787 em 2024), refere-se a crédito das contribuições ao PIS e a COFINS decorrente da exclusão Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de suas bases de cálculo, relativo a ação judicial impetrada pela incorporada CMBNE, transitada em julgado em 2022, conforme decisão transitada em julgado no período de abril de 2002 a dezembro de 2015. Este crédito será compensado, tão logo ocorra a homologação do pleito de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil.

14. Ativos biológicos Os ativos biológicos de suas controladas compreendem: (i) cultivo de cana-de-açúcar para controladas Vale do Xingu e Companhia Melhoramento e matéria-prima (cana de açúcar) na produção de aguardente da Companhia e (b) cultivo de soja, milho e feijão pela controlada Centro da Mata.

a. Composição dos saldos

	Consolidado			
	2025		2024	
	Area (ha)	Valor	Area (ha)	Valor
Lavoura de cana-de-açúcar (hectares-ha)	6.640	18.845	6.626	23.174
Lavoura de soja (hectares - ha)	7.085	31.123	7.100	30.898
Lavoura de milho (hectares-ha)	-	205	-	64
Lavoura de feijão (hectares- ha)	-	48	-	35
Lavoura de Brachiaria (hectares- ha)	500	500	-	-
Lavoura de Stylosanthes (hectares- ha)	1.200	1.971	-	-
Total dos ativos biológicos		52.737		54.172

b. Movimentação dos saldos

	Consolidado				
	Cana-de-açúcar		Soja	Milho	Total
Saldo em 31/12/2023	19.725	23.010	7	-	42.742
Variações no valor justo	1.845	5.280	-	-	7.125
Ganhos com plantio	26.424	32.579	5.256	7.619	71.878
Custo de vendas	(24.974)	(29.973)	(5.195)	(7.584)	(67.726)
Saldo em 31/12/2024	23.174	30.896	68	35	54.172
Variações no valor justo	(4.434)	2.356	-	-	(2.078)
Ganhos com plantio	28.134	32.281	9.125	1.513	71.053
Custo de vendas	(28.029)	(34.410)	(9.132)	(9.117)	(81.653)
Saldo em 31/12/2025	18.845	31.123	61	205	50.336

Em 31/12/2025, a controlada Vale do Xingu possui 6.640 ha (6.626 ha em 2024) de cana-de-açúcar plantada sendo: (i) 123 ha (76 ha em 2024) em terras próprias; e (ii) 6.517 ha (6.550 ha em 2024) em terras de terceiros, a qual, quando colhida, será integralmente vendida à controladora, que a utilizará como matéria-prima na produção da cachaça. Em 31/12/2025, o arrendamento da controlada Centro da Mata é composto pela lavoura de soja, cultivada em 7.085 ha (2024 - 7.100 ha), com colheita prevista para os meses de janeiro a março de 2026. Durante o exercício também foi realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 2.050 ha (2024 - 1.191 ha), (ii) feijão em uma área de 1.154 ha (2024 - 1.054 ha), cujas colheitas e vendas subsequentes foram realizadas em 2025. **c. Determinação do valor justo** O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em todas as data-bases apresentadas nessas demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos é reconhecido no resultado como parte do lucro líquido/(prejuízo) por ações dos ativos biológicos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial da produção ou se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material (basicamente no caso de lavouras plantadas há poucos dias do encerramento das demonstrações financeiras ou culturas de ciclo curto) sendo que, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. A mensuração a valor justo do ativo biológico pode ser determinada com 3 - Ativos específicos que refletem preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de venda das commodities agrícolas, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produtividade, bem as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital, calculado com base na taxa de risco e o perfil de endividamento do setor no Brasil. Taxa média utilizada em 2025 foi 4,71% a.a. (3,56% a.a. em 2024). Os ganhos dos ativos biológicos é formado substancialmente pela cultura de soja e cana-de-açúcar e abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dessas culturas. **d. Lavoura de cana-de-açúcar** Os custos estimados para a cultura de cana de açúcar contemplam: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica dos ativos biológicos (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita, Transbordo e Transporte (CTT); (iii) custos de capital (máquinas e equipamentos); (iv) custos de parceria agrícola e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. A cultura de cana-de-açúcar é iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a planta portadora ou raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total da cinco safras. A partir da primeira colheita da cana-de-açúcar - soqueira é classificada como ativo imobilizado no ativo não circulante pelo custo de formação e o ativo biológico consumível representado pela cana-de-açúcar a ser colhida ("cana em pé") está mensurado ao valor justo e classificado no ativo circulante. Com base na estimativa de receitas e custos, a controlada Vale do Xingu determina o fluxo de caixa a ser gerado e o traz a valor presente, considerando uma taxa de desconto compatível para remuneração do investimento nas características. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração no fim de cada exercício e são revisados anualmente por ocasião de sua preparação e, se necessário, ajustados, caracterizando, portanto, mensuração de valor justo de nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado. A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora	
	2025	2024
Área plantada de colheita (ha)	6.640	6.626
Produtividade prevista (ton/ha) (i)	86	86
Quantidade de Açúcar Total Recuperável "ATR" por tonelada de cana-de-açúcar (kg) (iii)	128	127
Preço médio de ATR (R$) (iv)	1,09	1,18
Taxa de desconto a.a. (v)	4,71%	2,94%

(i) Área total estimada de colheita projetada para ser cortada medida em hectares; (ii) O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada (produtividade), medida em toneladas. A produtividade é calculada por talhão de plantação, sendo que cada um possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima etc.; (iii) O nível de concentração de açúcar - ATR foi estimado considerando a produtividade média projetada do canaval por idade de corte; (iv) Os preços de venda são determinados com base no preço médio de quilo do ATR - Açúcar Total Recuperável, publicado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia - UNICA na data da demonstração financeira; e (v) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa a qual foi ajustada ao risco da Empresa, o qual é revisado anualmente pela administração. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração no fim de cada exercício e são revisados anualmente por ocasião de sua preparação e, se necessário, ajustados. ***Análise de sensibilidade*** A controlada Centro da Mata avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/12/2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da saca de soja e (ii) volume da produtividade, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Desse forma, uma variação (ção para mais ou para menos) de 5% no preço da saca de soja resultaria em um aumento ou redução de R$ 2.162 (em 2024 - R$ 1.750). Com relação a produtividade da soja, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de 10.128 sacas (em 2024 - 16.603). **e. Gastos com entressafra e custo formado a partir das atividades agrícolas** As controladas estão expostas a riscos relacionados às suas plantações, culpas estratégias da Administração para mitigá-los estão descritos abaixo. *(i) Riscos regulatórios e ambientais* As controladas são sujeitas às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que operam. As controladas mantêm políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar possíveis riscos e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos. *(ii) Fatores de risco relacionados à natureza* As controladas atuam no segmento do Agronegócio estão sujeitas aos fenômenos climáticos no qual envolvem riscos de secas, incêndios e geadas, além disso, os negócios das controladas estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar, soja, milho e feijão nas regiões que operam no Brasil. As informações sobre a exposição da produção, as controladas realizam monitoramento constante com objetivo de tomar medidas preventivas na operação, com isso, é possível diminuir consideravelmente os riscos de impactos relevantes. A produção de aguardente depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada. Os fatores climáticos como o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e, por consequência, nos resultados operacionais, no entanto, a Companhia e suas controladas, sempre que possível, buscam minimizar os impactos sobre a

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

QUARTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Continuação... **avaliação patrimonial** Refere-se ao ajuste do ativo imobilizado pelo custo atribuído registrado em 1º/01/2009 na Companhia e em suas controladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, e realizado na proporção das depreciações e baixas dos bens reavaliados, conforme nota explicativa nº 16. **d. Reservas de lucros** (i) **Reserva legal** A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% sobre o capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Em 2025 foi destinado a esta conta o valor de R$ 5.377 (R$ 3.405 em 2024), que totaliza R$ 39.816 (R$ 34.439 em 2024). (ii) **Reserva para investimentos** O saldo desta reserva no valor de R$ 74.001, corresponde a parte dos projetos de investimentos da Companhia e de suas controladas apresentados pela Administração, nos termos do Art. 196 da Lei das S/A que totalizaram R$ 551.467 em 2024 com recursos próprios, após aprovação em assembleia de acionistas (Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2025 e Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/05/2025). Este saldo será revertido e na sequência capitalizado, em decorrência de deliberação dos acionistas em assembleia geral extraordinária realizada em 26/01/2026, conforme nota explicativa de Eventos Subsequentes sob nº 37. (iii) **Retenção de lucros em empresas coligadas** Refere-se a reserva de fração do saldo lucro líquido de exercício de 2023, no valor de R$ 22.500, efetuada nos termos de intimações recebidas de decisões judiciais, nos termos da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22/04/2024. Em 2025, em virtude do encerramento e arquivamento desses processos judiciais este valor foi reclassificado para conta de lucros acumulados e sua destinação foi deliberada em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 26/01/2026, conforme nota explicativa de eventos subsequentes sob nº 37. **e. Dividendos mínimos obrigatórios propostos e dividendos adicionais** (i) Dividendo mínimo obrigatórios propostos - a proposta de dividendo mínimo obrigatório consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada a razão de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações, em especial, no disposto nos artigos 196 e 197. Para fins de determinação da base de cálculo dos dividendos, a Administração, observando o deliberado nas Assembleias Geral Ordinária, que aprovou as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos a partir de 31/12/2014, aplicou o ajuste decorrente dos efeitos da realização do custo atribuído. Segue ajuste e demonstrativo de cálculo desses dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	107.552	68.098
Reserva legal	(5.377)	(3.405)
Incentivos fiscais	-	-
Realização do custo atribuído	2.677	1.562
Base de cálculo dos dividendos	104.852	66.255
Dividendos mínimos obrigatórios propostos – 25%	26.213	16.563
Dividendo por ação em reais	0,14	0,08

Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando e na medida em que forem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2025, foi deliberado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório sob a forma de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 31/12/2024, calculados nos termos do que determina o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, no valor de R$ 16.563 deduzidos do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, no valor líquido de R$ 14.079. (ii) **Dividendo adicionais** Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/05/2025 procedeu-se à distribuição de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios no valor de R$ 61.866, nos termos do estatuto social da Companhia, a saber:

Exercício social findo em	Data da realização da AGE	Valores R$	Dividendo por ação (Em R$)
31 de dezembro de 2024	26 de maio de 2025	49.692	31,40
31 de dezembro de 2023	26 de maio de 2025	12.174	7,69
		61.866	39,11

Na mencionada Assembleia, o dividendo adicional no valor de R$ 61.866 é composto pelos seguintes valores: (a) R$ 49.692 relativo ao exercício findo em 2024 e que totaliza: (i) R$ 19.667 pago a título de dividendo e (ii) R$ 30.025, foi pago a título de juros sobre o capital próprio, calculados nos termos do que determina o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 deduzidos do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, no valor líquido de R$ 25.520 (R$ 28.207; e (b) R$ 12.174 referente ao exercício findo em 2023, (iii) **Juros sobre. o capital próprio** Juros sobre Capital Próprio ou "JCP" são os juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do §7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, 26/12/1995. O acionista poderá deliberar em assembleia que o dividendo obrigatório a ser pago pela Companhia deverá ser imputado JCP, nos termos da legislação vigente. A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após determinada pelos sócios. Os juros sobre capital próprio são registrados inicialmente no resultado financeiro e reclassificados para o patrimônio líquido, para fins de apresentação das Demonstrações financeiras. **f. Dividendos adicionais propostos** O valor de R$ 101.139 refere-se a: (i) R$ 22.500 reversão da retenção de lucros em cumprimento a decisões judiciais, conforme mencionado no item d acima, e (ii) R$ 78.639 lucro remanescente do exercício social encerrado em 31/12/2025, após as destinações legais e proposta de dividendo mínimo obrigatório. Sua destinação foi deliberada em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 26/01/2026, conforme nota explicativa de Eventos Subsequentes sob nº 37. **27. Receita** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Mercado interno	1.139.949	1.059.033	1.228.500	1.115.629
Mercado externo	24.339	22.911	24.339	22.911
Receita bruta	1.164.288	1.081.944	1.252.839	1.138.540
ICMS	(149.989)	(139.168)	(149.989)	(139.168)
IPI	(114.301)	(106.664)	(114.292)	(106.647)
COFINS	(66.044)	(61.333)	(66.061)	(61.597)
PIS	(14.339)	(13.316)	(14.342)	(13.377)
ISS	-	(210)	(7)	(132)
Contribuição sobre a produção rural	-	-	(3.929)	(2.710)
Devoluções e cancelamentos de vendas	(3.373)	(2.375)	(5.112)	(3.449)
Receita líquida das vendas	815.962	758.878	891.438	812.108
Classificadas como:				
Vendas de produtos	815.919	753.102	816.537	756.243
Vendas de ativo biológico e produto agrícola	-	-	74.545	48.984
Vendas de serviços	43	5.776	356	6.881
Total	815.962	758.878	891.438	812.108

28. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são como segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Consumo de matérias-primas e materiais	(384.283)	(380.638)	(361.702)	(354.497)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(137.356)	(129.935)	(143.661)	(136.423)
Manutenção, melhorias e limpeza	(18.306)	(17.667)	(21.205)	(20.199)
Depreciação e amortização	(29.441)	(27.283)	(72.966)	(69.585)
Despesas com vendas e exportações	(24.848)	(29.835)	(24.848)	(29.835)
Despesas com propaganda, publicidade e eventos	(48.801)	(40.890)	(48.801)	(40.890)
Baixas de bens do imobilizado	(5.767)	(2.105)	(6.043)	(2.384)
Expedição, fretes e carretos	(14.341)	(14.894)	(20.245)	(18.774)
Energia, tarifas e locações	(12.649)	(12.274)	(13.705)	(13.507)
Serviços prestados por terceiros	(15.267)	(14.855)	(15.267)	(14.855)
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	(3.069)	7.010
Despesas Agrícolas e florestais	-	-	(32.165)	(25.284)
Outras receitas	11.034	1.353	11.351	1.875
Outras despesas	(20.607)	(10.210)	(24.327)	(14.358)
Total	700.632	629.742	726.723	721.938
Classificadas como:				
Custo das vendas de produtos	(502.380)	(481.257)	(569.423)	(515.999)
Custo das vendas de serviços	-	(5.776)	(12.134)	(6.597)
Subtotal custo dos produtos vendidos	(502.380)	(487.033)	(581.557)	(522.596)
Despesas com vendas	(118.009)	(135.315)	(112.009)	(125.500)
Despesas gerais e administrativas	(56.481)	(59.417)	(61.394)	(65.557)
Outras despesas (i)	(20.796)	(10.638)	(22.748)	(12.152)
Outras receitas (ii)	1.034	1.353	11.351	1.875
Total	700.632	629.742	726.723	721.938

(i) o aumento dessa natureza refere-se substancialmente a constituição de provisão para perdas de recebimento. (ii) o aumento dessa natureza refere-se substancialmente receita com vendas de itens do imobilizado. **29. Resultado financeiro**

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	(5.603)	(4.059)	(20.506)	(15.300)
Demais despesas	(696)	(656)	(832)	(725)
Variação cambial	(5.462)	(6.529)	(8.898)	(21.128)
Total das despesas financeiras	(11.761)	(11.244)	(30.236)	(37.253)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	23.595	16.599	25.185	17.631
Juros sobre partes relacionadas	36	52	36	50
Atualização de outros ativos monetários	5.197	4.239	5.297	4.325
Atualização de Indébitos Tributários	2.428	1.918	2.428	1.920
Variação cambial	9.659	1.470	15.956	4.939
Outras receitas	1.472	2.824	1.699	1.591
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.192)	(922)	(4)	(2.754)
Total das receitas financeiras	41.195	26.180	51.017	29.702
Resultado financeiro	29.434	14.936	20.781	(7.551)

30. Despesa de imposto de renda e contribuição social Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que possam ser utilizados na compensação dos passivos diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias a tributar. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, passivos e resultado Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora Ativos/ Passivos 2025	Controladora Ativos/ Passivos 2024	Controladora Resultado 2025	Controladora Resultado 2024	Consolidado Ativos/ Passivos 2025	Consolidado Ativos/ Passivos 2024	Consolidado Resultado 2025	Consolidado Resultado 2024
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	25.002	24.236	771	10.560
Valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	800	(142)	942	(2.385)
Provisão riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	2.606	2.448	158	772	2.606	2.448	158	772
Provisão para Devedores Duvidosos	2.650	908	1.742	300	2.650	908	1.742	300
Provisão participação no resultado dos funcionários	2.338	2.421	(83)	(117)	2.338	2.421	(83)	(117)
Provisão Perdas Operacionais, Estoque e Vasilhames	1.879	3.502	(1.623)	397	2.089	3.614	(1.526)	(75)
Provisão Parceria Comercial e Distribuidores	1.152	837	315	(194)	1.152	837	315	(194)
Provisão Perdas Incentivos Fiscais (Compulsório, Finor, Audiovisual)	263	263	-	-	263	263	-	-
Direito de Uso	141	101	40	101	4.053	1.531	2.522	804
Baixa ágio e mais Valia de Ativos na V. Xingu e incorporadora CMBNE	1.102	1.102	-	-	1.102	1.102	-	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa	2.435	2.435	-	(27)	2.878	2.876	2	8
Provisão Demandas Trabalhistas	45	95	(49)	95	45	95	(49)	95
Total do ativo fiscal diferido	**14.713**	**14.112**	**601**	**1.327**	**45.239**	**40.406**	**4.833**	**9.707**
Custo atribuído ao imobilizado	(15.589)	(17.169)	1.580	360	(15.589)	(17.169)	1.580	360
Depreciação vida útil revisada - Lei 11.638	(13.434)	(14.078)	644	383	(13.434)	(14.078)	644	383
Exclusão ICMS base PIS-COFINS e IPI s/Frete e seguro	(3.428)	(3.077)	(351)	(351)	(3.428)	(3.077)	(351)	(351)
Exclusão Subvenção ICMS Prodepe e IRPJ e CSLL	(2.651)	(1.845)	(806)	(1.845)	(3.651)	(1.845)	(1.806)	(1.845)
Atualização Depósitos Judiciais	(7.656)	(6.058)	(1.598)	(1.173)	(7.805)	(6.178)	(1.628)	(1.197)
Ganho aquisição ações da incorporadora CMBNE	(5.932)	(5.932)	-	-	(5.932)	(5.932)	-	-
Outras diferenças temporárias	-	-	-	-	(42)	(42)	-	90
Total do passivo fiscal diferido	**(49.883)**	**(48.159)**	**(1.724)**	**(1.417)**	**(74.286)**	**(62.821)**	**(1.754)**	**(1.444)**
Imposto diferido líquido	**(35.170)**	**(34.047)**	**(1.123)**	**(144)**	**(29.327)**	**(22.406)**	**3.079**	**8.263**
Ativo	-	-	-	-	5.925	5.925	-	-
Passivo	(35.170)	(34.047)	-	-	(35.252)	(34.354)	-	-
Imposto diferido líquido	**(35.170)**	**(34.047)**			**(29.327)**	**(22.406)**		

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Controladora Saldo em 31 de dezembro 1º de janeiro de 2025	Controladora Reconhecido no Resultado	Controladora Saldo em 31 de dezembro Valor Líquido	Controladora Saldo em 31 de dezembro Passivo Fiscal Diferido	Consolidado Saldo em 31 de dezembro 1º de janeiro de 2025	Consolidado Reconhecido no Resultado	Consolidado Saldo em 31 de dezembro Valor Líquido	Consolidado Saldo em 31 de dezembro Ativo Fiscal Diferido	Consolidado Saldo em 31 de dezembro Passivo Fiscal Diferido
Estoques	1.867	12	1.879	1.879	1.980	110	2.090	110	1.980
Contas a receber de clientes	908	1.742	2.650	2.650	908	1.742	2.650	-	2.650
Impostos e contribuições a recuperar	(3.077)	(4.002)	(7.079)	(7.079)	(3.077)	(4.002)	(7.079)	-	(7.079)
Atualização de Depósitos judiciais	(6.057)	(1.599)	(7.656)	(7.656)	(6.177)	(1.628)	(7.805)	-	(7.805)
Imobilizado	(31.248)	2.024	(29.224)	(35.729)	(31.248)	2.024	(35.705)	-	(35.705)
Direito de Uso	101	140	241	241	1.531	2.522	4.053	3.812	241
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	24.236	1.671	25.907	-	25.907
Ativo biológico	-	-	-	-	(142)	942	800	1.582	(782)
Provisão temporárias	(747)	747	2.565	2.565	3.259	(695)	2.564	-	2.564
Obrigações sociais	1.214	1.124	2.338	2.338	1.430	1.159	2.589	188	2.402
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.605	176	2.781	2.781	2.605	176	2.781	301	2.480
Outras diferenças temporárias	(5.932)	-	(5.932)	(5.932)	(5.932)	(45)	(5.977)	(681)	(5.910)
Imposto líquido passivo (ativo)	**(34.047)**	**(1.123)**	**(35.170)**	**(35.170)**	**(34.406)**	**3.079**	**(29.327)**	**5.925**	**(35.252)**

	Contado Saldo em 31 de dezembro 1º de janeiro de 2024	Contado Reconhecido no Resultado	Contado Saldo em 31 de dezembro Valor Líquido	Contado Saldo em 31 de dezembro Passivo Fiscal Diferido	Consolidado Saldo em 31 de dezembro 1º de janeiro de 2024	Consolidado Reconhecido no Resultado	Consolidado Saldo em 31 de dezembro Valor Líquido	Consolidado Saldo em 31 de dezembro Ativo Fiscal Diferido	Consolidado Saldo em 31 de dezembro Passivo Fiscal Diferido
Estoques	1.491	376	1.867	1.867	1.602	378	1.980	29	1.951
Contas a receber de clientes	608	300	908	908	608	300	908	-	908
Impostos e contribuições a recuperar	(3.397)	320	(3.077)	(3.077)	(3.397)	320	(3.077)	-	(3.077)
Atualização de Depósitos judiciais	(4.884)	(1.173)	(6.057)	(6.057)	(4.980)	(1.197)	(6.177)	-	(6.177)
Imobilizado	(32.433)	1.185	(31.248)	(31.248)	(56.916)	1.187	(55.729)	-	(55.729)
Direito de Uso	(40)	141	101	101	688	843	1.531	1.420	111
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	13.676	10.560	24.236	-	24.236
Ativo biológico	-	-	-	-	2.242	(2.384)	(142)	-	(217)
Provisão temporárias	4.012	(700)	3.312	3.312	4.485	(1.226)	3.259	(53)	3.312
Obrigações sociais	2.537	(1.323)	1.214	1.214	2.816	(1.386)	1.430	178	1.252
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.138	727	4.865	4.865	4.544	763	5.308	299	5.008
Outras diferenças temporárias	(5.932)	3	(5.932)	(5.932)	(6.037)	105	(5.932)	-	(5.932)
Imposto líquido passivo (ativo)	**(34.047)**	**(144)**	**(34.047)**	**(34.047)**	**(40.669)**	**8.263**	**(32.406)**	**1.948**	**(34.354)**

A Companhia e suas controladas, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, arvoadas por seus acionistas, reconheceram o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis. A controlada Centro da Mata também constituiu provisão de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido é revisado periodicamente pela Administração. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota nominal

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	138.588	87.006	135.516	82.696
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(47.120)	(29.582)	(46.075)	(28.117)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.048)	(2.569)	-	-
Incentivos fiscais e deduções incentivadas (*)	2.122	2.586	2.122	2.716
Juros sobre o capital próprio referente aos dividendos	15.840	11.283	15.840	11.283
Exclusão juros Selic sobre indébitos tributários	626	652	626	653
Outras diferenças permanentes	(650)	(1.782)	(677)	(1.132)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(31.036)	(18.908)	(27.964)	(14.598)
Correntes	(29.913)	(18.764)	(31.043)	(22.867)
Diferidos	(1.123)	(144)	3.079	8.269
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(31.036)	(18.908)	(27.964)	(14.598)
Alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social %	22,39%	21,73%	20,64%	17,65%

(*) Efeito dos incentivos fiscais conforme mencionado na nota explicativa nº 25 e outras doações incentivadas. Conforme nota explicativa nº 26.e.(i) e (ii), durante o exercício de 2025 a Companhia pagou juros sobre capital próprio de acordo com as disposições da Lei 9.249/95, no montante líquido de R$ 46.588 (R$ 33.185 em 2024), que foram deduzidos na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido. Os montantes de juros sobre capital próprio resultaram em uma redução dos impostos correntes de R$ 15.840 (R$ 11.283 em 2024). **31. Lucro básico e diluído por ação** Calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício, conforme a seguir:

	Controladora 2025	Controladora 2024
Lucro líquido do exercício	107.552	68.098
Quantidade de ações ordinárias (milhares)	1.580.489	1.582.748
Lucro básico e diluído por ação - R$	68,05	43,04

Para os exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024, a Companhia não tinha ações ordinárias potenciais com efeito de diluição, e, consequentemente, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação, conforme demonstrado anteriormente. **32. Demonstrações do fluxos de caixa** A movimentação patrimonial que não afetou o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é como segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Imobilizado				
Aquisição de imobilizado não caixa	3.041	4.817	3.085	4.817
Dividendos				
Dividendos mínimos propostos	26.213	16.563	26.213	16.563

33. Benefícios a empregados A Companhia e suas controladas concedem a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, assistência farmacêutica, alimentação e participação nos resultados, entre outros. A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência, e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício. Em 31/12/2025, a Companhia reconheceu a despesa proveniente da constituição de provisão para participação dos colaboradores em seus resultados, no montante de R$ 7.995 (R$ 8.086 em 2024) na controladora e R$ 8.746 (R$ 8.792 em 2024) no consolidado. A participação nos resultados de 2025 e 2024 foi definida com base em indicadores e metas de desempenho operacional, não estando condicionada somente aos resultados contábeis apresentados pela Companhia. Esse valor está registrado nas rubricas "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas". **34. Instrumentos financeiros e gestão de risco a. Classificação contábil** Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e suas Controladas, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos.

	Nota	2025	2024	Nível
Controladora				
Ativo				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	10	145.823	154.085	
Aplicações financeiras	11	25.255	40.618	
Contas a receber de clientes	12	101.910	100.631	
Outras contas a receber		31.231	5.512	
		304.219	300.846	
Passivo				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	20	45.874	58.410	
Passivo de arrendamento	18	23.081	14.754	
Fornecedores	21	47.977	60.316	
Obrigações sociais	23	19.778	19.592	
Obrigações fiscais	23.a	37.645	35.471	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.b	4.207	2.448	
Impostos parcelados		2.381	1.246	
Adiantamento a fornecedores	24	26.213	16.563	
Outras contas a pagar		11.106	13.607	
		218.262	222.162	
Consolidado	**Nota**	**2025**	**2024**	**Nível**
Ativo				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	10	160.064	178.180	
Aplicações financeiras	11	25.255	40.618	
Contas a receber de clientes	12	101.810	101.198	
Outras contas a receber		6.410	7.342	
		293.539	327.338	
Passivo				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	20	105.727	152.443	
Passivo de arrendamento	18	23.081	14.754	
Fornecedores	21	73.385	86.535	
Obrigações sociais	23	21.664	21.675	
Obrigações fiscais	23.a	37.801	35.638	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23.b	4.207	4.319	

em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 26/01/2026, conforme nota explicativa de Eventos Subsequentes sob nº 37. **27. Receita** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Mercado interno	1.139.949	1.059.033	1.228.500	1.115.629
Mercado externo	24.339	22.911	24.339	22.911
Receita bruta	1.164.288	1.081.944	1.252.839	1.138.540
ICMS	(149.989)	(139.168)	(149.989)	(139.168)
IPI	(114.301)	(106.664)	(114.292)	(106.647)
COFINS	(66.044)	(61.333)	(66.061)	(61.597)
PIS	(14.339)	(13.316)	(14.342)	(13.377)
ISS	-	(210)	(7)	(132)
Contribuição sobre a produção rural	-	-	(3.929)	(2.710)
Devoluções e cancelamentos de vendas	(3.373)	(2.375)	(5.112)	(3.449)
Receita líquida das vendas	815.962	758.878	891.438	812.108
Classificadas como:				
Vendas de produtos	815.919	753.102	816.537	756.243
Vendas de ativo biológico e produto agrícola	-	-	74.545	48.984
Vendas de serviços	43	5.776	356	6.881
Total	815.962	758.878	891.438	812.108

28. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são como segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Consumo de matérias-primas e materiais	(384.283)	(380.638)	(361.702)	(354.497)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(137.356)	(129.935)	(143.661)	(136.423)
Manutenção, melhorias e limpeza	(18.306)	(17.667)	(21.205)	(20.199)
Depreciação e amortização	(29.441)	(27.283)	(72.966)	(69.585)
Despesas com vendas e exportações	(24.848)	(29.835)	(24.848)	(29.835)
Despesas com propaganda, publicidade e eventos	(48.801)	(40.890)	(48.801)	(40.890)
Baixas de bens do imobilizado	(5.767)	(2.105)	(6.043)	(2.384)
Expedição, fretes e carretos	(14.341)	(14.894)	(20.245)	(18.774)
Energia, tarifas e locações	(12.649)	(12.274)	(13.705)	(13.507)
Serviços prestados por terceiros	(15.267)	(14.855)	(15.267)	(14.855)
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	(3.069)	7.010
Despesas Agrícolas e florestais	-	-	(32.165)	(25.284)
Outras receitas	11.034	1.353	11.351	1.875
Outras despesas	(20.607)	(10.210)	(24.327)	(14.358)
Total	700.632	629.742	726.723	721.938
Classificadas como:				
Custo das vendas de produtos	(502.380)	(481.257)	(569.423)	(515.999)
Custo das vendas de serviços	-	(5.776)	(12.134)	(6.597)
Subtotal custo dos produtos vendidos	(502.380)	(487.033)	(581.557)	(522.596)
Despesas com vendas	(118.009)	(135.315)	(112.009)	(125.500)
Despesas gerais e administrativas	(56.481)	(59.417)	(61.394)	(65.557)
Outras despesas (i)	(20.796)	(10.638)	(22.748)	(12.152)
Outras receitas (ii)	1.034	1.353	11.351	1.875
Total	700.632	629.742	726.723	721.938

(i) o aumento dessa natureza refere-se substancialmente a constituição de provisão para perdas de recebimento. (ii) o aumento dessa natureza refere-se substancialmente receita com vendas de itens do imobilizado. **29. Resultado financeiro**

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	(5.603)	(4.059)	(20.506)	(15.300)
Demais despesas	(696)	(656)	(832)	(725)
Variação cambial	(5.462)	(6.529)	(8.898)	(21.128)
Total das despesas financeiras	(11.761)	(11.244)	(30.236)	(37.253)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	23.595	16.599	25.185	17.631
Juros sobre partes relacionadas	36	52	36	50
Atualização de outros ativos monetários	5.197	4.239	5.297	4.325
Atualização de Indébitos Tributários	2.428	1.918	2.428	1.920
Variação cambial	9.659	1.470	15.956	4.939
Outras receitas	1.472	2.824	1.699	1.591
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.192)	(922)	(4)	(2.754)
Total das receitas financeiras	41.195	26.180	51.017	29.702
Resultado financeiro	29.434	14.936	20.781	(7.551)

30. Despesa de imposto de renda e contribuição social Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que possam ser utilizados na compensação dos passivos diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias a tributar. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, passivos e resultado Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora Ativos/ Passivos 2025	Controladora Ativos/ Passivos 2024	Controladora Resultado 2025	Controladora Resultado 2024	Consolidado Ativos/ Passivos 2025	Consolidado Ativos/ Passivos 2024	Consolidado Resultado 2025	Consolidado Resultado 2024
Prejuízo fiscal e base de CSLL negativa	-	-	-	-	25.002	24.236	771	10.560
Valor justo do ativo biológico	-	-	-	-	800	(142)	942	(2.385)
Provisão riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	2.606	2.448	158	772	2.606	2.448	158	772
Provisão para Devedores Duvidosos	2.650	908	1.742	300	2.650	908	1.742	300
Provisão participação no resultado dos funcionários	2.338	2.421	(83)	(117)	2.338	2.421	(83)	(117)
Provisão Perdas Operacionais, Estoque e Vasilhames	1.879	3.502	(1.623)	397	2.089	3.614	(1.526)	(75)
Provisão Parceria Comercial e Distribuidores	1.152	837	315	(194)	1.152	837	315	(194)
Provisão Perdas Incentivos Fiscais (Compulsório, Finor, Audiovisual)	263	263	-	-	263	263	-	-
Direito de Uso	141	101	40	101	4.053	1.531	2.522	804
Baixa ágio e mais Valia de Ativos na V. Xingu e incorporadora CMBNE	1.102	1.102	-	-	1.102	1.102	-	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa	2.435	2.435	-	(27)	2.878	2.876	2	8
Provisão Demandas Trabalhistas	45	95	(49)	95	45	95	(49)	95
Total do ativo fiscal diferido	**14.713**	**14.112**	**601**	**1.327**	**45.239**	**40.406**	**4.833**	**9.707**
Custo atribuído ao imobilizado	(15.589)	(17.169)	1.580	360	(15.589)	(17.169)	1.580	360
Depreciação vida útil revisada - Lei 11.638	(13.434)	(14.078)	644	383	(13.434)	(14.078

Jornal O DIA SP
Edição impressa e produzida pelo Jornal O Dia - SP. Com circulação diária em bancas e por assinatura. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site.
https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Continuação...

Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	1.000	-	1.000	39.567	-	39.567
Pagamentos de financiamentos	(14.739)	(20.695)	(35.434)	(12.496)	(18.171)	(30.667)
Pagamentos de passivos de arrendamento	(6.279)	-	(6.279)	(6.431)	(53)	(6.484)
Pagamentos de parcelamento de tributos	(533)	-	(533)	(283)	-	(283)
Pagamento de dividendos	(27.745)	-	(27.745)	(33.185)	-	(33.185)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	**(98.358)**	**14.305**	**(119.053)**	**(12.952)**	**21.775**	**(31.176)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	**(20.739)**	**2.623**	**(18.116)**	**811**	**(1.699)**	**(888)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	171.354	6.826	178.180	170.543	8.525	179.068
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	150.615	9.449	160.064	171.354	6.826	178.180

As colunas denominadas Segmento 1 referem-se à combinação dos seguintes saldos: (a) Companhia Müller de Bebidas e (b) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda. As colunas denominadas Segmento 2 referem-se aos saldos da empresa Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. Nas demonstrações financeiras combinadas (Segmento 1), o investimento na controlada Centro da Mata está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **37. Eventos subsequentes** Na assembleia geral extraordinária realizada em 26/01/2026, os acionistas deliberaram livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, sem ressalvas quanto a eventos subsequentes.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Companhia Müller de Bebidas** Piratsununga/SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Müller de Bebidas ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras individuais e consolidadas no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, para investimentos, com base em orçamento de capital, no valor R$ 74.001 (valores demonstrados na nota explicativa 27.d.ii); (ii) capitalização de reservas de lucros e livros sem emissão de novas ações; (iii) distribuição de dividendos dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2025 (valores demonstrados na nota explicativa 26.c.i) e (iv) de R$ 26.415 (valores demonstrados no quadro acima) para investimentos no valor de R$ 74.001; (iii) aumento de capital social mediante a capitalização de lucros sem emissão de novas ações, no valor de R$ 137.678, composto pelos seguintes valores: (a) R$ 74.001, decorrente da reversão da reserva de lucros para investimentos; (b) R$ 22.500 reversão da retenção de lucros por prejuízo fiscal e (c) R$ 41.176 lucro líquido remanescente do exercício social de 2025; elevando o capital social de R$ 537.775 para R$ 675.453 e (iii) distribuição do lucro líquido de 2025, no montante de R$ 63.676, sendo: (a) R$ 11.250 sob a forma de dividendos e (b) R$ 52.426 a título de juros sobre o capital próprio "JCP"; calculados sobre as contas do patrimônio líquido de 2025, nos termos do que determina o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, deduzidos de R$ 9.176, relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes sobre o referido pagamento, totalizando assim o valor líquido de R$ 43.252, os quais serão ratificados ou retificados na assembleia geral ordinária que deverá ser realizada nos primeiros quinze dias subsequentes. Ambos os valores serão pagos no decorrer do exercício de 2026.

A Diretoria
José Emilio Bertazi - Diretor Superintendente
Sérgio Luiz da Silva - Diretor Comercial
Josias Cezar de Moraes - Diretor Industrial

Contadora
Dirlene Aparecida Voltarelli Arnoni - CRC/SP 136.977/O

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Aos acionistas e administradores da **Companhia Müller de Bebidas** Piratsununga/SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Müller de Bebidas ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras individuais e consolidadas no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. **Ênfase** Conforme informado nas notas explicativas 27.d.ii; (i) capitalização de reservas de lucros e livros sem emissão de novas ações; (ii) distribuição de dividendos dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2025 (valores demonstrados na nota explicativa 26.c.i) e (iii) a reversão da reserva de lucros para investimentos no valor de R$ 74.001; (iii) aumento de capital social mediante a capitalização de lucros sem emissão de novas ações, no valor de R$ 137.678, composto pelos seguintes valores: (a) R$ 74.001, decorrente da reversão da reserva de lucros para investimentos; (b) R$ 22.500 reversão da retenção de lucros por prejuízo fiscal e (c) R$ 41.176 lucro líquido remanescente do exercício social de 2025; elevando o capital social de R$ 537.775 para R$ 675.453 e (iii) distribuição do lucro líquido de 2025, no montante de R$ 63.676, sendo: (a) R$ 11.250 sob a forma de dividendos e (b) R$ 52.426 a títulos de juros sobre o capital próprio "JCP"; calculados sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório de auditor. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos o escopo, a época e a direção da auditoria de grupo de maneira adequada. Mantemos a responsabilidade pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do escopo e da época planejados, da direção da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de março de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CNC 2SP-027666/O-5 F SP
Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Fazenda Mocoin Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.464.770/001-25

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. As demonstrações financeiras completas, elaboradas na forma da legislação aplicável, estão disponíveis no seguinte endereço: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal.

Balanço Patrimonial

Ativo	R$ 31.12.2024	R$ 31.12.2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1,81	1,81
Estoques	2.075.554,41	2.075.554,41
Total do circulante	**2.075.556,02**	**2.075.556,02**
Não Circulante		
Imobilizado	22.500,00	22.500,00
Total do Ativo não circulante	**22.500,00**	**22.500,00**
Total do Ativo	**2.098.056,02**	**2.098.056,02**
Passivo	**R$ 31.12.2024**	**R$ 31.12.2023**
Circulante		
Contas a pagar	1.270,50	1.200,00
Total do circulante	**1.270,50**	**1.200,00**
Não Circulante		
Empréstimos Nacionais	278.061,83	258.126,56
Total do Passivo não circulante	**278.061,83**	**258.126,56**
Patrimônio Líquido		
Capital social	2.082.825,00	2.802.826,00
(-) Capital social a integralizar	-	(720.000,00)
(-) Prejuízos Acumulados	(244.096,54)	(228.256,00)
(-) Prejuízo do Exercício	(20.004,77)	(15.840,54)
Total do Patrimônio Líquido	**1.818.723,69**	**1.838.729,46**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.098.056,02**	**2.098.056,02**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Mutações	Capital social	Capital Social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2023	**2.802.826,00**	(720.000,00)	(244.096,54)	1.838.729,46
Redução do Capital Social	(1,00)			(1,00)
Cancelamento integralização do Capital Social	(720.000)	720.000,00		-
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	(20.004,77)	(20.004,77)
Saldos em 31.12.2024	**2.082.825,00**	-	**(264.101,31)**	**1.818.723,68**

Demonstração do Resultado

	R$ 31.12.2024	R$ 31.12.2023
Receita líquida	0,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	0,00	0,00
Lucro bruto	**0,00**	**0,00**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(20.004,77)	(15.840,54)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	0,00	0,00
	(20.004,77)	(15.840,54)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(20.004,77)**	**(15.840,54)**
Resultado financeiro líquido		
Despesas financeiras	0,00	0,00
Receitas financeiras	0,00	0,00
	(20.004,77)	(15.840,54)
Resultado antes do IR e CS	**(20.004,77)**	**(15.840,54)**
IR e CS correntes	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(20.004,77)**	**(15.840,54)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	R$ 31.12.2024	R$ 31.12.2023
1- Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) líq. do exercício	**(20.004,77)**	**(15.840,54)**
Lucro líquidos do exerc. ajustado	**(20.004,77)**	**(15.840,54)**
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes	**(33.373,95)**	**(253.415,15)**
Aumento (redução) em Contas a pagar	70,50	270,00
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(19.934,27)**	**(15.570,54)**
2. Atividades de Investimentos		
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	0,00	0,00
3- Atividades de Financiamentos		
Empréstimos dos acionistas	19.934,27	15.570,54
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**19.934,27**	**15.570,54**
Diminuição líq. de cxa. e equiv de cxa	**0,00**	**0,00**
Saldo inicial das disponibilidades	**1,61**	**1,61**
Saldo final das disponibilidades	**1,61**	**1,61**
Variação do caixa e equivalentes	**0,00**	**0,00**

Anna Cecilia Boranga Junqueira - Diretoria
Antonio Carlos Lanna Ferreira - CT-CRC - nº 1SP 171162/O-5

Fazenda Santa Cecilia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 16.385.018/0001-99

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. As demonstrações financeiras completas, elaboradas na forma da legislação aplicável, estão disponíveis no seguinte endereço: https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal.

Balanço Patrimonial

Ativo	R$ 31.12.2024	R$ 31.12.2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	805,92	622,45
Estoques	1.044.786,80	1.044.786,80
Outros créditos	0,00	136,59
Total do circulante	**1.045.592,72**	**1.045.545,84**
Total do Ativo	**1.045.592,72**	**1.045.545,84**

Passivo	R$ 31.12.2024	R$ 31.12.2023
Circulante		
Contas a pagar	1.270,50	1.200,00
Tributos a recolher	0,19	0,02
Total do circulante	**1.270,69**	**1.200,02**
Não circulante		
Empréstimos Nacionais	135.913,88	114.767,08
Total do Passivo não circulante	**135.913,88**	**114.767,08**
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.044.788,00	1.044.788,00
(-) Prejuízos Acumulados	(115.209,26)	(96.559,33)
(-) Prejuízo do Exercício	(21.170,59)	(18.649,93)
Total do Patrimônio Líquido	**908.408,15**	**929.578,74**
Total do Passivo e Patrim. Líq.	**1.045.592,72**	**1.045.545,84**

Demonstração do Resultado do resultado financeiro

	R$ 31.12.2024	R$ 31.12.2023
Receita líquida	0,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	0,00	0,00
Lucro bruto	**0,00**	**0,00**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(19.354,02)	(17.140,55)
	(19.354,02)	(17.140,55)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(19.354,02)**	**(17.140,55)**
Resultado financeiro líquido		
Despesas financeiras	(1.817,80)	(1.510,40)
Receitas financeiras	1,54	1,02
	(1.816,26)	**(1.509,32)**
Resultado antes do IR e CS	**(21.170,28)**	**(18.649,87)**
IR e CS correntes	(0,31)	(0,06)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(21.170,59)**	**(18.649,93)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	R$ 31.12.2024	R$ 31.12.2023
1- Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) líq. do exercício	**(21.170,59)**	**(18.649,93)**
Prejuízo líquido do exerc. ajustado	**(21.170,59)**	**(18.649,93)**
Variações nos Ativos e Passivos Circulantes		
(Aumento) redução em		
Impostos a recuperar	136,59	0,00
Aumento (redução) em Contas a pagar	70,50	270,00
Aumento (redução) em Tributos a recolher	0,05	0,00
Aumento (redução) em Obrigações Trabalhistas	0,12	(2.709,99)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(20.963,33)**	**(21.089,92)**
2. Atividades de Investe Caixa líq. consumido pelas atividades de invests.	**0,00**	**0,00**
3- Atividades de Financiamentos		
Empréstimos (devolução) dos acionistas	21.146,80	20.870,54
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**21.146,80**	**20.870,54**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**183,47**	**(219,38)**
Saldo inicial das disponibilidades	**622,45**	**841,83**
Saldo final das disponibilidades	**805,92**	**622,45**
Variação do caixa e equivalentes	**183,47**	**(219,38)**

Anna Cecilia Boranga Junqueira - Diretoria
Antonio Carlos Lanna Ferreira - CT-CRC - nº 1SP 171161/O-5

FACMA PARTICIPAÇÕES S.A. -

CNPJ 10.557.708/001-00

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial	2025	2024
Ativo/Ativo Circulante	**13.640**	**5.467**
Caixa e Equivalentes de Caixa	68	711
Impostos a Recuperar	7	2
Despesas Antecipadas	43	1
Contas a Receber	62	55
Estoques	13.460	4.698
Ativo não Circulante	**11.074**	**24.917**
Empréstimos a Receber	7.738	20.828
Adiantamentos para Projetos	1.106	1.863
Despesas Exercícios Futuros	4	-
Participações em outras Empresas	735	735
Imobilizado	1.491	1.491
Total do Ativo	**24.714**	**30.384**
Passivo	**2025**	**2024**
Passivo Circulante	**545**	**492**
Fornecedores	516	463
Obrigações Fiscais	17	19
Obrigações Trabalhistas	5	4
Obrigações Fiscais Diferidas (alienação e imóveis)	7	6
Passivo não Circulante	**711**	**2.332**
Obrigações Fiscais Diferidas - L.P.	707	2.332
Financiamentos/Adiantamentos-LP	4	-
Patrimônio Líquido	**23.458**	**27.560**
Capital Social Integralizado	16.705	16.010
Adiant. p/aumento de Capital Social	1.965	695
Lucros/Prejuízos Acumulados	4.788	10.855
Total do Passivo	**24.714**	**30.384**

Demonstração do Resultado

	2025	2024
Receitas Operacionais	**684**	**758**
Venda de Imóveis	143	-
Receita de Aluguel	684	615
Deduções da Receita Bruta		
Impostos sobre Vendas	(25)	(26)
Receita Líquida	**659**	**689**
Custo dos Imóveis Vendidos	-	(51)
Lucro Operacional Bruto	**659**	**679**
Despesas Operacionais		
Despesas com Vendas	(411)	(205)
Lucro antes do Resultado Financeiro	**248**	**474**
Despesas Financeiras	(7.457)	(2)
Receitas Financeiras	1.699	3.166
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**(5.510)**	**3.638**
Imposto de Renda	(289)	(509)
Contribuição Social	(172)	(304)
Lucro Líquido do Período	**(5.971)**	**2.825**

Demonstração das Mutações

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2023	**15.250**	**760**	**8.105**	**24.115**
Lucro do Exercício			2.825	2.825
Adiantamento para aumento de Capital 2024	695			695
Aumento de Capital Social	760	(760)		
Distribuição de Lucros			(75)	(75)
Distribuição de Lucros			(1.000)	(1.000)
Saldo em 31/12/2024	**16.010**	**695**	**10.855**	**27.560**
Lucro do Exercício			(5.971)	(5.971)
Adiantamento para aumento de Capital 2025	1.965			1.965
Aumento de Capital Social	695	(695)		
Distribuição de Lucros			(96)	(96)
Saldo em 31/12/2025	**16.705**	**1.965**	**4.788**	**23.458**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades		
Operacionais	**(5.510)**	**3.638**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(5.510)	3.638
Redução / (Aumento) em Ativos	**(8.059)**	**(473)**
- Contas a Receber	(7)	(14)
- Estoques	(8.762)	(9)
- Impostos a Recuperar	(5)	-
- Outros Ativos	715	(451)
Aumento / (Redução) em Passivos	**(2.033)**	**(1.179)**
- Fornecedores	53	(14)
- Obrig. Sociais e Trabalhistas	(408)	(748)
- Imposto de Renda e CSLL	(53)	(52)
- Tributos Fiscais Diferidos - Longo Prazo	(1.625)	749
Caixa Líquido Proveniente/(Usado) das Atividades Operacionais	**(15.602)**	**3.100**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
- Empréstimos e Financiamentos	13.090	(3.293)
- Adiant. para Aumento de capital social	1.965	695
- Lucros Distribuídos	(96)	(75)
Caixa Líquido Proveniente /(Usado) Atividades Financiamento	**14.959**	**(2.673)**
Aumento (Redução) do Caixa e Equiv.	**(643)**	**427**
Aumento (Redução) do Caixa e Equiv.	**(643)**	**427**
Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Período	711	284
Caixa e Equiv. de Caixa no Final do Período	68	711

Contábeis Elaboradas pelos órgãos reguladores. **3.** O Resultado é apurado pelo Regime de Competência. **4.** Os estoque são avaliados ao custo de construção ou aquisição, e são inferiores ao valor realizável líquido. **5.** A carteira de clientes é representada por créditos objeto da venda de imóveis e de suas operações e possui a garantia do próprio imóvel objeto da venda. **6.** O capital social subscrito e integralizado é representado por 1.670.530 ações, no valor de R$10,00 cada uma.

Angela Scivittaro Madia - Sócia-Gerente
Keli Cristina Soares Casacchio
Contadora - CRC nº 1SP219670/O-1

11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de pronunciamentos

RAF I Ativos Imobiliários Ltda.

- CNPJ/MF nº 17.113.293/0001-16 - NIRE 35.233.271.057

Extrato da 8ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento: **APFIN Investimentos Imobiliários S.A.**, São Paulo/SP, CNPJ 18.834.669/0001-44 e NIRE 35.300.466.594, representada pelos seus diretores, **Marcelo de Andrade**, RG 17.641.048.SSP/SP e CPF 076.244.538-60; e, **André Pompeu dos Santos**, CREA 58.222/D-MG, CPF 811.781.316-53. Na qualidade de sócia, resolve alterar o Contrato Social: I. Aumentar o capital social subscrito e integralizado de 15.991.453 quotas no valor de R$ 15.991.453,00 e decide, seguir com o cancelamento de 13.840.238 quotas subscritas e integralizadas, no valor de R$ 13.840.238,00, todas de sua própria titularidade. 1.2. Do montante indicado 4.005.839 quotas, no valor de R$ 4.005.839,00, terão seu cancelamento realizado mediante a cessão de créditos detidos pela Sociedade em favor da única sócia, em valor equivalente. 1.1.3. O saldo remanescente de 9.834.399 quotas, no valor de R$ 9.834.399,00, terá seu cancelamento realizado mediante a absorção de prejuízos acumulados, nos termos da legislação aplicável. 1.3. O capital social fica no valor de R$ 2.151.215,00 dividido em 2.151.215 quotas no valor de R$ 1,00 cada uma, todas totalmente subscritas e integralizadas. 1.4. Aditar a Cláusula 4ª do Contrato Social: **"Capital Social - Cláusula 4ª** - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional (real), é de R$ 2.151.215,00 dividido em 2.151.215 quotas, de valor de R$ 1,00 cada uma, todas totalmente subscritas e integralizadas de titularidade da sócia **APFIN Investimentos Imobiliários A.**" São Paulo, 16.03.2026. **APFIN Investimentos Imobiliários S.A.** Por **Marcelo de Andrade** e **André Pompeu dos Santos.**

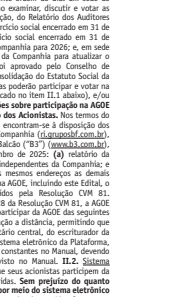
EDITAL DE PRAÇA ÚNICA DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

3ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL XV – BUTANTÃ – DA COMARCA DE SÃO PAULO

EDITAL de Praça Única de Leilão Judicial Eletrônico do bem abaixo descrito, bem como para intimação dos Executados **ESPÓLIO DE GIAN ARTURO AUGUSTO DE MICCOLIS**, CPF nº 027.225.658-85, representado por sua inventariante **ELEANOR RELLES DE MICCOLIS**; **LEA MARGARIDA MEIRELLES DE MICCOLIS**, CPF nº 061.304.138-07; dos terceiros interessados **BANCO SANTANDER S.A.**, CNPJ nº 90.400.888/0001-42; **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, CNPJ nº 46.395.000/0001-39 e demais interessados, extraído **nos autos do CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – DESPESAS CONDOMINIAIS, processo nº 0003027-47.2022.8.26.0704**, que tramita perante a 3ª Vara Cível do Foro Regional XV – Butantã – da Comarca de São Paulo, requerido por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO METROPOLIS**, CNPJ nº 00.904.316/0001-08. **A Dra. Luciane Cristina Silva Tavares**, MMª Juíza de Direito, na forma da Lei, **faz saber** a todos, que, através do sistema **PRO-JUD LEILÕES**, hospedado em www.projudleiloes.com.br e sob condução do **Leiloeiro Público, Sr. Carlos Campanha, inscrito na JUCESP sob nº 1.053**, levará a público a seguir descrito: **OS DIREITOS (QUASE QUITADOS) DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA QUE OS EXECUTADOS POSSUEM SOBRE O APARTAMENTO NÚMERO 13 DO EDIFÍCIO METROPOLIS, SITUADO NA AVENIDA GUILHERME DUMONT VILLARES, 1.520. Matrícula: nº 171.165. CRI – SP. Contribuinte Municipal** SQL nº 171.165.0039-0. **Avaliação: R$ 1.442.956,84, atualizada até fevereiro/2026. Débito da Ação/Condomínio:** R$ 959.134,74, atualizado até fevereiro/2026. **Recursos**. Não consta existir nos autos recursos pendentes a serem apreciados. **Do PRAÇA ELETRÔNICA**: PRAÇA ÚNICA com início em 01/04/2026 às 11:00 horas e encerramento para 30/04/2026, às 11:00 horas. **DEMAIS INFORMAÇÕES:** Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (11) 2892-8648 e e-mail: contato@projudleiloes.com.br. **DAS INTIMAÇÕES**: Ficam intimados os Executados e as demais pessoas descritas no início do presente Edital. **Dra. Luciane Cristina Silva Tavares** - Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS- PROCESSO: **Nº 1010271-41.2023.8.26.0008** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Rogério Bojo Pellegrino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) LEANDRO LUIZ GASPARIN, CPF (27) 43388-1883, e KAYKY LEANDRO GASPARIN, CPF (36) 39885-1835, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível - Assunto: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO, por parte de Osvaldo Agregail, com o valor de R$ 34.229,40, atualizado em 23/06/2023. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, fica determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem defesa. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2026. **| 24.25**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS- PROCESSO: **Nº 0024805-37.2025.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Homero Maiorino, na forma da lei, etc. FAZ SABER a(s) Ann Livia de Souza, CPF: 293.897.468-09 que J.S.de C.radujeu o cumprimento de sentença para receber a quantia de R$ 7.029,93 (maio/2025). Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fim de pagar o débito supra, bloque o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, 1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Sendo o edital afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2026. **| 24.25**



USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 566.273, em 26/12/2025, o Requerimento feito por **VINICIUS DA COSTA LIENDO,** brasileiro, aposentado, maior e capaz, solteiro, declarando que não convive em união estável, RG nº 3.857.223-SSP/SP, CPF/MF nº 660.633.538-87, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Tucuna, nº 1276, Perdizes, objetivando a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA** do **"UM TERRENO"** residencial, construído sobre dois pavimentos, e seu respectivo terreno, situado na Rua Professor Alfonso Bovero, nº 1.418 anterior nº 136, antiga Rua Guiará nº 16, Vila Pompéia, no 19º Subdistrito – Perdizes, objeto da matrícula nº 150.059, **deste Serviço Registral**. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- **"a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"**; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- **"os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado"**, fica ele por este Edital **INTIMADO** da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, **a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias úteis contados da data da publicação deste Edital.** E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jorn

VCI VANGUARD CONFECÇÕES IMPORTADAS S.A.

CNPJ 00.311.557/0001-43
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Ficamos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 25 de março de 2026. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
Ativos	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**Passivo**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e equivalentes de caixa	43.918	52.395	43.940	52.418	Fornecedores	59.422	58.244	59.434	58.254
Contas a receber	208.983	185.718	208.983	185.718	Fornecedores risco sacado	-	4.673	-	4.673
Estoques	95.518	86.034	96.386	87.218	Empréstimos e financiamentos	40	-	40	-
Impostos a recuperar	9.582	4.191	9.593	4.202	Obrigações tributárias	13.841	13.264	13.842	13.265
IRPJ e CSLL a recuperar	1.384	391	1.384	391	Imposto de renda e contribuição social	-	186	-	186
Outras contas a receber	11.222	4.524	11.392	4.524	Obrigações sociais e trabalhistas	39.464	31.903	39.464	31.903
Despesas antecipadas	1.823	3.050	1.823	3.050	Passivo de arrendamento	17.407	27.909	17.407	27.909
Total do ativo circulante	**372.430**	**336.303**	**373.501**	**337.521**	Dividendos a pagar	-	25.704	-	25.704
					Outras contas a pagar	8.933	17.033	8.933	17.033
Mútuos com partes relacionadas	109	1.352	-	-	**Total do passivo circulante**	**139.107**	**178.916**	**139.120**	**178.927**
Depósitos judiciais	12.239	5.704	12.239	5.704	Empréstimos e financiamentos	155.989	-	155.989	-
Impostos diferidos ativos	12.419	9.156	12.419	9.156	Passivo de arrendamento	93.392	56.605	93.392	56.605
Outras contas a receber	35	27	35	27	Provisão para passivo a descoberto em controladas	108	145	-	-
Total do realizável a longo prazo	**24.802**	**16.239**	**24.693**	**14.887**	Outras contas a pagar	-	54	-	54
					Provisão para contingências	1.835	3.577	1.835	3.577
Investimentos	1.057	-	-	-	**Total do passivo não circulante**	**251.324**	**60.381**	**251.216**	**60.236**
Imobilizado	38.896	33.792	38.896	33.792	**Patrimônio líquido**				
Intangível	30.401	14.497	30.401	14.497	Capital social	18.992	18.992	18.992	18.992
Ativo de direito de uso	116.950	89.043	116.950	89.043	Reservas de capital	11.339	68.815	11.339	68.815
Total do ativo não circulante	**212.106**	**153.571**	**210.940**	**152.219**	Reservas de lucros	163.774	162.770	163.774	162.770
					Total do patrimônio líquido	**194.105**	**250.577**	**194.105**	**250.577**
Total do ativo	**584.536**	**489.874**	**584.441**	**489.740**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**584.536**	**489.874**	**584.441**	**489.740**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora e Consolidado						
				Reservas de lucros			
	Capital social	**Reservas de capital**	**Reserva de lucros**	**Reserva legal**	**Reservas de incentivos fiscais**	**Total das reservas de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**18.992**	**68.815**	**34.076**	**3.964**		**131.669**	-	**219.477**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	66.893	**66.893**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	30.967	**30.967**	(30.967)	-
Dividendos mínimos obrigatórios do período	-	-	-	-	-	-	(10.778)	**(10.778)**
Juros sobre o capital próprio	-	-	(17.148)	-	-	**(17.148)**	(7.867)	**(25.015)**
Retenção de lucros	-	-	17.281	-	-	**17.281**	(17.281)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**18.992**	**68.815**	**34.209**	**3.964**	**124.598**	**162.769**	-	**250.577**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	71.302	**71.302**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	33.057	**33.057**	(33.057)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(70.298)	**(70.298)**
Cancelamento de ações	-	(57.476)	-	-	-	-	-	**(57.476)**
Outros	-	-	-	(165)	-	**(165)**	165	-
Destinação das reservas de lucros	-	-	(31.888)	-	-	**(31.888)**	31.888	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**18.992**	**11.339**	**2.321**	**3.799**	**157.655**	**163.773**	-	**194.105**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. ("Companhia" ou "Aramis") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na Rua Sampaio Vidal, nº 1.026, Jd. Paulistano, CEP 01443-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia opera com o nome fantasia "Aramis" e tem por objetivo principal a comercialização de roupas e acessórios masculinos. A Companhia exerce as suas operações através de *ecommerce*, clientes multimarcas, franquias e lojas próprias. As vendas aos clientes multimarcas são realizadas através de seu centro de distribuição localizado no Espírito Santo que inclusive atende toda a rede da Aramis. As vendas no varejo físico são realizadas através de cinquenta e uma lojas próprias, localizadas em pontos estratégicos e próximos a grandes centros consumidores, sendo vinte lojas em São Paulo, duas na Bahia, três no Ceará, três no Distrito Federal, três em Goiânia, quatro em Minas Gerais, uma na Paraíba, duas no Paraná, cinco em Pernambuco, três no Rio de Janeiro, uma no Rio Grande do Norte, uma em Santa Catarina e duas no Rio Grande do Sul. Adicionalmente existem treze lojas *outlet*, além da uma loja virtual situada no Espírito Santo. Na rede de franquias, a Companhia possui oitenta e seis lojas. No início de 2024, inauguramos nossa nova planta industrial, na Cidade de Aracruz/ES, visando além da fomentação local no que tange ao desenvolvimento regional, o incentivo fiscal e sinergia com nosso Centro de Distribuição. **2. Base de preparação & Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem as disposições da legislação societária brasileira previstas na nº Lei 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 9 de março de 2026. **b. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e reconhecidas prospectivamente. *(i) Julgamentos* - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Consolidação** - As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: *(i) Controladas* - A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos somente por meio do poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. *(ii) Perda de controle em controladas* - Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia baixa os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que ha a perda de controle. *(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial* - Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e de já a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. *(iv) Transações eliminadas na consolidação* - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são novamente convertidos à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data das transações. As diferenças de moeda estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros não derivativos** - *Reconhecimento inicial e remensuração* - A Administração da Companhia reconhece todos ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados, ou seja, na data da negociação, ao qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos pelo seu valor justo (exceto a conta: contas a receber que reflete o preço da transação), mais ou menos, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo financeiro. *Classificação e mensuração subsequente* - Baseada no seu modelo de negócio aos quais os ativos são gerenciados e nas características de fluxo de caixa, a Companhia geralmente classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *(i)* Custo amortizado: os ativos financeiros são mantidos dentro de modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter tais ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. *(ii) Valor justo por meio de resultado: São os ativos financeiros que não se enquadram nas características acima. Derivativos são instrumentos financeiros geralmente classificados nesta categoria; e* Desreconhecimento - A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesse caso, os ativos transferidos não são desreconhecidos. **Compensações** - As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros. **Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. **d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)** - *(i) Ativos financeiros não derivativos* - Ativos financeiros não classificados como ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*. A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. *(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado* - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é reversível no resultado. A Companhia não constitui perda por redução ao valor recuperável de contas a receber junto a operadoras de cartão de crédito, pois não possui histórico significativo de inadimplência e não espera perdas futuras para esses recebíveis. *(iii) Ativos não financeiros* - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que se tirão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e. Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo para resgate em até 180 dias da data da aplicação. Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos de rendimentos auferidos até a data da apresentação das demonstrações financeiras. **f. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **g. Imobilizado** - *(i) Reconhecimento e mensuração* - Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado. *(ii) Custos subsequentes* - Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. *(iii) Depreciação* - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	05 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior, não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos. **h. Ativos intangíveis** - *(i) Reconhecimento e mensuração* - Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. *(ii) Gastos subsequentes* - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *(iii) Amortização* - A amortização é calculada baseando-se no método linear, baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Softwares	05 anos
Ativos de direito de uso	10 anos
Pontos comerciais	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja necessário. Em relação ao exercício anterior, não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos. **i. Provisões** - Uma provisão é reconhecida se em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. *(i) Imposto de renda e contribuição social* - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *(ii) Imposto corrente* - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substantivamente promulgadas no final do exercício corrente no país em que a Companhia opera e gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita à interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. *(iii) Imposto diferido* - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados sob certos critérios forem atendidos. **j. Receita operacional líquida** - O CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 apresentando uma nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. A norma estabelece um modelo que busca evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não atendidos. São definidos pela norma as seguintes etapas: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço a cliente. A receita é reconhecida líquida de vendas de mercadorias e os correspondentes impostos sobre vendas, de devoluções e descontos comerciais. As receitas de *royalties* são calculadas sobre o respectivo volume vendido mensalmente a cada um dos franqueados. Modalidades de reconhecimento de receita: **1. Vendas via *ecommerce*** - Para vendas realizadas pela plataforma digital com entrega ao endereço do consumidor, a Companhia reconhece a receita no momento da transferência do controle, que ocorre quando os produtos são efetivamente entregues ao cliente ou a terceiros responsáveis pela entrega, dependendo dos termos de venda. **1.1. Compra pelo *site* com retirada em loja (*pick-up in Store*)** - Para pedidos retirados em loja, o controle é transferido no momento da retirada do produto pelo cliente, quando ele assume os riscos e benefícios do bem. Não há reconhecimento antecipado da receita, mesmo quando o pagamento é efetuado previamente no site ou app. A receita é reconhecida no momento com a Companhia **2. Vendas em lojas físicas** - A receita é reconhecida quando o produto é entregue ao cliente no ponto de venda, momento em que ocorre a transferência imediata do controle. **3. Programa de *Cashback* e Cupons** - A Companhia oferta programas de relacionamento que incluem *cashback*, cupons e descontos progressivos sujeitos a determinados critérios. O *cashback* gerado é registrado como uma redução da receita. **4. Vendas para Canais B2B (Atacado, Distribuidores e Varejo Parceiro)** - A Companhia realiza operações comerciais com parceiros B2B, incluindo distribuidores, revendedores, *marketplaces* híbridos e unidades de varejo corporativo. A receita B2B é reconhecida conforme o CPC 47, respeitando a transferência do controle: (i) Venda FOB (controle transfere ao despachar a mercadoria): a receita é reconhecida na entrega à transportadora quando, contratualmente, o cliente assume o controle nesse momento; (ii) Venda CIF ou com obrigação de entrega: a receita é reconhecida no momento da entrega física ao parceiro; **k. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras compreendem substancialmente receitas de juros de recebimento em atraso, receita de juros de aplicações financeiras e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem substancialmente despesas bancárias, juros e descontos financeiros passivos, encargos financeiros sobre *leasing*, impostos sobre operações financeiras e variações cambiais passivas. **Classificação na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** - Em conformidade com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Companhia adota a seguinte política contábil para apresentação dos fluxos de caixa relacionados a receitas e despesas financeiras: • Juros pagos: são apresentados como fluxos das atividades operacionais, refletindo a prática adotada pela Companhia e a natureza recorrente desses desembolsos no ciclo operacional. • Juros recebidos de rendimentos de aplicações financeiras: são classificados como fluxos das atividades de investimento. • Encargos financeiros de arrendamentos (CPC 06): - juros incorridos e pagos sobre arrendamentos é apresentada nas atividades operacionais; - a parcela referente à amortização do principal é apresentada nas atividades de financiamento. **l. Arrendamentos** - *(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento* - No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Se a Companhia conclui, para um arrendamento que é ou contém um arrendamento, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo fundamental; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa incremental de captação da Companhia. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. Valores abaixo de R$ 20, levando em consideração o bem, não são considerados para fins de controle e reconhecimento, são tratados como baixo valor. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada da mesma maneira que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada prontamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. *(ii) Ativos arrendados* - Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. *(iii) Pagamentos de arrendamentos* - Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento sob arrendamentos financeiros são reconhecidos alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. A Companhia considera como atividade operacional o pagamento do passivo correspondente aos juros sobre arrendamento. **m. Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, quando o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **n. Subvenções governamentais** - As subvenções são reconhecidas no resultado do exercício em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. Posteriormente, no final de cada período, as subvenções não monetárias são reconhecidas pelo valor justo. Os ativos são registrados no Patrimônio Líquido como Reserva de Incentivos Fiscais. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos que é caracterizado como subvenção para investimento pela Companhia. **o. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. I. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **p. Outras normas contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

(...continuação)

VCI VANGUARD CONFECÇÕES IMPORADAS S.A. - CNPJ 00.311.557/0001-43

refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia estabelece uma provisão para perda estimada com relação às contas a receber de clientes, reconhecida no resultado do exercício. As contas a receber de títulos a receber de clientes franqueados e multimarcas são monitoradas individualmente, sendo as perdas estimadas calculadas com base na experiência real da perda de crédito histórica da Companhia, utilizando o percentual de inadimplência após o vencimento. A provisão para perdas esperadas para o contas a receber em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 3.103, representando 1,5% do saldo de contas a receber em aberto, e em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 2.549, equivalentes a 1,4%. Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Risco de taxas de câmbio - Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de estoques e a contratação de instrumentos financeiros. **Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento do mercado. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **6. Subvenções governamentais: Crédito presumido de ICMS** - A Companhia possui subvenções para investimentos concedidos pelo Governo do Estado do Espírito Santo, através da Portaria nº 107-R de 31 de julho de 2018, a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O valor dessa subvenção para investimentos, registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R$ 33.057 (R$ 30.967 em 2024). **7. Outras informações**: As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas e com parecer sem ressalva, estão arquivadas na sede administrativa da Companhia.

Richard Gabriel Stad - Diretor-Presidente
Fabio Davidovici - Diretor Financeiro
Osmar Alves dos Santos - Contador CRC: 1SP 294588/O-7

Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 33.458.409/0001-05

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2025	2024
Circulante	**2.718**	**1.986**
Caixa e equivalentes de caixa	7	23
Aplicações financeiras	2.157	1.938
Tributos a recuperar	54	37
Não circulante	**151**	**327**
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	-	15
Estoques	96	96
Imobilizado	6	25
Intangível	49	191
Total do ativo	**2.869**	**2.325**

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	**4**	**1**
Impostos e contribuições a recolher	4	1
Patrimônio Líquido	**2.365**	**2.324**
Capital social	7.300	7.300
Prejuízos acumulados	(4.935)	(4.976)
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.369**	**2.325**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**41**	**13**
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	161	161
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(273)	(189)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos		
Tributos a recuperar	(2)	8
Imposto e contribuição a recolher	9	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(6)	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(70)**	**(7)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	54	18
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**54**	**18**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(16)**	**11**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	23	12
No final do exercício	7	23
	(16)	**11**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Despesas operacionais	**(217)**	**(178)**
Despesas gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(161)	(161)
Serviços	(42)	-
Outros	(14)	(9)
Resultado antes do resultado financeiro	(217)	(170)
Resultado financeiro	266	185
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	49	15
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(8)	(2)
Lucro líquido do exercício	**41**	**13**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**41**	**13**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**41**	**13**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos		
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**73.000**	**(65.700)**	**(4.989)**	**2.311**
Lucro líquido do exercício	-	-	13	13
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**73.000**	**(65.700)**	**(4.976)**	**2.324**
Lucro líquido do exercício	-	-	41	41
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**73.000**	**(65.700)**	**(4.935)**	**2.365**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - Contadora - CRC 1SP190868/O-0

RS Holding e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.662.545/0001-48

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2025	2024
Circulante	**126.110**	**137.746**
Caixa e equivalentes de caixa	29	517
Aplicações financeiras	17.213	19.965
Tributos a recuperar	522	8.918
Juros sobre capital próprio a receber	108.346	108.346
Não circulante	**9.608**	**1.382.476**
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	9.608	23
Investimentos	-	**1.382.453**
Total do ativo	**135.718**	**1.520.222**

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	**31.874**	**73.372**
Fornecedores	11	2
Impostos e contribuições a recolher	14	4.783
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	31.949	68.587
Patrimônio líquido	**103.744**	**1.446.850**
Capital social	3.590	1.102.899
Reservas de capital	116	-
Reservas de lucros	100.038	343.951
Total do passivo e patrimônio líquido	**135.718**	**1.520.222**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital		Reservas de lucros		
	Capital social subscrito e integralizado	PGLP liquidado em ações	Legal	Retenção de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**585.899**	-	**21.844**	**258.205**	-	**865.948**
Aumento de capital social em 08 de março de 2024	22.000	-	-	-	-	22.000
Aumento de capital social em 26 de setembro de 2024	495.000	-	-	-	-	495.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.806	83.806
Destinações:						
Reserva legal	-	-	4.190	-	(4.190)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(19.904)	(19.904)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	59.712	(59.712)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.102.899**	-	**26.034**	**317.917**	-	**1.446.850**
Aumento de capital social em 02 de janeiro de 2025	108.722	-	(21.844)	(258.204)	-	68.674
Redução de capital social em 01 de maio de 2025	(1.428.041)	-	-	-	-	(1.428.041)
Plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	-	-	116	-	-	116
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.180	48.180
Destinações:						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(12.045)	(12.045)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	36.135	(36.135)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**3.590**	**116**	**4.190**	**95.848**	-	**103.744**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**48.180**	**83.806**
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(1.774)
Juros e variação monetária sobre debêntures	-	54.618
Equivalência patrimonial	(45.472)	(139.799)
Rendimento de aplicação financeira	(2.210)	(1.998)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Tributos a recuperar	(1.189)	25.772
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	9	2
Impostos e contribuições a recolher	(4.612)	(2.260)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(157)	-
Outras obrigações	-	(2)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	**(5.451)**	**18.365**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	4.963	8.045
Recebimento/(pagamento) de juros	-	22.031
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**4.963**	**30.076**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Debêntures		
Pagamentos de principal e juros	-	(565.414)
Aumento de capital	-	517.000
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	-	**(48.414)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(488)**	**27**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	517	490
No final do exercício	29	517
	(488)	**27**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	**(108)**	**(201)**
Serviços	(72)	(184)
Impostos, taxas e despesas com cartório	(21)	(7)
Editais e publicações	(15)	(10)
Resultado de equivalência patrimonial	**45.472**	**139.799**
Resultado antes do resultado financeiro	**45.364**	**139.598**
Resultado Financeiro	3.267	(57.592)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**48.631**	**82.006**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(451)	1.800
Lucro líquido do exercício	**48.180**	**83.806**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**48.180**	**83.806**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**48.180**	**83.806**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - Contadora - CRC 1SP190868/O-0

Santa Cruz Participações S.A.

CNPJ: 60.890.745/001-40

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31/12/2025 - (em R$)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação, as contas relativas ao Exercício de 2025, constantes do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2025 e demais Demonstrações Financeiras. A Diretoria coloca-se a disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Balanço Patrimonial em 31/12/2025 - (em R$)

Ativo	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	**2.852.385,86**	**2.415.592,79**
Caixa/Bancos	14.347,21	894,96
Aplicações Financeiras	2.364.160,84	2.167.851,14
Contas a Receber	192.718,81	92.714,22
Impostos a Recuperar	281.158,50	154.132,47
Despesas Antecipadas	-	-
Não Circulante	**156.233,94**	**156.233,94**
Depósitos judiciais	9.142,80	9.142,80
Investimentos	**101.485,40**	**101.485,40**
Part.Soc.em Outras Empresas	101.485,40	101.485,40
Imobilizado	**45.605,74**	**45.605,74**
Imóveis	442.965,94	442.965,94
Móveis e Utensílios	28.038,99	28.038,99
Instalações	13.526,91	13.526,91
(-) Depreciação Acumulada	(438.926,10)	(438.926,10)
Total Do Ativo	**3.008.619,80**	**2.571.826,73**

Passivo	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	**555.973,11**	**329.285,87**
Impostos e Contribuições a Recolher	298.957,48	162.347,45
Contas a Pagar	11.351,36	4.227,55
Obrigações Trabalhistas	26.408,26	25.320,68
Participações Estatutárias	62.685,00	36.658,52
Dividendos a Pagar	156.571,01	100.731,67
Não Circulante	-	-
Patrimônio Líquido	**2.452.646,69**	**2.242.540,86**
Capital Social	1.500.000,00	1.500.000,00
Reservas de Lucros	952.646,69	742.540,86
Total do Passivo	**3.008.619,80**	**2.571.826,73**

Demonstração do Resultado do Exercício - (em R$)

	31.12.2025	31.12.2024
Outras Receitas Operacionais	1.910.303,88	1.445.066,31
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	(814.353,32)	(795.391,32)
Despesas Tributárias	(182.541,86)	(135.253,25)
(=) Lucro/(Prejuízo) Operacional	**913.408,70**	**514.421,74**
Receitas Não Operacionais	-	-
Despesas Não Operacionais	-	-
(=) Lucro Antes da Cont. social	**913.408,70**	**514.421,74**
Contribuição Social	(82.206,78)	(46.151,61)
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda	**831.201,92**	**468.270,13**
Provisão para o Imposto de Renda	(204.352,17)	(101.685,01)
Participação Estatutária	(62.684,98)	(36.658,51)
(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	**564.164,77**	**329.926,61**
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações	376,11	219,95

Demonstração do Fluxo de Caixa - (em R$)

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo de Caixa / Bancos no início do exercício	**894,96**	**359,86**
Atividades Operacionais		
Recebimento de aluguéis	1.368.375,97	1.073.873,74
Aplicações financeiras	(2.210,20)	(2.123.519,87)
Resgate de aplicações financeiras	936.763,26	2.369.325,29
Pagamentos		
Aluguéis	(19.163,00)	(8.920,00)
Salários	(418.136,28)	(425.964,67)
Impostos	(623.893,53)	(489.552,32)
Serviços de terceiros e fornecedores	(67.511,67)	(52.294,22)
Juros e encargos	(333,68)	-
Saldo gerado pelas Atividades Operacionais	**348.330,87**	**342.947,95**
Atividades de Investimento		
Recebimento de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	-	1
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	-	-
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	(298.219,60)	(298.219,20)
Pagamento de Participações Estatutárias	(36.658,52)	(44.193,65)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**(334.878,12)**	**(342.412,85)**
Aumento/(diminuição) líquida no Caixa	**13.452,75**	**535,10**
Saldo de Caixa / Bancos no final do exercício	**14.347,71**	**894,96**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - (em R$)

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2023	**1.500.000,00**	**695.690,18**	-	**2.195.690,18**
Lucro Líquido do Exercício de 2024	-	-	329.926,61	329.926,61
Distribuição de Dividendos	-	200.564,28)	(82.481,65)	(283.045,93)
Reserva de Retenção de Lucros	-	247.444,96	(247.444,96)	-
Saldo em 31/12/2024	**1.500.000,00**	**742.540,86**	-	**2.242.540,86**
Lucro Líquido do Exercício de 2025	-	-	564.164,77	564.164,77
Distribuição de Dividendos	-	(213.017,75)	(141.041,19)	(354.058,94)
Reserva de Retenção de Lucros	-	423.123,58	(423.123,58)	-
Saldo em 31/12/2025	**1.500.000,00**	**952.646,69**	-	**2.452.646,69**

Notas Explicativas

1- As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a lei nº. 11.638/2007,incluindo as modificações introduzidas pela lei nº. 11.941/2009, que modificaram a lei nº. 6.404/76. 2- As depreciações foram calculadas pelo método linear de acordo com as taxas admitidas pela legislação em vigor. 3- O regime de competência foi observado para registrar as receitas e despesas do exercício. 4- Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na lei das Sociedades por Ações. 5- No exercício foram provisionados: (I) aos acionistas dividendos mínimos por conta do resultado no valor de R$ 141.041,19; (II) aos administradores R$ 62.684,98 referente à participação estatutária 6- O Capital Social é representado por 1.500.000 ações ordinárias sem valor nominal. 7- As demonstrações financeiras não foram auditadas por Auditores Independentes. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Diretoria

Rodolfo de Almeida Prado - Diretor Presidente
Álvaro Augusto Vidigal - Diretor - Superintendente
Mauricio Gonçalves Camilo Pinto -Contador - CRC 1SP145786/O-7

Inovap 5 Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 11.964.190/0001-83

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2025	2024
Circulante	**1.203**	**1.040**
Caixa e equivalentes de caixa	123	30
Aplicações financeiras	1.062	1.000
Tributos a recuperar	18	10
Não circulante	**11**	**12**
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	11	11
Depósitos judiciais	-	1
Total do ativo	**1.214**	**1.052**

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	**90**	**187**
Fornecedores	-	1
Outras Obrigações	90	186
Não circulante	**2**	**2**
Provisão para riscos trabalhistas	2	2
Patrimônio líquido	**1.122**	**863**
Capital social	1.400	1.400
Prejuízos acumulados	(278)	(537)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.214**	**1.052**

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Despesas operacionais	**96**	**105**
Despesas gerais e administrativas		
Serviços	(1)	(9)
Indenizações trabalhistas	106	43
Reversão (provisão) para riscos trabalhistas	-	72
Impostos, taxas e despesas com cartório	(12)	(1)
Outras receitas operacionais		
Receitas eventuais	3	-
Resultado antes do resultado financeiro	**96**	**105**
Resultado financeiro	214	108
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**310**	**213**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(51)	(22)
Lucro líquido do exercício	**259**	**191**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**259**	**191**
Ajustes por:		
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos trabalhistas	-	(72)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(138)	(94)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos		
Tributos a recuperar	(8)	24
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(1)	1
Impostos e contribuições a recolher	32	10
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(32)	(10)
Outras obrigações	(96)	(186)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**17**	**29**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	76	(52)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	**76**	**(52)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**93**	**(32)**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	30	62
No final do exercício	123	30
	93	**(32)**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**259**	**191**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**259**	**191**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
Contadora - CRC 1SP190868/O-0

Lam Vias Participações e Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 29.206.383/0001-30

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2025	2024
Circulante	**463**	**402**
Caixa e equivalentes de caixa	5	6
Aplicações financeiras	429	390
Tributos a recuperar	26	6
Despesas antecipadas e outros créditos	3	-
Não circulante	-	**2**
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	-	2
Total do ativo	**463**	**404**

Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante	**1**	**1**
Outras obrigações	1	1
Patrimônio líquido	**462**	**403**
Capital social	81.340	81.340
Prejuízos acumulados	(80.878)	(80.937)
Total do passivo e patrimônio líquido	**463**	**404**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**59**	**32**
Ajustes por:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(54)	(31)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos		
Impostos a recuperar	(18)	61
Despesas antecipadas e outros créditos	(3)	1
Aumento (redução) dos passivos		
Obrigações sociais e trabalhistas	-	2
Impostos e contribuições a recolher	5	2
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(4)	(2)
Outras obrigações	(1)	1
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	**(16)**	**66**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	15	(66)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	**15**	**(66)**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	-
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6	6
No final do exercício	5	6
	(1)	-

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Despesas operacionais	**9**	**(3)**
Despesas gerais e administrativas		
Recuperação de despesa com pessoal	13	-
Editais e publicações	(2)	(2)
Outras despesas operacionais	(2)	(1)
Resultado antes do resultado financeiro	**9**	**(3)**
Resultado financeiro	61	38
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**70**	**35**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(11)	(3)
Lucro líquido do exercício	**59**	**32**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**59**	**32**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**59**	**32**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**81.340**	**(80.969)**	**371**
Lucro líquido do exercício	-	32	32
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**81.340**	**(80.937)**	**403**
Lucro líquido do exercício	-	59	59
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**81.340**	**(80.878)**	**462**

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 01.637.895/0001-32

ERRATA AO ANÚNCIO AOS DEBENTURISTAS

São Paulo, 25 de março de 2026 – VOTORANTIM CIMENTOS S.A. ("Companhia"), no âmbito do **"ANÚNCIO AOS DEBENTURISTAS – AVISO DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL DAS DEBÊNTURES DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.**", publicado em **24 de março de 2026**, a Companhia vem, por meio desta, informar que onde se lê: **"Prêmio de Resgate:** 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)", leia-se: **Prêmio de Resgate:** 0,30% (trinta centésimos por cento). Permanecem inalterados e válidos todos os demais termos e condições constantes do referido Anúncio aos Debenturistas.

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Mitre Ipiranga Empreendimentos SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 31.650.529/0001-84 - NIRE nº 35.235.360.448

Ata de Reunião dos Sócios Realizada em 24 de Março de 2026

Data, Hora e Local: Realizada às 11:00 horas do dia 24 de março de 2026, na sede social da **Mitre Ipiranga Empreendimentos SPE Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 700, 5º andar, conjunto 51, Sala S, Cerqueira Cesar, CEP 01418-002. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do disposto no artigo 1.072, § 2º, da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"), por estar presente a sócia única da Sociedade, **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Alameda Santos, nº 700, 5º andar, Jardim Paulista, CEP 01418-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.882.930/0001-65, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, Sr. **Fabrício Mitre**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.360.230-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 325.730.098-07, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, à Alameda Santos, nº 700, 5º andar, Cerqueira Cesar, CEP 01418-002, conforme as assinaturas constantes desta ata. **Mesa:** A Reunião foi presidida pelo Sr. Fabrício Mitre e secretariada pelo Sr. Felipe Cesar da Fonseca. **Ordem do Dia:** Deliberar **(I)** sobre a redução do capital social da Sociedade; e **(II)** autorizar a administração da Sociedade a tomar todas as providências, bem como assinar todos os documentos necessários para a realização da redução de capital social, conforme previsto neste Instrumento. Observado o disposto no §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, a presente Ata, com cópia de sua publicação, bem como a respectiva Alteração do Contrato Social da Sociedade, refletindo a redução de capital ora deliberada, será devidamente arquivada perante a JUCESP não antes de 90 (noventa) dias após a publicação da presente Ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. São Paulo, 24 de março de 2026. **Fabrício Mitre** - Presidente da Mesa; **Felipe Cesar da Fonseca** - Secretário da Mesa. Sócia: **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.** - *Por Fabrício Mitre.*

Mitre Roque Petroni Empreendimentos SPE Limitada

CNPJ/MF nº 28.169.420/0001-15 - NIRE nº 35.235.003.882

Ata de Reunião dos Sócios Realizada em 24 de Março de 2026

Data, Hora e Local: Realizada às 11:00 horas do dia 24 de março de 2026, na sede social da **Mitre Ipiranga Empreendimentos SPE Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 700, 5º andar, conjunto 51, Sala A, Cerqueira Cesar, CEP 01418-002. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do disposto no artigo 1.072, § 2º, da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"), por estar presente a sócia única da Sociedade, **Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Alameda Santos, nº 700, 5º andar, Jardim Paulista, CEP 01418-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.882.930/0001-65, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **Sr. Fabrício Mitre**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.360.230-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 325.730.098-07, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, à Alameda Santos, nº 700, 5º andar, Cerqueira Cesar, CEP 01418-002, conforme as assinaturas constantes desta ata. **Mesa:** A Reunião foi presidida pelo Sr. Fabrício Mitre e secretariada pelo Sr. Felipe Cesar da Fonseca. Ordem do Dia: Deliberar **(I)** sobre a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade, a ser formalizada por meio da assinatura e arquivamento da respectiva alteração de Contrato Social perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo

JUNTOS SOMOS+

Demonstrações Financeiras 2025

Juntos Somos Mais Fidelização S.A. | CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão.
O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o relatório da administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://www.jornaladiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	42.081	23.552	26.124
Aplicações financeiras	8	-	14.577	14.585
Contas a receber de clientes	9	13.997	8.753	8.753
Outros ativos		3.111	5.134	5.175
		59.189	**52.016**	**54.637**
Investimento	11	-	2.442	-
Imobilizado	12	1.265	1.284	1.301
Intangível	13	401	364	364
Direito de uso em arrendamento	14	577	-	-
Total do ativo não circulante		**2.243**	**4.090**	**1.665**
Total do ativo		**61.432**	**56.106**	**56.302**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024
Circulante				
Fornecedores		7.933	9.407	9.451
Tributos a recolher		1.809	1.699	1.840
Salários e encargos sociais		14.123	17.927	17.927
Partes relacionadas	10(b)	417	213	213
Receita diferida	17	25.891	32.352	32.352
Arrendamentos	14	618	-	-
Adiantamento de clientes	10(b)	12.571	-	-
Outros passivos		1.206	1.201	1.212
		64.568	**62.799**	**62.995**
Não circulante				
Partes relacionadas	10(b)	358	271	271
Provisões	16	374	57	57
Total do passivo não circulante		**732**	**328**	**328**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	19			
Capital social		219.024	209.415	209.415
Reserva de capital		2.015	2.015	2.015
Prejuízos acumulados		(224.907)	(218.525)	(218.525)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	74	74
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(3.868)**	**(7.021)**	**(7.021)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**61.432**	**56.106**	**56.302**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.382)	(39.051)	(6.382)	(39.051)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Perda na baixa de imobilizado e intangível	22	8	14.013	8	14.013
Equivalência patrimonial	11(b)	205	5.149	-	-
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	3.2	242	-	(74)	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras		-	(4.093)	-	(4.093)
Depreciação e amortização	21(b)	1.556	3.720	1.556	3.742
Pagamento baseado em ações		-	265	-	265
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	9(b)	(129)	119	(129)	119
Provisões de processos cíveis e trabalhistas, líquidas de reversões		331	57	331	57
Ajuste a valor presente		135	-	135	-
Outros componentes do resultado financeiro		-	(17)	-	(17)
		(4.034)	**(19.838)**	**(4.555)**	**(24.965)**
(Acréscimo) decréscimo em ativos					
Contas a receber de clientes		(5.115)	9.545	(5.115)	9.545
Outros ativos		2.023	516	2.023	580
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		(1.474)	(1.023)	(1.474)	(991)
Tributos a recolher		110	(191)	110	(245)
Salários e encargos sociais		(3.804)	832	(3.804)	832
Adiantamento de clientes	10(b)	12.571	-	12.571	-
Pagamentos de processos cíveis e trabalhistas		(14)	-	(14)	-
Receita diferida		(6.461)	(6.729)	(6.461)	(6.729)
Outros passivos		296	(10)	166	(593)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(5.902)**	**(16.898)**	**(6.553)**	**(22.566)**
Juros recebidos		-	14	-	14
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(5.902)**	**(16.884)**	**(6.553)**	**(22.552)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		(6.660)	(6.369)	(6.660)	(6.371)
Resgates de aplicações financeiras		21.237	-	21.237	-
Aumento de capital em investida		-	(5.526)	-	-
Recebimento pela alienação de investimentos	3.2	1.921	-	-	-
Aquisição de imobilizado	12(b)	(852)	(577)	(852)	(577)
Aquisição de intangível	13(b)	(37)	(347)	(37)	(347)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		**15.609**	**(12.819)**	**13.688**	**(7.295)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital	3.1	9.609	30.086	9.609	30.086
Aumento de participação de acionistas não controladores		-	82	-	82
Liquidações de arrendamentos	14(c)	(787)	-	(787)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		**8.822**	**30.168**	**8.822**	**30.168**
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		**18.529**	**465**	**15.957**	**321**
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		-	-	-	74
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.552	23.087	26.124	25.729
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**42.081**	**23.552**	**42.081**	**26.124**
Principais transações que não afetaram o caixa					
Novos contratos de arrendamentos	14(c)	1.270	-	1.270	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida	20	111.878	124.540	111.878	124.540
Custos com direitos de resgates e fretes	21	(22.969)	(30.335)	(22.969)	(30.335)
Lucro bruto		**88.909**	**94.205**	**88.909**	**94.205**
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	21	(57.989)	(61.160)	(58.121)	(66.160)
Tecnologia e desenvolvimento	21	(38.129)	(49.578)	(38.129)	(49.578)
Com vendas	21	(8.115)	(12.357)	(8.115)	(12.357)
Outros resultados operacionais	22	5.815	(9.079)	5.742	(9.228)
		(98.418)	**(132.174)**	**(98.623)**	**(137.323)**
Prejuízo operacional antes das participações societárias e resultado financeiro		**(9.509)**	**(37.969)**	**(9.714)**	**(43.118)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	(205)	(5.149)	-	-
Resultado financeiro líquido	23				
Receitas financeiras		4.488	4.213	4.488	4.213
Despesas financeiras		(1.156)	(318)	(1.156)	(318)
Variações cambiais		-	172	-	172
		3.332	**4.067**	**3.332**	**4.067**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(6.382)**	**(39.051)**	**(6.382)**	**(39.051)**
Prejuízo do exercício		**(6.382)**	**(39.051)**	**(6.382)**	**(39.051)**
Quantidade média ponderada de ações, em milhares		65.464	61.135	65.464	61.135
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(0,10)	(0,64)	(0,10)	(0,64)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2025	Controladora 2024
Prejuízo do exercício	**(6.382)**	**(39.051)**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variações cambiais de operações localizadas no exterior (Nota 11 (b))	(316)	74
Realização de outros resultados abrangentes das investidas	242	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(6.456)**	**(38.977)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024		**166.047**	**1.750**	**-**	**(179.474)**	**(11.677)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(39.051)	(39.051)
Outros resultados abrangentes		-	-	74	-	74
Contribuições dos acionistas						
Pagamento baseado em ações		-	265	-	-	265
Aumento de capital		43.368	-	-	-	43.368
Em 31 de dezembro de 2024		**209.415**	**2.015**	**74**	**(218.525)**	**(7.021)**
Em 1º de janeiro de 2025		**209.415**	**2.015**	**74**	**(218.525)**	**(7.021)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.382)	(6.382)
Outros resultados abrangentes		-	-	(74)	-	(74)
Contribuições dos acionistas						
Aumento de capital	3.1	9.609	-	-	-	9.609
Em 31 de dezembro de 2025		**219.024**	**2.015**	**-**	**(224.907)**	**(3.868)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DIRETORIA

EROS ROBERTO JUSSIANI CANEDO DA SILVA
Diretor Presidente e Diretor Financeiro

CONTADOR

JOAREZ BAIDA
CRC PR 048327/O-7 "S" SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.jornaladiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 16 de março de 2026, sem modificações.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1018722-62.2023.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: **Sociedade Beneficente São Camilo**. Requerido: **Mahmoud Mohamad Hassan**. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1018722-62.2023.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana**, Estado de São Paulo, Dr(a). DANIELA CLAUDIA HERRERA XIMENES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **MAHMOUD MOHAMAD HASSAN**, CPF 380251888839, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **Sociedade Beneficente São Camilo**, objetivando o recebimento de R$ 13.086,29 (março/2023) decorrente de prestação de serviços de atendimento médico/hospitalar. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de **São Paulo**, aos 08 de janeiro de 2026.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1083773-14.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito. Exequente: BANCO DAYCOVAL S.A. Executado: Lar e Luz Materiais de Construção Ltda e outro. EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1083773-14.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Raquel Machado Carleial de Andrade, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Lar e Luz Materiais de Construção Ltda, CNPJ nº 29.506.175/0001-57 e Luis Antonio Pereira Rezende, CPF nº 443.698.968-27, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de BANCO DAYCOVAL S.A. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora de bens nos termos dos arts. 652 e seguintes do CPC. No prazo de 15 dias, os executado poderão reconhecer o crédito e comprovar o depósito judicial de 30% do valor em execução, custas e honorários, e pagar o restante em até 6 parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês de acordo com o art. 745-A do CPC ou oferecer embargos à execução (art. 738 do CPC). O não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposta ao executado multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e sob pena de penhora. PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze). Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revés, caso em que será nomeado curador especial. Fica também INTIMADOS do bloqueio efetuado através do SISBAJUD no valor de R$ 1.419,31 e do prazo de 5 dias para sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 2026.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 945.622 em 22 de janeiro de 2025 a requerimento de KARINA AZEVEDO BORGES MOLAS e KAIQUE AZEVEDO MOLAS, devidamente qualificados na ata notarial de usucapião lavrada no Oficial do 26º Tabelião de Notas da Capital (Lvº 4650, fls. 357), representados pela advogada Dra. Juliana Tieme Gonçalves Shigiuti OAB/SP nº 345.030, com endereço eletrônico: julianashiguti.adv@gmail.com, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou seus sucessores e aos proprietários dos imóveis confrontantes ou possuidores e ocupantes requereram a **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA**, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023, ambos da CNJ, visando a declaração de domínio sobre um prédio e respectivo terreno situado na Rua Marquês de Lages nº 930, no 21º Subdistrito – Saúde, lançado pelo contribuinte nº 049.110.0003-1, devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 16.046 do 14º Registro de Imóveis da Capital, de titularidade registral em nome de ANGELA HERNANDES MOLAZ, espanhola, viúva, RG nº 3.758.350 e CPF nº 569.071.668 (avó dos autores, falecida em 16/09/1982, conforme descrito na ata acima citada), alegando e comprovando posse mansa e pacífica há mais de 20 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º e 16 do provimento 65 de 14/12/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 10 de março de 2026.

Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 40.473.435/0001-78 – NIRE 35.300.619.129

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4.8.2025

Data, Hora, Local: Em 4.8.2025, às 10h, na sede social da Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A., Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 12º andar, sala 02, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909. ***Mesa:*** Presidente: Túlio Xavier de Oliveira; Secretária: Ticiana Cabirta de Amorim. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Lavratura da Ata:*** A acionista aprovou a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. ***Ordem do Dia:*** Examinar, discutir e deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia. ***Deliberações:*** Instalada a Assembleia, a acionista decidiu: (i) alterar o endereço da sede da Companhia, com a inclusão do 10º andar, passando da Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 12º andar, sala 02, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909, para Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 10º andar e sala 02 do 12º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909, e foro no mesmo Município, com a consequente alteração na redação do Artigo 3º do Estatuto Social, que passa a ser a seguinte: "*Artigo 3º) A Companhia tem sede na Avenida Paulista, 688, Edifício Santa Filippa, 10º andar e sala 02 do 12º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-909 e foro no mesmo Município.*". (ii) aprovar a consolidação do Estatuto Social, conforme Anexo I desta Ata. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Túlio Xavier de Oliveira; Secretária: Ticiana Cabirta de Amorim; Acionista: Bradesco Participações Financeiras S.A., representada por seus diretores, senhores Cassiano Ricardo Scarpelli e Vinicius Panaro. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Secretária: Ticiana Cabirta de Amorim. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 93.698/26-4, em 17.3.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **4001668242026826000002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da UPJ da 1ª a 4ª e 16ª Varas Cíveis - Regional II - Santo Amaro, do UPJ da 1ª a 4ª e 16ª Varas Cíveis - Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). CLAUDIO SALVETTI D ANGELO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Carlos da Rocha Passos CPF 046.140.398-63, que MCHL Serviços de Refrigeracao Ltda. requereu o cumprimento da sentença, para receber a quantia de R$ 140.900,09 (jan/26). Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias devidas de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, §1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo 11/03/2026. | 24,25

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº **1164762-07.2023.8.26.0100** O(A)MM.Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).Patricia Martins Concação,na forma da Lei,etc. FAZ SABER a(o) Basilio Puntel,Espólio,Primo Puntel,Wilma Giolito Puntel,Noema Puntel,Ada Puntel Gambini,Milli Gambini,Orlando Puntel,Georgina Puntel,Vera Puntel,Sylvio Puntel,Lucia Italia Minervini Puntel,Alcino Reis,Dino Manuel Belo Martins,Marcia Bensani Martins,Antonio Vieira de França e Marieta Soares de França,réus ausentes,incertos,desconhecidos,eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que Alison Barra da Silva ajuizou(am) ação de **USUCAPIÃO**,visando declaração de domínio sobre imóvel situado à Rua Valdemar Pava e Almeida,117,Cidade Nova São Miguel,São Paulo/SP,CEP.08042-360,alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15(quinze)dias úteis,a fluir após o prazo de 20(vinte)dias da publicação deste edital.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei. | 24,25

O 16º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, com fundamento no artigo 216A, §§ 4º e 13º, da Lei nº 6.015/73, FAZ SABER que foi prenotado, sob o nº 693.064, o procedimento de usucapião extrajudicial, na modalidade especial urbana, requerido por Creusa de Almeida, brasileira, solteira, do lar, portadora do RG nº 6.274.794-0-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 176.277.308-21, residente e domiciliada na Rua Pão de Açucar, nº 442, Jardim Marília, nesta Capital, com o objetivo de obter o reconhecimento do domínio sobre o imóvel com área de 123,69 m², situado na Rua Pão de Açucar, nº 442, constituído pelo lote 36-A da quadra 11, Jardim Marília, 38º Subdistrito – Vila Matilde, nesta Capital, contribuinte Municipal nº 147.120.0066-9, transcrito sob nº 119.304 do 9º Oficial de Registro de Imóveis, e de propriedade de Sidnei Vannuchi e sua mulher Marilia Cimini Vannuchi, e Jaroslav Rambousek e sua mulher Veronica Zelenka Rambousek. A requerente alega exercer posse mansa, pacífica e ininterrupta, com ânimo de dono, por período superior a 50 anos, atendendo aos requisitos legais para a usucapião. O imóvel confronta-se pelo lado direito com o imóvel nº 438 da Rua Pão de Açucar, transcrito sob nº 119.304 do 9º Oficial de Registro de Imóveis, comprimissado a venda à Boaventura Moreira Dias e ocupado por Maria Lucia Dias Cavalcante; pelo lado esquerdo com imóvel nº 448 da Rua Pão de Açucar, transcrito sob nº 119.304 do 9º Oficial de Registro de Imóveis, comprimissado a venda à Alexandre Ribeiro Souza e Julia dos Santos Sousa, e pelos fundos com o imóvel nº 177, da Rua Pedro Barbosa, matriculado sob nº 82.549 deste R.I; de propriedade de Maria Ivone da Silva Bueno, Elisângela Cristina Bueno e Fernando da Silva Bueno. O presente edital tem por finalidade DAR CIÊNCIA A JAROSLAV RAMBOUSEK, VÉRONICA ZELENKA RAMBOUSEK, BOAVENTURA MOREIRA DIAS, ALEXANDRE RIBEIRO SOUZA, MARIA IVONE DA SILVA BUENO, ELISANGELA CRISTINA BUENO, FERNANDO DA SILVA BUENO E TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste edital, apresentem impugnação fundamentada, caso não concordem com o reconhecimento da usucapião. As manifestações deverão ser dirigidas ao 16º Registro de Imóveis, localizado na Rua Pamplona, nº 1.593, Jardim Paulista, São Paulo/SP, durante o horário de expediente, das 9h às 16h. Fica informado que, não havendo manifestação no prazo estipulado, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelos requerentes, e o procedimento de usucapião extrajudicial poderá ser concluído com o competente registro, nos termos da Lei.

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Nos termos dos artigos 124, parágrafo 1º, inciso I e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Rita S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia"), convocados para se reunirem, no dia 20 de abril de 2026, às 9h30, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), na sede social da Companhia, para: deliberar a respeito dos seguintes temas: **(i)** em sede de Assembleia Geral Ordinária **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(c)** fixar o limite da remuneração global anual dos diretores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2026; e **(d)** ratificar todos os atos praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima; e **(ii)** em sede de Assembleia Geral Extraordinária **(a)** aprovar o 2º (segundo) aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da 3ª (Terceira) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A." para o fim de alterar a data de vencimento, o prazo de subscrição, a quantidade máxima de debêntures emitidas e o valor total da emissão ("Segundo Aditamento 3ª Emissão"); **(b)** aprovar o 3º (terceiro) aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da 2ª (Segunda) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A." para o fim de alterar a data de vencimento das debêntures ("Terceiro Aditamento 2ª Emissão"); e **(c)** autorizar os administradores da Companhia a praticarem os atos necessários à implementação do Segundo Aditamento 3ª Emissão e Terceiro Aditamento 2ª Emissão. **Informações Gerais e Instruções aos Participantes: 2.** Os documentos e informações pertinentes às matérias relacionadas neste edital encontram-se à disposição para consulta na sede social da Companhia a partir da presente data, nos termos do artigo 133 e artigo 135, parágrafo 3º, da Lei das S.A. Para participar da AGOE, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, bem como, se for o caso, a documentação societária comprovando os poderes do respectivo representante; **(ii)** Instrumento de procuração, devidamente reconhecido na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou **(iii)** se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da AGOE, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico **diretoria@hospitalsantarita.com.br** ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGOE para validação. São Paulo/SP, 21 de março de 2026. **Wagner Cordeiro Marujo** - Diretor Presidente; **Sergio Lopez Bento** - Diretor Financeiro

---

CIA. AGRICOLA FORTI

CNPJ (MF) 07.967.609/0001-83
CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas da Cia. Agrícola Forti, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 25/04/2026, às 9 horas, em 1ª convocação, com a presença da maioria simples dos acionistas ou as 9:30 em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, na Rua André de Mello, nº 358 em Capivari-SP., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária: a)** exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31.12.2025; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos. Encontram-se a disposição dos acionistas, na sede social, os documentos a que se referem o art. 133 da Lei 6404/76. Capivari, 23/03/2026. **a.a)** Wanderley Forti - Presidente do Conselho de Administração. (24,25,26)

SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 07.534.805/0001-64 - NIRE 35300324862
EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.

Nos termos do artigo 124, §1º, inciso I do artigo 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 10 do *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Spread Participações S.A.", conforme aditado* ("Escritura de Emissão"), celebrado entre a **SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, em fase operacional, inscrita no CNPJ sob o nº 07.534.805/0001-64, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, conjunto 141, 14º andar, Pinheiros, CEP 05423-911, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35300324862 ("Spread Telemarketing" e **SPREAD SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 19.138.940/0001-70, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Fernandes Coelho, nº 64, conjunto 141, 14º andar, Pinheiros, CEP 05423-911, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35226202380 ("Spread Sistemas") e **CASSIUS RICARDO FOGAGNOLO BUDA**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.267.738-9, inscrito no CPF sob o nº 213.487.808-86, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, estado de São Paulo, na Rua Iguape, nº 416, Mapedreira, CEP 13280-000 ("Cassius" e, em conjunto com a Spread Telemarketing e a Spread Sistemas, os "Fiadores"), ficam os Debenturistas da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissão ("Debêntures" e "Emissão", nomes utilizados para os fins da Escritura de Emissão) ("Assembleia Geral de Debenturistas"), que se realizará, **em primeira convocação**, no dia 01 de abril de 2026, às 10:00 horas, a ser realizada de **forma exclusivamente digital** por meio da plataforma eletrônica "Microsoft Teams", com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados ("Plataforma Digital"), que será considerada como realizada na sede da Emissora, nos termos do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 81"), a fim de apreciarem e deliberarem acerca das seguintes matérias: (i) a sustação dos efeitos do vencimento antecipado, decorrentes do Evento de Vencimento Antecipado Automático previsto no item "iii" da Cláusula 7.1. da Escritura de Emissão, ocasionado pelo inadimplemento pela Emissora de obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado do respectivo inadimplemento, qual seja, o não pagamento das parcelas de Juros Remuneratórios e do o saldo do Valor Nominal Unitário, previstas para o 23/03/2026, conforme previsto no Anexo II da Escritura de Emissão ("PMT 23/03/2026"); (ii) caso aprovado o item "i" da Ordem do Dia, a incorporação, na data de presente assembleia, da PMT 23/03/2026 e dos respectivos Encargos Moratórios, conforme previstos na Cláusula 5.17. da Escritura de Emissão, ao saldo devedor das Debêntures; e (iii) a concessão de anuência prévia (*waiver*) para: (a) utilização dos recursos retidos na Conta Vinculada, conforme identificado no *"Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças"* ("Contrato de Cessão Fiduciária"), no montante mínimo de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), decorrentes de retenções referentes à diferença entre o fluxo mensal de recebíveis e o montante mínimo correspondente a 150% da parcela de amortização e dos juros remuneratórios devidos em cada data de amortização, para

Governo quer flexibilizar descanso de caminhoneiros na volta para casa

O governo federal apresentará esta semana novas medidas de apoio aos caminhoneiros autônomos. A ideia é viabilizar, em caráter excepcional, flexibilização do horário de descanso quando o caminhoneiro estiver no retorno para casa, após ter concluído o serviço de frete para o qual foi contratado.

A proposta, elaborada a partir do diálogo que o ministro dos Transportes, Renan Filho, tem mantido com caminhoneiros autônomos, foi anunciada na terça-feira (24) durante o programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

"Queremos que isso seja decidido ainda esta semana, aproveitando o calor do momento", disse à Agência Brasil, após participar do programa.

Segundo ele, o formato da decisão ainda será decidido, se medida provisória ou por entendimento com o Judiciário, entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU).

O ministro lembrou que parte da lei que prevê a obrigatoriedade de descanso a cada 11 horas foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Foto/Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr

"Queremos encontrar um meio termo. Por exemplo, quando o caminhoneiro está retornando para sua casa e tem de parar, às vezes estando a poucas horas de casa", acrescentou.

Conquista da categoria

Durante o Bom Dia Ministro, Renan Filho ressaltou que a parada é uma conquista necessária dos motoristas, uma vez que o descanso "é importante e garante repouso e sono ao caminhoneiro".

"Mas não se pode obrigá-lo a parar quando, ao retornar do frete, estiver a uma hora e meia de casa, por exemplo, com sua esposa esperando", acrescentou ao destacar que evitar essa parada pode, inclusive, a partir de um novo modelo com parâmetros que permitam maior planejamento, evitar custos adicionais para o caminhoneiro.

Frete mínimo

Outra medida em apoio aos caminhoneiros autônomos foi a definição de uma tabela com os valores mínimos a serem pagos pelos serviços de frete. Ao manter atualizados os preços dos combustíveis, os valores são atualizados, de forma a garantir a justa remuneração desses profissionais.

Essa garantia será possível porque torna obrigatória a apresentação do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT) antes de iniciar o serviço de frete.

De acordo com Renan Filho, uma das medidas que mais prejudicam os caminhoneiros "são as empresas que pagam menos para aumentar sua margem de lucro".

"Não haverá falha porque a fiscalização é eletrônica e faz uso de inteligência artificial para barrar pagamentos abaixo do valor mínimo do frete em todo o país", explicou.

Redução do ICMS

Sobre a proposta apresentada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos governadores – de redução do ICMS como medida para redução do preço dos combustíveis – Renan Filho disse que o governo dialoga de forma colaborativa com os estados.

"O governo agora está dialogando, pedindo a colaboração de todos, porque vivemos em uma Federação e porque essa guerra elevou o preço do combustível no mundo inteiro". (Agência Brasil)

Em reestruturação, Correios anunciam escala 12x36 em alguns setores

Foto/Fabio Rod.-Pozzebom/ABr

Os Correios informaram na terça-feira (24) que irão adotar, de forma gradual, a escala de trabalho 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, a escala 12x36, em atividades específicas da empresa.

Segundo informe da empresa, a implementação não será automática e a adoção da jornada ocorrerá conforme as necessidades do serviço. A medida integra o Plano de Reestruturação da estatal.

A iniciativa, segundo a estatal, "está alinhada ao processo de modernização dos fluxos operacionais e ao aumento da eficiência na prestação dos serviços", permitindo maior adequação das equipes e dos turnos ao ritmo real da operação e do negócio.

Comunicado da empresa diz que a escala 12X36 será aplicada especialmente nas áreas que demandam funcionamento contínuo e maior agilidade na entrega, em razão do crescimento do comércio eletrônico.

"A jornada flexível se consolida como um diferencial competitivo relevante, ao ampliar a capacidade operacional dos Correios e fortalecer o posicionamento da empresa frente à concorrência no segmento de encomendas", disse os Correios.

Os Correios disseram ainda que a implementação da medida respeitará integralmente a legislação trabalhista e os direitos dos empregados.

Trabalhadores são contra

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telegrafos e Similares (Fentect) criticou a adoção da medida. Segundo a federação, a jornada precariza ainda mais as condições de trabalho.

São medidas que adoecem, sobrecarregam e desrespeitam quem sustenta a empresa todos os dias, diz a federação.

"Não aceitaremos acordos individuais que fragilizam a organização coletiva, A orientação é para não assinar e manter a unidade da categoria", disse a federação em uma rede social.

Os trabalhadores anunciam que estão se organizando para evitar a implementação da nova escala. "Se insistirem em retirar direitos, a resposta será organização, mobilização e luta em todo o país. Estamos construindo uma grande reação nacional para barrar esses retrocessos. Não há negociação com retirada de direitos", segue a publicação.

Plano de restruturação

Os Correios passam por um plano de restruturação que, entre outros, pontos, tem por objetivo promover a estabilização da empresa.

Diagnóstico identificou déficit superior a R$ 4 bilhões anuais, patrimônio líquido negativo de R$ 10,4 bilhões e prejuízo acumulado de R$ 6,057 bilhões até setembro de 2025, além da queda acentuada nos indicadores de qualidade e liquidez.

Em dezembro, os Correios anunciaram a captação de R$ 12 bilhões em crédito para custear as ações do plano de reestruturação voltado à estabilização emergencial da empresa.

Como parte deste mesmo plano de reestruturação financeira, os Correios também anunciaram o fechamento de mil agências e um Plano de Desligamento Voluntário com a expectativa de adesão de até 15 mil empregados.

Entre as medidas adotadas também estão a venda de ativos, como imóveis classificados como ociosos.

Em fevereiro, os Correios fizeram o primeiro leilão de imóveis próprios. A oferta inicial abrange 21 imóveis para venda imediata, localizados em 11 estados: Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo. (Agência Brasil)

Supermercados já podem vender medicamentos; entenda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.357, que autoriza a instalação de farmácia ou drogaria em áreas de venda de supermercados. O texto foi publicado na segunda-feira (23) no Diário Oficial da União.

A norma tem origem no Projeto de Lei nº 2.158/2023, aprovado pelo Congresso Nacional, que autoriza a instalação de um setor de farmácia no interior de supermercados, desde que em ambiente físico delimitado, segregado e exclusivo para a atividade.

De acordo com a lei, farmácias e drogarias devem ser instaladas em lugar independente dos demais setores do supermercado e operadas diretamente, sob mesma identidade fiscal, ou mediante contrato com farmácia ou drogaria licenciada e registrada em órgãos competentes.

Devem ser observadas as exigências legais, sanitárias e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a dimensionamento físico, estrutura de consultórios farmacêuticos, recebimento, armazenamento, controle de temperatura, ventilação, iluminação e umidade, rastreabilidade, dispensação, assistência e cuidados farmacêuticos.

Aos supermercados, fica vedada a oferta de medicamentos em áreas abertas, comunicáveis ou sem separação funcional completa, como bancadas, estandes ou gôndolas externas ao espaço da farmácia ou drogaria.

Farmacêutico

A norma determina como obrigatória a presença de farmacêuticos legalmente habilitados durante todo o horário de funcionamento da farmácia ou drogaria instalada na área de venda de supermercados.

As atividades permanecem submetidas às normas de vigilância sanitária e à legislação que regula o exercício da atividade farmacêutica no país.

Foto/ Joedson Alves/Agência Brasil

Controle especial

Remédios sujeitos a controle especial de receita só deverão ser entregues ao cliente após o pagamento. Os medicamentos poderão ser transportados do balcão de atendimento até o caixa em embalagem lacrada, inviolável e identificável.

Farmácias e drogarias licenciadas e registradas por órgãos competentes poderão contratar canais digitais e plataformas de comércio eletrônico para fins de logística e entrega ao consumidor, desde que assegurado o cumprimento integral da regulamentação sanitária aplicável. (Agência Brasil)

Governo bloqueia R$ 1,6 bilhão do Orçamento de 2026

Foto/José Cruz/ABr/Arquivo

O Orçamento de 2026 terá um bloqueio de R$ 1,6 bilhão de gastos não obrigatórios, informaram há pouco os ministérios da Fazenda e do Planejamento. O valor consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento enviado ao Congresso a cada dois meses que orienta a execução do Orçamento.

Os recursos foram bloqueados para cumprir o limite de gastos do arcabouço fiscal, que prevê crescimento dos gastos até 2,5% acima da inflação para este ano. Segundo os ministérios da Fazenda e do Planejamento, esse bloqueio foi necessário porque o governo terá de abrir crédito para acomodar o crescimento de gastos obrigatórios.

O relatório não traz previsão de contingenciamento, recursos bloqueados temporariamente para cumprir a meta de resultado primário, resultado das contas do governo antes do pagamento da dívida pública.

Segundo os dois ministérios, a projeção de superávit primário neste ano está em R$ 3,5 bilhões, motivada principalmente pela alta de R$ 16,7 bilhões nas previsões com receitas de royalties em 2026, com a disparada dos preços do petróleo após o início da guerra no Oriente Médio.

Embora a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 estabeleça meta de superávit primário de R$ 34,3 bilhões, 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), a equipe econômica considerou o limite inferior de tolerância, que permite déficit zero para este ano. Com o superávit previsto de R$ 3,5 bilhões, não é necessário contingenciar o Orçamento.

O bloqueio do R$ 1,6 bilhão será detalhado no próximo dia 31, quando o governo publicar um decreto presidencial com os limites de empenho (autorização de gastos) por ministérios e órgãos federais. (Agência Brasil)

Instituto oferta videoaulas de português a alunos do ensino médio

O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) disponibilizou videoaulas gratuitas de língua portuguesa voltadas a alunos do ensino médio e professores.

Os documentos estão disponíveis no portal da OBMep (Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas).

A iniciativa oferece suporte ainda mais completo para a formação dos estudantes, principalmente aqueles com menos acesso a materiais educacionais.

O objetivo é desenvolver as habilidades de leitura, interpretação de texto e escrita.

De acordo com o Impa, essas competências são essenciais para o desempenho acadêmico e para as edições anuais do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Conteúdo gratuito

O Portal da OBMep reúne materiais didáticos gratuitos, com videoaulas, apostilas, exercícios, problemas resolvidos e conteúdos organizados por nível de ensino. A plataforma anuncia que, em breve, poderá disponibilizar o conteúdo de português em um aplicativo.

As aulas da disciplina abordam temas centrais do currículo do ensino médio, como variação linguística, neologismo semântico, classe de palavras, comunicação oral e escrita, sentido literal das palavras (denotação) e sentido figurado (conotação), entre outros conteúdos.

Para fazer os testes de conhecimento, é preciso se cadastrar na plataforma de ensino.

Além de língua portuguesa, o sistema do Impa também oferece conteúdos de matemática, para ensino fundamental 2 e ensino médio; física, para o 9º ano do ensino fundamental 2 e ensino médio; e quadrinhos de matemática, para ensino fundamental 1. (Agência Brasil)

Mendonça envia ao plenário do STF decisão que prorroga CPMI do INSS

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou ao plenário virtual da Corte o referendo de sua decisão que determinou a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

A sessão para análise do caso foi marcada para o dia 3 de abril.

Mais cedo, Mendonça, relator do caso, decidiu que a Segunda Turma da Corte seria responsável por avaliar sua decisão.

Além do relator, os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Nunes Marques e Luiz Fux fazem parte do colegiado.

Contudo, Mendonça alegou "erro material" na decisão e enviou o caso ao plenário, composto pelos 11 ministros.

"Adotem-se as medidas administrativas pertinentes para efetiva inclusão do referendo da medida cautelar em sessão de julgamento virtual do plenário", decidiu.

Mendonça determinou que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União - AP), faça a leitura do requerimento de prorrogação dos trabalhos da CPMI.

O ministro atendeu ao pedido de liminar feito pelo presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG). Segundo o senador, há omissão de Alcolumbre e da Mesa Diretora ao não receberem o requerimento de prorrogação.

Na decisão, o relator disse que o pedido de prorrogação preenche os requisitos legais e não pode ignorado pelo presidente do Senado.

Foto/Antonio Augusto/STF

"Preenchidos os requisitos constitucionais e regimentais aplicáveis, a Mesa Diretora e a presidência do Congresso não dispõem de margem política para obstar o regular processamento do requerimento de prorrogação de uma CPMI, inclusive seu recebimento, leitura e publicação", afirmou. (Agência Brasil)